

CONVÊNIO BNDES/FECAMP/CECON-IE-UNICAMP/IE-UFRJ

**PROJETO DE ESTUDOS SOBRE AS PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA
FINANCEIRA BRASILEIRA E O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS**

SUBPROJETO MERCADO DE CRÉDITO BANCÁRIO

FINANCIAMENTO AO SETOR RURAL

**Maria Cristina Penido de Freitas
Leticia Aguiar**

Equipe do subprojeto: Ricardo de Medeiros Carneiro (coordernador-geral), Daniela Magalhães Prates (vice-coordenadora), Maria Cristina Penido de Freitas (pesquisadora-sênior), André Martins Biancareli (pesquisador-sênior), Pedro Rossi (pesquisador-junior), Leticia Aguiar (pesquisadora-junior), Ana Luiza Lodi (pesquisadora-junior)

Campinas, setembro de 2009

ÍNDICE

I. Introdução.....	1
II. Panorama geral do setor rural.....	3
III. Panorama geral do crédito rural	4
IV. Atuação dos bancos públicos.....	19
IV.1. Banco do Brasil.....	26
IV.2. BNDES.....	36
V. Atuação dos bancos privados.....	49
V.1. Bancos privados nacionais	51
V.2. Bancos privados estrangeiros.....	54
VI. Conclusões.....	59
Referências bibliográficas	62
Anexo 1.....	64
Anexo 2.....	70

FINANCIAMENTO AO SETOR RURAL¹

I. Introdução

A atividade econômica no setor rural apresenta especificidades relacionadas ao ciclo longo de produção, sujeito a problemas climáticos, pragas e doenças; oscilações constantes nos preços dos produtos exportados; crises de superprodução/quebra de safra; além da elevada volatilidade cambial, e da forte presença de unidades familiares. Tais especificidades se refletem no crédito rural, que, apresenta certas características particulares. Esse é um segmento que opera majoritariamente com recursos direcionados – provenientes de fundos fiscais e das exigibilidades sobre os depósitos à vista –, com taxas controladas pelo governo e tendo como característica principal uma maior participação das instituições financeiras públicas, com grande destaque para o Banco do Brasil.

Esse relatório tem como objetivo analisar a evolução do crédito rural nas fases de alta e de baixa do ciclo de crédito recente, iniciado em 2003, com ênfase no papel das instituições financeiras que atuam nesse segmento, procurando diferenciar padrões de atuação, bem como identificar problemas e tendências. Para tanto, esse trabalho se apóia nas séries de operações de crédito do sistema financeiro por setor de atividade do Banco Central do Brasil (BCB), nas informações do Anuário Estatístico do Crédito Rural, também disponibilizada pelo BCB e na tabulação especial das estatísticas de desembolsos do BNDES, bem como no levantamento de informações quantitativas e qualitativas adicionais junto aos dez maiores bancos, seja mediante consulta dos relatórios anuais, seja por meio de entrevistas realizadas junto a diretores desses mesmos bancos. No caso específico do setor rural, adicionalmente aos dez maiores mais um banco foi selecionado: o Rabobank, banco de crédito cooperativo de origem holandesa, que, nas entrevistas realizadas junto aos bancos privados e ao Banco do Brasil, foi citado como um importante *player* no segmento de crédito rural.

As limitações das bases de dados constituíram-se em uma das principais dificuldades enfrentadas nessa pesquisa. De um lado, as séries de operações de crédito do sistema financeiro e as estatísticas de desembolsos do BNDES apresentam informações para o setor rural como um todo, sem discriminar os empréstimos para

¹ Esse relatório reúne a análise da evolução do crédito bancário corporativo ao setor rural apresentada nos Relatórios Parciais 1 e 2 do Subprojeto “Mercado de Crédito Bancário”, coordenado por Daniela Magalhães Prates no âmbito do Projeto *Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos*, sob coordenação geral de Ricardo de Medeiros Carneiro (convênio BNDES/FECAMP/Cecon-IE-Unicamp/IE-UFRJ).

pessoas físicas e para o setor corporativo.²De outro, o Anuário Estatístico do Crédito Rural, fonte específica de informação para esse setor, apresenta os dados de financiamento de forma agregada, incluindo produtores rurais – pessoas físicas e pessoas jurídicas – e cooperativas. Ademais, o Anuário é divulgado com defasagem de quase dois anos. Desse modo, as últimas estatísticas disponíveis são do ano de 2007.

Para contornar essas dificuldades foi realizado o levantamento de informações quantitativas nas notas explicativas aos demonstrativos de resultado anual da amostra dos dez maiores bancos. Porém, essas informações não apresentam algumas deficiências. O grau de detalhamento das operações de crédito por setor de atividades nas notas explicativas aos demonstrativos de resultados varia muito de banco para banco. O mesmo acontece com a nomenclatura utilizada pelos bancos, que, particularmente no caso do crédito rural, está longe de ser uniforme e dificulta a comparação tanto entre bancos como entre os anos de uma mesma instituição. Por exemplo, o Banco do Brasil discrimina essas operações como Agronegócio; já no HSBC aparece como Agropecuária enquanto no Itaú aparece ora como Agropecuária ora como Agroindústria; ABN Real e Safra como Rural; o Santander como Agricultura; no Unibanco, sob a denominação de Agricultura estão incluídos criação de animais, reflorestamento e pesca, enquanto no Bradesco as operações ao setor rural aparecem como Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal. Mesmo correndo o risco de certa imprecisão, na apresentação dos dados extraídos dos balanços optou-se pela utilização do termo setor rural. Outro problema dessa base de dados que limita sobremaneira a análise é o fato de as informações contábeis dos bancos nem sempre discriminarem as operações de financiamento rural pela natureza do tomador, pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

O presente relatório está dividido em mais cinco seções, além desta introdução; a seção II apresenta um breve panorama do desempenho do setor rural no período 2003-2008, enquanto a seção III analisa a evolução do crédito bancário a esse segmento, buscando ressaltar suas especificidades e tendências gerais. As seções IV e V tratam, respectivamente, da atuação dos bancos públicos e privados nesse segmento de crédito, procurando traçar uma diferenciação ou semelhança entre as estratégias de

² As séries temporais das operações de crédito do Banco Central do Brasil (BCB) apresentam limitações associadas ao cruzamento insuficiente das diversas séries disponíveis sobre o estoque de crédito (origem de recursos, destinos, setores de atividade e modalidades de recursos). Os dados das operações de crédito para cada setor de atividade incluem os dois tipos de recursos (livres e direcionados) e não há a separação das diferentes modalidades de crédito (capital de giro, conta garantida etc).

atuação dos diferentes agentes financeiros. A seção IV apresenta duas subdivisões: uma para o tratamento mais específico do Banco do Brasil, sem dúvida, o principal ator desse segmento, e outra para uma análise mais detalhada da atuação do BNDES, que se constitui uma das principais fontes de recursos para o crédito rural, através dos repasses aos demais bancos e instituições financeiras. Também a seção V se subdivide em duas subseções: uma relativa aos bancos privados nacionais e o outro aos bancos privados estrangeiros. Por fim, na seção VI é apresentada uma breve conclusão, identificando tendências e problemas do financiamento ao setor.

II. Panorama geral do setor rural

Em sentido amplo, o setor rural compreende não só a agricultura e a pecuária, mas também toda a cadeia de negócios ligada à agropecuária, conhecida como Agronegócios. Essa cadeia engloba o setor de produtos agropecuários básicos, insumos agropecuários, agroindústria e distribuição. Em termos do PIB, no período 2003-2008 a participação do setor rural foi em média de 5,5%, considerando apenas a agropecuária (Gráfico A1 do Anexo 1). Porém, se o agronegócio for considerado em seu conjunto, a participação do setor no PIB atinge 26,5% (média no período 2003-2007).

No período em tela, o agronegócio também se destaca pela sua contribuição aos saldos da balança comercial (ver Tabela A.1 do Anexo 1), desempenho favorecido pela evolução favorável dos preços internacionais das *commodities* associada a forte demanda dos países asiáticos, notadamente a China. Durante todo o período, a balança do agronegócio registrou saldos recordes.

Em termos do valor agregado pelo setor agropecuário, observa-se um desempenho favorável durante quase todo o período de análise e em particular a partir de 2006, com o *boom* do preço das *commodities*. A única exceção ocorreu em 2005, ano particularmente difícil para a agricultura em razão de condições climáticas adversas e queda de preços associada a superprodução mundial de soja (Gráfico A2 do Anexo 1).

Ao longo do período em análise, o desempenho do setor rural foi influenciado por duas tendências que agem de forma oposta: a de apreciação do Real frente ao dólar e a de aumento dos preços de exportação do agronegócio, com elevação acentuada a partir de 2007 (Gráficos A.3, A.4, e A.5 do Anexo 1). Enquanto a apreciação prejudica as exportações do produtor nacional, a elevação dos preços em âmbito internacional as favorece. A contínua elevação dos termos de troca do setor, com aceleração a partir de 2007, neutralizou os efeitos negativos da apreciação do câmbio, permitindo o bom desempenho do setor rural.

Em 2003 o setor estava aquecido devido a boas safras conjugadas com preços, em média, 8,8% maiores para os produtos exportados. A demanda externa de países em forte crescimento econômico, como Índia e China, aumentou as exportações dos agronegócios, permitindo saldos recordes para esse ano. Mas no período 2004-2006, as condições foram diversas e, apesar de saldos recordes na balança comercial, houve uma desaceleração do crescimento do PIB agropecuário e dos agronegócios. Essa desaceleração tem como causas a queda de preços para os principais produtos agropecuários, pragas e doenças (a ferrugem asiática no caso da soja e febre aftosa no segmento de carne bovina), problemas climáticos que provocaram quebra de safras (estiagem), câmbio apreciado e superprodução mundial do principal produto da pauta de exportação, a soja, que reduziu drasticamente os preços praticados no mercado internacional. O ano de 2007 marca a recuperação do setor. O câmbio continuou apreciado, porém as boas safras e a melhoria das cotações no mercado internacional permitiram ótimos resultados durante o ano.

O ano de 2008 superou o bom desempenho de 2007, tendo safras recordes e o maior faturamento bruto já observado para o setor. As exportações dos agronegócios em 2008 chegaram ao recorde histórico de US\$ 71,8 bilhões. A partir de setembro, com o agravamento da crise internacional e consequente queda das bolsas internacionais e apreciação do dólar frente ao Real, as cotações de alguns produtos caíram, no entanto isso não chegou a prejudicar o setor, pois a maioria dos contratos de exportação já havia sido fechada aos preços anteriores. A redução nas cotações afetou apenas levemente os resultados de novembro e dezembro, permitindo que o setor alcançasse vários recordes no ano.

As particularidades do setor rural – ciclo de produção longo sujeito a problemas climático, forte presença de unidades produtivas familiares, oscilações constantes nos preços dos produtos exportados, pragas e doenças, superprodução/quebras de safra, elevada volatilidade cambial – implicam em necessidades específicas de financiamento. Por essa razão, como será vista a seguir, o crédito rural apresenta especificidades.

III. Panorama geral do crédito rural

Em razão das já mencionadas singularidades do setor, o crédito rural constitui um segmento específico do mercado de crédito. A grande necessidade de recursos para financiar a produção rural e o alto risco do negócio associado às oscilações acima mencionadas, explica porque o financiamento dessa atividade se apóia fortemente em

recursos de origem compulsória e/ou recursos fiscais.

Os objetivos do crédito rural são: fortalecer o setor rural, possibilitando assim, o fortalecimento econômico dos produtores; estimular os investimentos rurais feitos pelos produtores ou por suas associações (cooperativas, condomínios, parcerias, etc.); favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais; propiciar, através de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais. São beneficiários do crédito rural o produtor rural (pessoa física e pessoa jurídica) e as cooperativas de produtores rurais.³

No Brasil, a legislação determina que os bancos apliquem 25% dos recursos de recolhimento obrigatório (exigibilidades sobre depósito à vista) ao crédito rural.⁴ Desse total, pelo menos 28% dos recursos devem ser aplicados em operações de crédito rural cujo valor não ultrapasse os R\$ 130 mil; e no mínimo 8% devem ser mantidos aplicados em operações vinculadas ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os recursos devem ser aplicados no ano-safra correspondente, que vai de 1º de julho de um ano a 30 de junho do ano seguinte. Caso isso não ocorra, as instituições devem pagar multa ou recolher o valor correspondente ao Banco Central do Brasil. No entanto, podem ser computados para o cumprimento das exigibilidades os saldos médios diários dos Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural (DIR), evitando assim que os bancos tenham que participar diretamente da concessão de crédito ao setor.⁵ Com relação aos recursos captados pela poupança rural, o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil e os bancos

³ Banco Central do Brasil - *Manual do Crédito Rural*. Disponível em: <http://www.cosif.com.br>.

⁴ É dever de a instituição financeira manter aplicado em operações de crédito rural valor correspondente a 25% da média aritmética do VSR (Valos Sujeito a Recolhimento) apurado no período de cálculo (Res. 3.556; Res. 3.623, art. 1º), conforme o *Manual do Crédito Rural*. Não estão sujeitos ao cumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural (Res. 3.556): a Caixa Econômica Federal (CEF); as cooperativas de crédito; as sociedades de crédito, financiamento e investimento; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); os bancos de desenvolvimento; os bancos de investimento e os bancos múltiplos sem carteira comercial. Banco Central do Brasil - *Manual do Crédito Rural*. Em outubro de 2008, mediante Resolução nº 3.623, o CMN elevou, para o período de 1º de novembro de 2008 a 30 de junho de 2009, de 25% para 30% a exigibilidade sobre os depósitos à vista destinada ao crédito rural, com o propósito de mitigar o efeito da contração do crédito com recursos livres em decorrência do “empocamento” de liquidez.

⁵ A instituição financeira que incorrer em deficiência com relação à exigibilidade fica sujeita ao recolhimento junto ao Banco Central do Brasil dos valores das deficiências apuradas ou ao pagamento de multa de 40% calculada sobre os valores das deficiências apuradas. Banco Central do Brasil - *Manual do Crédito Rural*.

cooperativos estão obrigados pela legislação a aplicarem em operações de crédito rural valor correspondente a 65% do valor sujeito a recolhimento relativo aos depósitos da poupança rural.⁶

Como segmento especial do mercado de crédito bancário, o sistema de crédito rural opera com encargos financeiros que são fixados pelo governo em níveis inferiores aos praticados no segmento livre no qual as taxas de juros e demais condições financeiras são livremente pactuadas. Atualmente, os financiamentos com recursos direcionados são praticados com uma taxa efetiva de juros de 6,75% a.a., bem inferior à taxa de 8,75% que vigorou no período 2003-2006 (Quadro 1). A redução na taxa efetiva dos empréstimos com recursos direcionados reflete uma orientação de política econômica do segundo governo Lula de fortalecer o setor rural, permitindo que o adequado financiamento dos produtores possa ter reflexos sobre o emprego e a renda do setor.

Quadro 1 - Evolução dos encargos financeiros praticados no crédito rural

Discriminação	Encargos Financeiros		
	Indexador	Taxa efetiva de juros 2003-2006	Taxa efetiva de juros 2007-2008
Recursos controlados		8,75% a.a.	6,75% a.a.
Recursos livres		Livremente pactuada	Livremente pactuada
Poupança rural	TR ⁽¹⁾	Livremente pactuada ⁽²⁾	Livremente pactuada ⁽²⁾

Fonte: BCB - *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

Notas:

1. TR: Taxa Referencial.

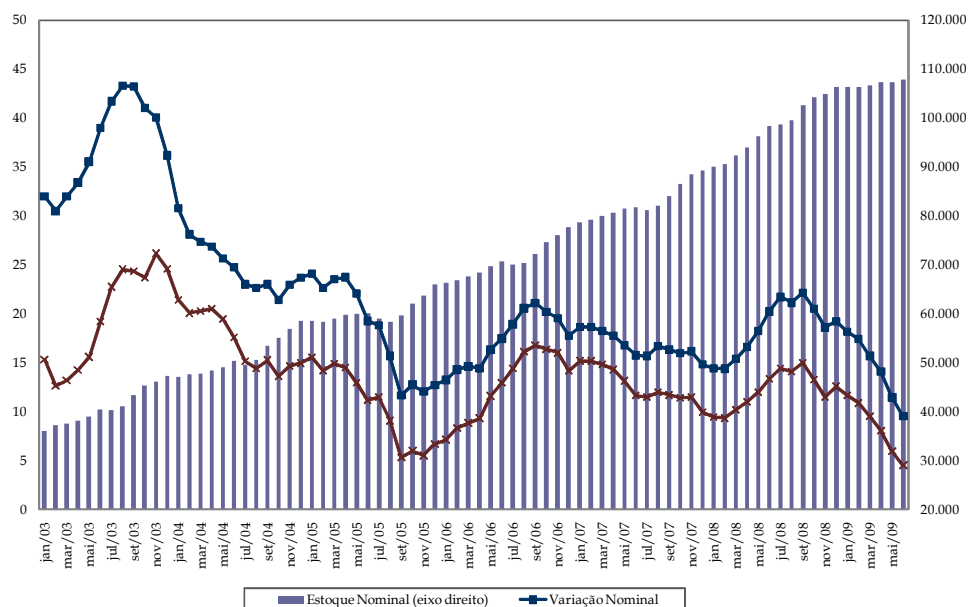
2. O crédito lastreado em recursos da exigibilidade da Caderneta de Poupança Rural está sujeito a encargos livremente pactuados entre as partes, ressalvadas as operações subvencionadas pela União.

No período 2003-2008, o estoque nominal de crédito do SFN ao setor rural (incluindo recursos livres e direcionados) cresceu a uma taxa anual média nominal de 19,3%, saltando de R\$ 36,1 bilhões em janeiro de 2003 para R\$106,4 bilhões em dezembro de 2008. No primeiro semestre de 2009, verifica-se um ligeiro incremento no estoque de crédito (1,3% em termos nominais) na comparação com dezembro de 2008. Porém, como os desembolsos do crédito rural seguem o cronograma do ano-safra, que vai de 1º de julho de um ano até o dia 30 de junho do ano seguinte, o mais relevante é o desempenho do crédito no ano-safra 2008/2009, que vai de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. Nesse período, o estoque de crédito cresceu 4,5% em termos reais, registrando uma nítida desaceleração com relação aos anos anteriores, especialmente a

⁶ No contexto de medidas de política financeira para reativação do crédito no último trimestre de 2008, a exigibilidade sobre os depósitos de poupança foi elevada de 65 a 70% para o período de 1º de novembro de 2008 a 30 de junho de 2009 (Resolução nº 3.625 de 31/10/2008).

partir de setembro de 2008 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Crédito ao setor rural: evolução do estoque (R\$ milhões) e variação nominal e real¹ frente a igual mês do ano anterior (%)



Fonte: Banco Central do Brasil - séries temporais. Elaboração própria.

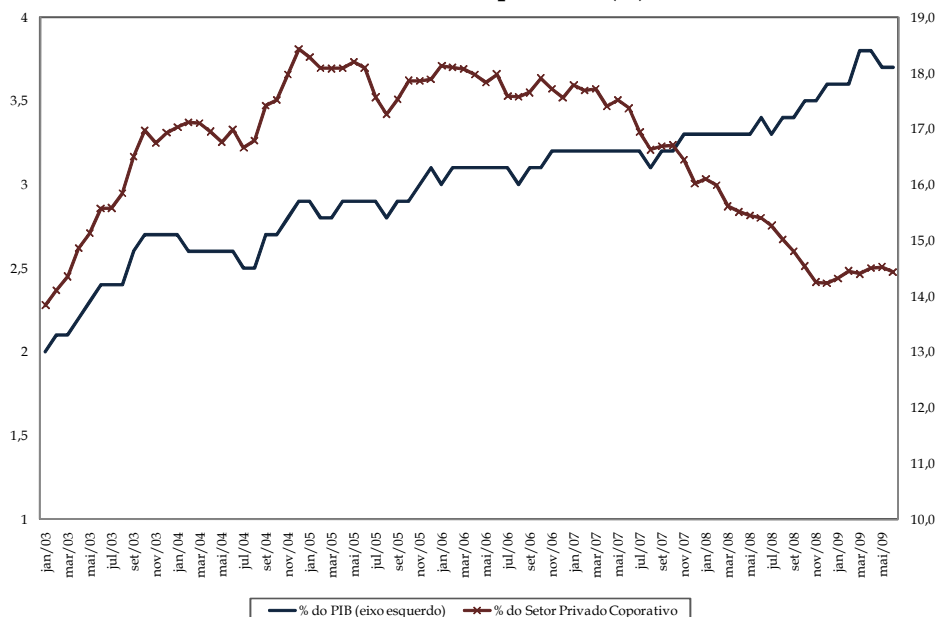
Nota:

1. Deflator: IPCA.

Diferentemente do que foi observado para os demais setores, que só começaram a registrar taxas positivas de crescimento real quando comparado com igual mês do ano anterior a partir de 2004 (ver Gráfico A.6 do Anexo 1), o setor rural apresentou taxas de crescimento reais positivas durante todo o período em tela. Isso é reflexo da própria especificidade do setor. Como a maior parte dos recursos para financiamento provém dos recursos direcionados, o volume de crédito destinado ao setor varia com menor intensidade frente às variações do ambiente macroeconômico que afetam a disposição do sistema bancário privado em ofertar crédito.

Como proporção do PIB, o saldo das operações de crédito ao setor rural se elevou de 2% em janeiro de 2003 para 3,8% em março 2009, registrando um pequeno recuo em maio de 2009, para 3,7% do PIB (Gráfico 2). Na média do período, o crédito rural como percentual do PIB ficou no modesto patamar de 3,0%, o menor entre todos os setores de atividade.

Gráfico 2 - Evolução das operações de crédito rural¹ em proporção do PIB (%) e do crédito total ao setor corporativo² (%)



Fonte: Banco Central do Brasil - séries temporais. Elaboração própria.

Notas:

1. Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas, em conformidade com as normas específicas do crédito rural.
2. Crédito total ao setor privado menos crédito às pessoas físicas e à habitação.

As estatísticas do Banco Central relativas ao crédito rural incluem também as famílias, o que impede uma avaliação precisa da participação do setor rural corporativo. Não obstante essa limitação, percebe-se que a participação do setor rural no crédito corporativo total é, igualmente pequena quando comparada com os demais setores de atividade econômica. Após atingir um máximo de 18,4% em dezembro de 2004, participação a participação do setor rural declinou, quase continuamente, chegando a 14,2% em dezembro de 2008 (Gráfico 2). Nos dois primeiros meses de 2009, possivelmente em razão da combinação das medidas de política financeira anticíclica para o setor rural com a retração do crédito privado para os setores de comércio e serviços, a participação desse setor no total do crédito corporativo subiu ligeiramente, atingindo 14,5% em maio de 2009.

No contexto do aprofundamento da crise financeira internacional, a concessão de crédito bancário no mercado doméstico foi virtualmente paralisada, prejudicando também o setor rural.⁷ Para estimular a reativação do crédito, o governo brasileiro adotou várias medidas de política financeira. No que se refere especificamente ao

⁷ Os impactos do agravamento da crise internacional no mercado de crédito brasileiro foram analisados no relatório *Panorama do Ciclo de Crédito Recente*: condicionantes e características gerais.

crédito rural, em outubro de 2008, o Conselho Monetário Nacional instituiu um maior direcionamento temporário dos recursos bancários para o crédito rural, elevando a exigibilidade sobre os depósitos à vista de 25% para 30%⁸, de 1º de Novembro de 2008 a 30 de Junho de 2009. Em novembro, o CMN elevou também de 65%, para 70% de 1º de Novembro de 2008 a 30 de Junho de 2009, a exigibilidade para os recursos captados pela poupança rural que devem ser obrigatoriamente destinados ao financiamento do setor.⁹ Em decorrência das medidas anticíclicas adotadas, o estoque nominal de recursos para o crédito rural aumentou R\$3,53 bilhões entre novembro de 2008 a junho de 2009.

Com relação à propriedade do capital, observa-se o predomínio das instituições públicas vis-à-vis as privadas (nacionais e estrangeiras) na concessão de crédito ao setor rural. As instituições públicas apresentaram um percentual mais elevado de exposição ao setor rural: participação média do crédito rural na carteira de crédito corporativo de 24% ante os 11% do sistema privado nacional e 13,5% do sistema privado estrangeiro Gráfico 3).¹⁰ Esse predomínio das instituições públicas é consequência direta da mencionada especificidade desse segmento do mercado de crédito, que opera com recursos públicos de origem fiscal ou parafiscal. Os repasses de Fundos Constitucionais só podem ser feitos por bancos oficiais, que para isso contam com a equalização de juros.¹¹ Além disso, os elevados riscos da atividade rural fazem com que as instituições privadas fiquem mais cautelosas na concessão de financiamentos, seja com recursos livres, seja com os recursos das exigibilidades sobre os depósitos à vista.¹² E finalmente, há que se destacar a importância do Banco do Brasil, principal banco federal. Além de deter as contas do funcionalismo público

⁸ Resolução CMN nº 3.623 de 14/10/2008.

⁹ Resoluções CMN nº 3.623 de 14/10/2008 e nº 3.637 de 18/11/2008. Para um maior detalhamento das ações anticíclicas colocadas em prática pelo Governo Federal, ver anexo do primeiro relatório desse subprojeto.

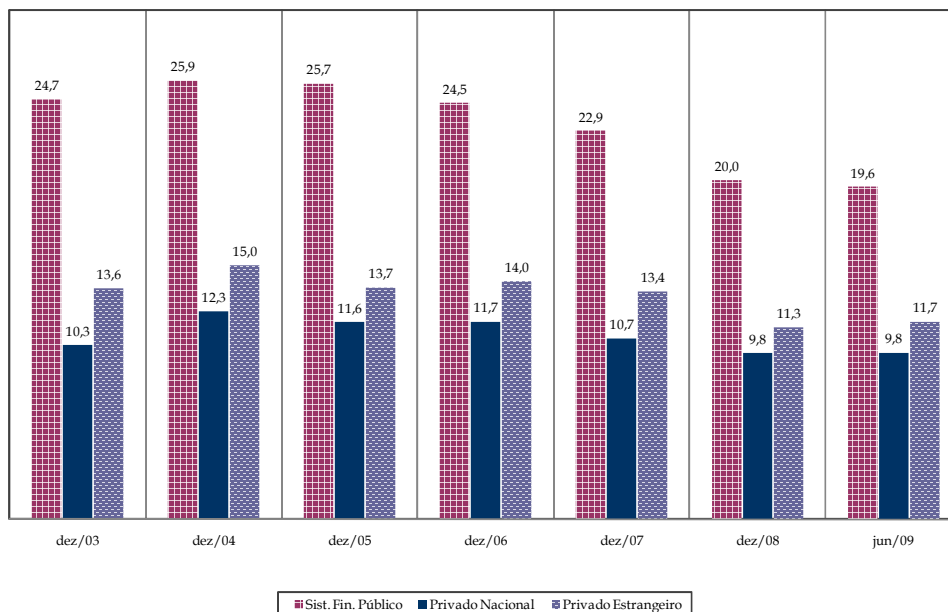
¹⁰ Segundo Freitas (2007b:53), os bancos privados priorizam as operações com os pequenos produtores que fornecem para as grandes empresas da agroindústria, que fornecem garantias. Essa é uma forma de minimizar os riscos inerentes à operação. Porém, de acordo com informação obtida na entrevista realizada na Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, esse modelo de financiamento também é adotado no BB. Conhecido como Convênio de Integração Rural (CONVIR), esse é considerado o melhor modelo de financiamento, porque a grande empresa garante ao pequeno produtor a comercialização da sua produção e, ao mesmo tempo, fornece ao banco as garantias necessárias à concessão do financiamento.

¹¹ A equalização corresponde à diferença entre os custos de captação da instituição financeira e os praticados nas operações de financiamento rural, que possuem taxas controladas pelo Governo. Essa diferença é paga pelo Tesouro Nacional. Apenas os bancos oficiais contam com a equalização de juros.

¹² Conforme já mencionado, as instituições financeiras podem cumprir a exigibilidade de destinar 25% dos depósitos à vista ao crédito rural mediante utilização do Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural (DIR).

federal, o BB possui uma ampla rede de agências, cuja capilaridade permite ao banco captar volume elevado de depósitos à vista e de poupança, sob os quais incidem os percentuais de exigibilidades, contribuindo para a maior participação do BB nesse segmento de crédito.

Gráfico 3 - Evolução da participação relativa do crédito ao setor rural no crédito total do sistema financeiro ao setor privado corporativo¹ por tipo de instituição (%)



Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

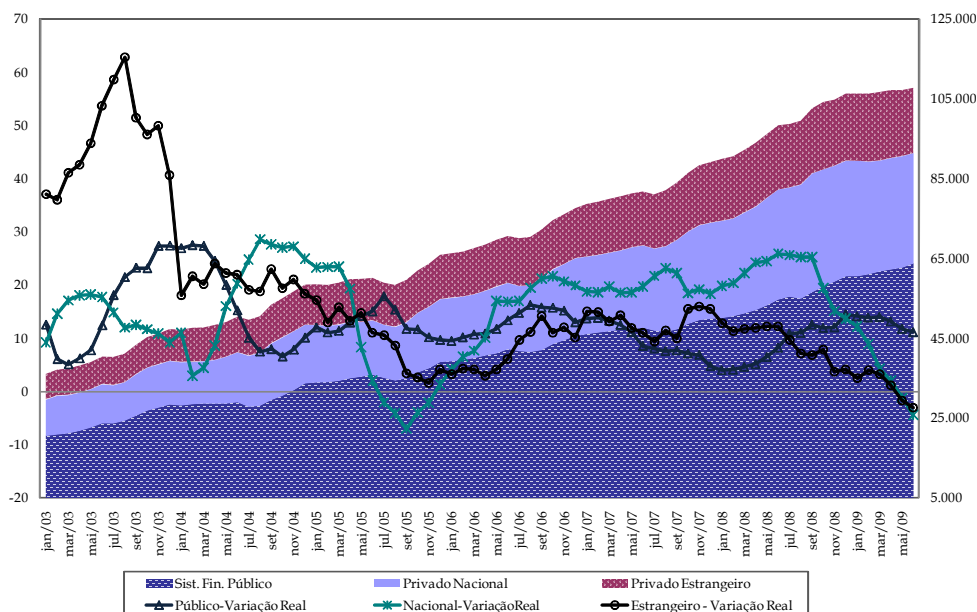
Nota:

1. Crédito total ao setor privado menos crédito às pessoas físicas e à habitação.

A análise da evolução do estoque de crédito ao setor rural por tipo de instituição revela ainda que, no ciclo recente de ampliação do crédito, os saldos de crédito rural das instituições privadas estrangeiras e nacionais iniciaram uma trajetória ascendente, em simultâneo, a partir de dezembro de 2005, como visto relatório 1, em razão do maior dinamismo do agronegócio associado à elevação dos preços das *commodities* agrícolas. No caso das instituições estrangeiras, nos anos iniciais do ciclo, as taxas reais de crescimento frente ao mesmo mês do ano anterior foram sempre decrescentes, porém nunca chegaram a ser negativas nesse período (Gráfico 4). De dezembro de 2005 a junho de 2008, as instituições estrangeiras ampliaram, ainda que com certa descontinuidade, a concessão de crédito ao setor rural. Nesse período, as taxas reais se mantiveram em trajetória de elevação. A partir de julho de 2008, refletindo o aumento da aversão ao risco em um contexto de aprofundamento da crise global, as instituições estrangeiras frearam a concessão de crédito rural, com contração do estoque em termos reais a partir de maio de 2009, quando recuou 1,7% na

comparação com igual mês do ano anterior.

Gráfico 4 - Evolução do estoque das operações de crédito ao setor rural (R\$ milhões) e variação real¹ frente ao mesmo mês do ano anterior (%) por tipo de instituição financeira



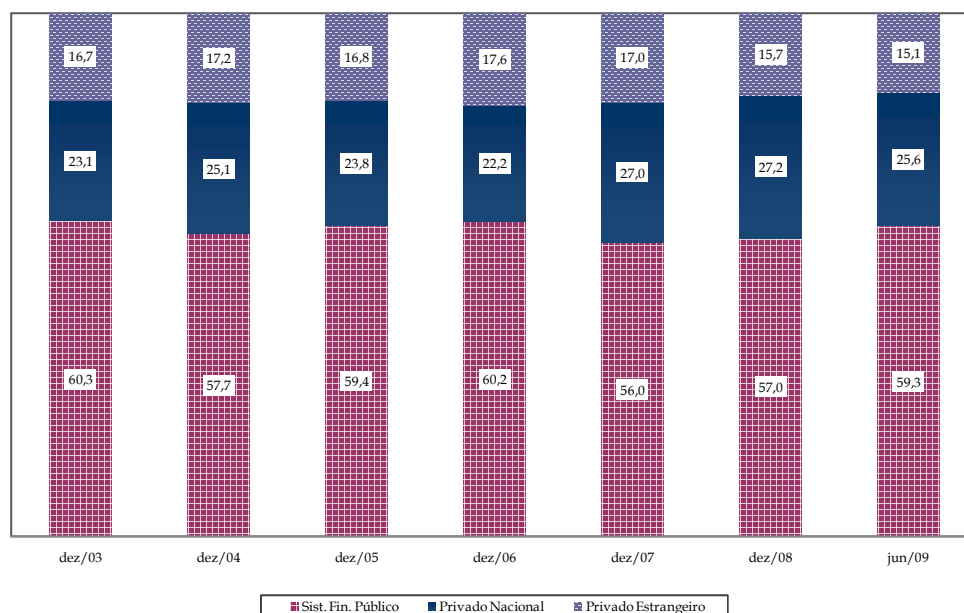
Fonte: Banco Central do Brasil - séries temporais. Elaboração própria.

Nota:

1. Deflator: IPCA.

Já as instituições privadas nacionais tiveram uma reação mais expressiva de dezembro de 2005 a setembro de 2008, período um pouco mais extenso que o das privadas estrangeiras. Desse modo, essas instituições lograram elevar sua participação no total das operações de crédito ao setor rural em 5,0 pontos percentuais entre 2006 e 2008 (Gráficos 4 e 5). A partir de setembro de 2008, mês que marca o aprofundamento da crise financeira mundial, essas instituições desaceleraram a concessão de crédito, registrando variações reais decrescentes no estoque total de crédito concedido. Em maio de 2009, a variação real da carteira de crédito rural das instituições privadas nacionais foi negativa (-1,1%), indicando uma forte queda na oferta de crédito por parte dessas instituições na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 5 - Participação relativa das instituições financeiras pela propriedade do capital nas operações de crédito ao setor rural (%)



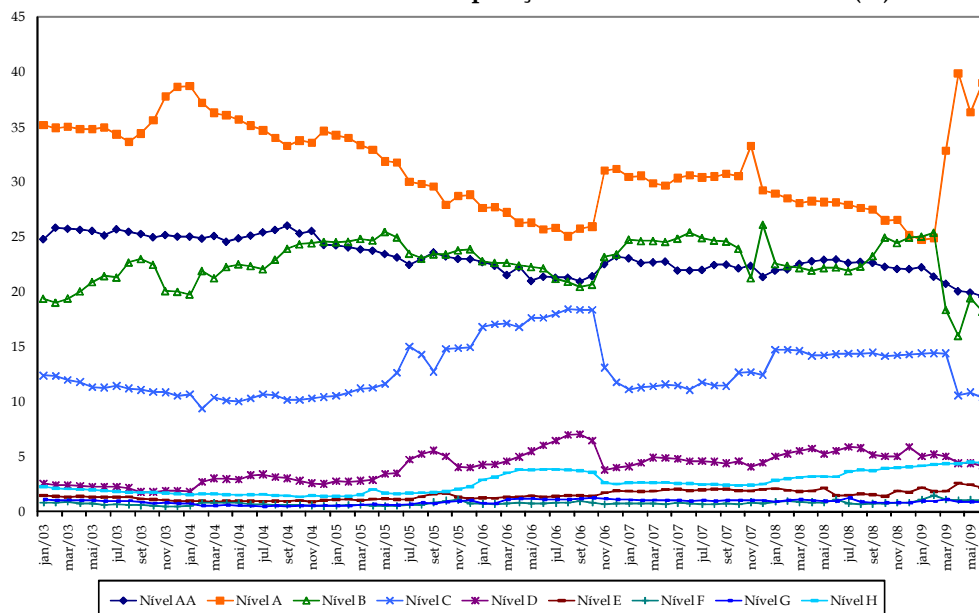
Fonte: Banco Central do Brasil - séries temporais. Elaboração própria.

Embora, diferentemente das instituições financeiras privadas, as públicas tenham registrado um crescimento real sempre positivo nas operações de crédito rural (Gráfico 4), a ampliação do crédito pelo sistema financeiro público não foi suficiente para conter a, já mencionada, forte expansão das instituições privadas nacionais nesse segmento em 2007, com conseqüente queda na participação dos bancos públicos (-3,8 p.p na comparação com dezembro de 2006). Porém, em 2008 e 2009, em razão contração do crédito privado e da política financeira anticíclica, as instituições públicas voltaram a ampliar suas participações no segmento do crédito rural. Em contrapartida, as instituições privadas estrangeiras perderam quase 2,0 p.p. de participação entre dezembro de 2007 e junho de 2009, enquanto as privadas nacionais perderam 1,4 p.p no mesmo período (Gráfico 5).

No que se refere ao risco das operações de crédito rural, a maior parte da concessão de recursos ao setor se enquadra nas faixas de menor risco (AA, A e B). Porém, ao longo do período 2003-2008, houve uma nítida deterioração na capacidade de pagamento dos tomadores, com queda de participação dos níveis (AA, A e B) de 79,4% em janeiro de 2003 para 72,2% em dezembro de 2008, com recuperação parcial no primeiro semestre de 2009 (76,8% em junho). Em contraste, as participações dos níveis de risco D e E subiram, bem com a do nível H, de maior risco, que passou de 2,3% em janeiro de 2003 para 4,1% em dezembro de 2008, atingindo 4,5% em junho de

2009 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Nível de risco das operações de crédito ao setor rural (%)



Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

Com relação às fontes de recursos utilizadas pelo crédito rural o peso relativo dos recursos direcionados¹³ é, conforme mencionado anteriormente, bastante elevado (sempre acima dos 92% no período em análise), embora a participação dos recursos livres tenha aumentado bastante, principalmente a partir de 2007, chegando a 7,9% em dezembro de 2008 e, ao máximo de 8% em junho de 2009 (Tabela 1). É importante destacar que, de acordo com informação obtida junto a diretoria de agronegócios do Banco do Brasil os financiamentos com recursos direcionados concedidos ao setor rural se destinam exclusivamente às atividades de produção e armazenagem.¹⁴ Já as operações de crédito com recursos livres financiam toda a cadeia de agronegócios, inclusive a industrialização de produtos agropecuários.

As estatísticas disponibilizadas pelo *Anuário Estatístico do Crédito Rural*¹⁵, ainda que defasadas temporalmente, permitem identificar a composição dos recursos

¹³ Os recursos direcionados compõem-se das exigibilidades sobre os depósitos à vista, de poupança rural, recursos do FAT e recursos do Tesouro. Esses últimos são aplicados em operações subvencionadas, sob a forma de equalização dos encargos financeiros. Como já mencionado, apenas as instituições oficiais podem operar os programas subvencionados que contam com a equalização.

¹⁴ No jargão do setor, essas são as atividades desenvolvidas “dentro da porteira”.

¹⁵ A base de dados do *Anuário Estatístico do Crédito Rural* difere da base de dados das séries temporais de crédito do SFN. Além de serem dados de fluxos e não de estoque como os das séries temporais, os dados do Anuário incluem as cooperativas de crédito rural e discriminam os bancos públicos em federais e estaduais. Além disso, é importante atentar para o fato de que, até o final de agosto de 2009, os últimos dados do Anuário disponíveis referem-se ao ano de 2007.

direcionados para o crédito rural. Esses dados revelam que os recursos das exigibilidades sobre os depósitos à vista responderam pela maior parte dos financiamentos (Tabela 2), enquanto os recursos livres têm uma participação insignificante (em torno de 3%). Em 2007 (último ano disponível das séries), por exemplo, os recursos das exigibilidades sobre os depósitos à vista e sobre a poupança rural responderam, respectivamente, por 55,5% e 17,9% do total de recursos destinados ao setor rural, enquanto os recursos livres representaram apenas 3,8% desse total (Gráficos 7 e 8). Além dos recursos das exigibilidades e dos recursos livres, o crédito rural conta com recursos do Tesouro, dos fundos constitucionais¹⁶, do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, recursos do BNDES, dos governos estaduais, recursos externos e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ).

Tabela 1 - Evolução da participação dos recursos livres e direcionados no financiamento ao setor rural – participação relativa (%)

Período	Recursos livres	Recursos Direcionados
dez-03	2,5	97,5
dez-04	3,7	96,3
dez-05	4,4	95,6
dez-06	3,4	96,6
dez/07	4,6	95,4
dez/08	7,9	92,1
jun/09	8,0	92,0

Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

Tabela 2 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas em 2007 por fonte de recursos, número de contrato e valor (em R\$)

Fonte de Recursos	Contrato	%	Valor	%
Recursos obrigatórios	764.551	25,8	28.419.861.213,06	55,5
Poupança rural	458.444	15,5	9.178.080.137,31	17,9
Fundos constitucionais	928.404	31,3	3.896.688.448,48	7,6
Recursos BNDES/FINAME	25.579	0,9	2.366.572.113,05	4,6
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador	315.737	10,6	2.065.869.051,79	4,0
Recursos livres	47.327	1,6	1.943.680.222,69	3,8
Recursos do FUNCAFÉ	30.094	1,0	1.642.212.698,42	3,2
Recursos externos - 63 RURAL	492	0,02	613.515.594,74	1,2
Recursos do Tesouro	380.036	12,8	489.707.561,84	1,0
Recursos FIRA/Banco da Terra	12.470	0,4	429.961.673,64	0,8
Recursos de Governos Estaduais	1.421	0,05	43.215.856,94	0,1
Recursos de outras fontes	428	0,01	74.960.882,74	0,1
Fundos de <i>commodities</i>	2	0,0*	400.000,00	0,0*
RESUMO	2.964.985	100,0	51.164.725.454,70	100,00

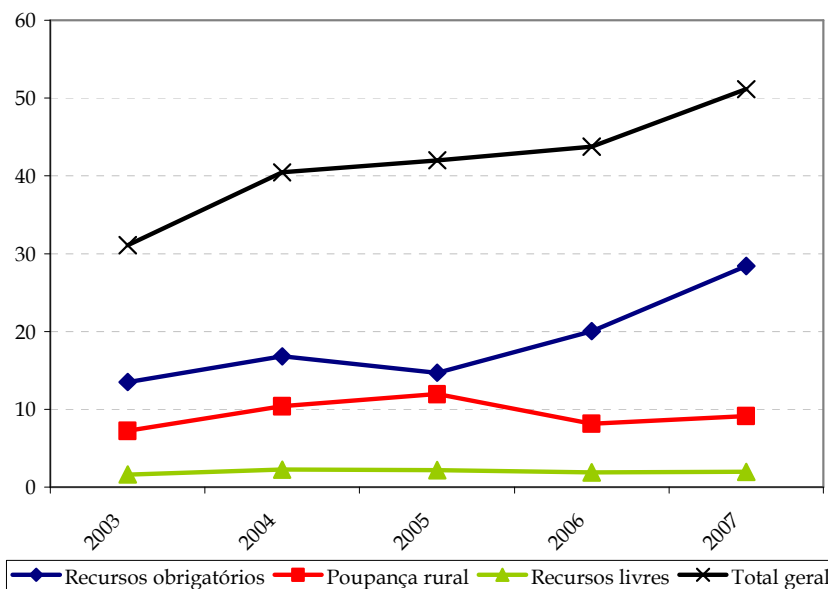
Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural. Elaboração própria.

* Valor insignificante (menor que 0,01%).

¹⁶ O crédito rural conta com recursos dos três fundos constitucionais: Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Para maiores detalhes, ver: Cintra (2007).

No Brasil, a legislação determina que os bancos apliquem 25% dos recursos de recolhimento obrigatório (exigibilidades sobre depósito à vista) ao crédito rural.¹⁷ Desse total, pelo menos 28% dos recursos devem ser aplicados em operações de crédito rural cujo valor não ultrapasse os R\$ 130 mil; e no mínimo 8% devem ser mantidos aplicados em operações vinculadas ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).¹⁸

Gráfico 7 - Evolução do financiamento por principais fontes de recursos (em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil – *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

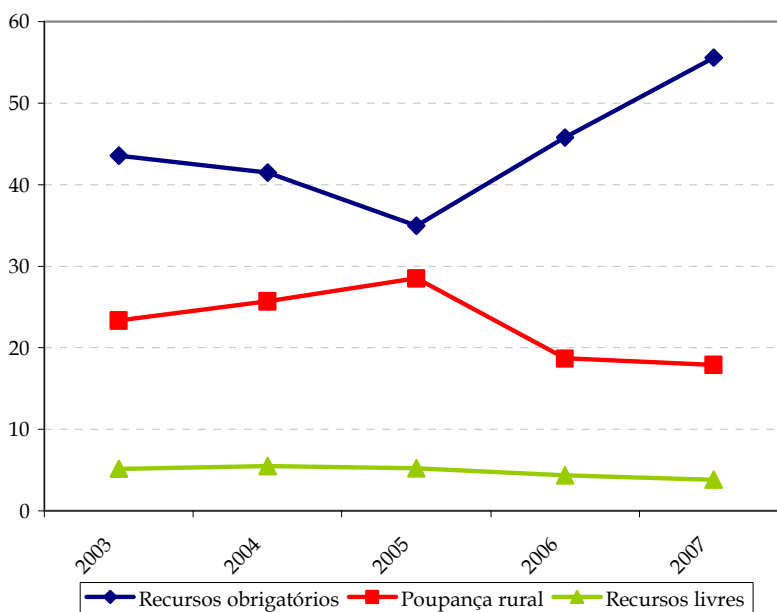
Apesar de ser a principal fonte de recursos durante todo o período, os recursos obrigatórios tiveram uma queda em sua participação relativa de 2003 a 2005, voltando a subir em disparada a partir de 2005 (Gráfico 8). Os recursos da poupança rural tiveram uma trajetória oposta à dos recursos obrigatórios nesse mesmo triênio, elevando sua participação entre 2003 e 2005. Após registrar queda em 2006, a participação da poupança rural voltou a subir em 2007, permanecendo em um patamar

¹⁷ É dever da instituição financeira manter aplicado em operações de crédito rural valor correspondente a 25% da média aritmética do VSR (Valos Sujeito a Recolhimento) apurado no período de cálculo (Res. 3.556; Res. 3.623, art. 1º), conforme o *Manual do Crédito Rural*. Não estão sujeitos ao cumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural (Res. 3.556): a Caixa Econômica Federal (CEF); as cooperativas de crédito; as sociedades de crédito, financiamento e investimento; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); os bancos de desenvolvimento; os bancos de investimento e os bancos múltiplos sem carteira comercial (BCB - *Manual do Crédito Rural*).

¹⁸ A instituição financeira que incorrer em deficiência com relação à exigibilidade fica sujeita ao recolhimento junto ao Banco Central do Brasil dos valores das deficiências apuradas ou ao pagamento de multa de 40% calculada sobre os valores das deficiências apuradas. No entanto, como já mencionado podem ser computados para o cumprimento da exigibilidade os saldos médios diários dos Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural. (BCB - *Manual do Crédito Rural*).

superior ao de 2003. Já os créditos com recursos livres mantiveram sua participação mais ou menos estável no período em um patamar bastante reduzido.

Gráfico 8. Evolução do financiamento por principais fontes de recursos - participação relativa (em %)



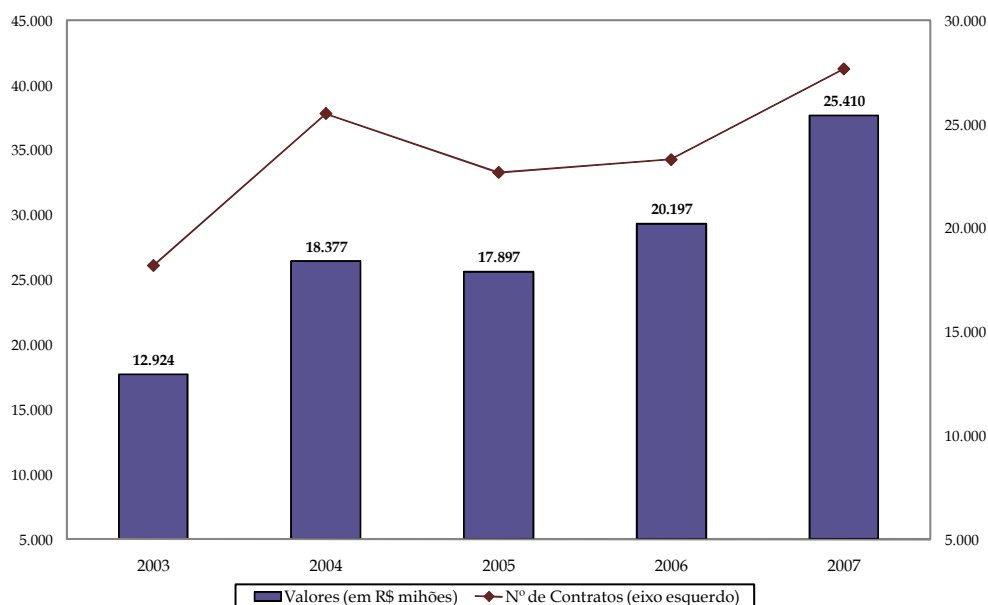
Fonte: Banco Central do Brasil - *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

Como segmento especial do mercado de crédito bancário, o sistema de crédito rural opera com encargos financeiros que são fixados pelo governo em níveis inferiores ao praticados no segmento livre no qual as taxas de juros e depois condições financeiras são livremente pactuadas. Atualmente, os financiamentos com recursos direcionados são praticados com uma taxa efetiva de juros de 6,75%, bem inferior a taxa de 8,75% que vigorou no período 2003-2006 (ver Quadro 1). A redução na taxa efetiva dos empréstimos com recursos obrigatórios reflete uma orientação de política econômica do segundo governo Lula de fortalecer o setor rural, permitindo que o adequado financiamento dos produtores possa ter reflexos sobre o emprego e a renda do setor. Em conjunto com as boas safras e bons preços praticados nas vendas dos produtos agrícolas em 2007, a redução das taxas cobradas nos empréstimos com recursos obrigatórios seguramente contribuiu para a recuperação do setor.

Embora como já mencionado, os dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural apresentem de forma agregada os financiamentos concedidos aos produtores (pessoa física e jurídica) e cooperativas, as informações sobre o valor dos contratos permitem inferir a importância do crédito corporativo rural, que concentra os maiores volumes

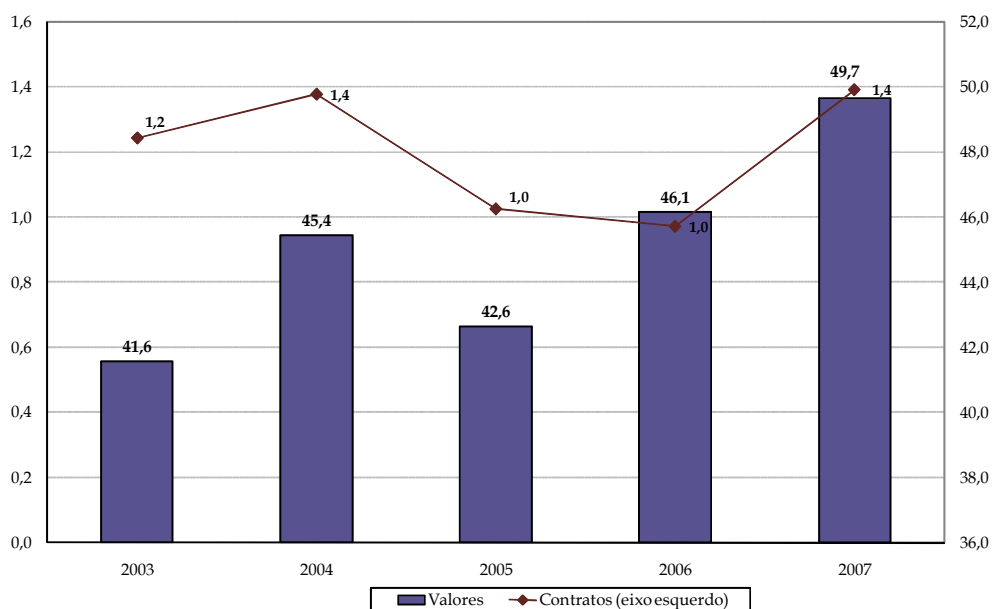
de recursos em um menor número de contratos (Gráficos 9 e 10). Considerando que grande maioria dos financiamentos com valor superior a R\$ 150 mil se destina às empresas do setor rural, hipótese bastante plausível frente ao teto de R\$ 120 mil para os financiamentos no âmbito do Pronaf, a participação do setor corporativo no crédito rural passou de 41,5% em 2003 para 49,7% em 2007 (Tabelas A2 e A3 do Anexo 1).

Gráfico 9 - Evolução dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas com valor superior a R\$ 150 mil, por n° de contrato e valores (R\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural. Elaboração própria.

Gráfico 10 - Participação relativa dos financiamentos com valor R\$ 150 mil no total dos financiamentos ao setor rural, por n° de contrato e valores (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural. Elaboração própria.

Se forem considerados apenas os financiamentos com recursos obrigatórios, o peso do setor corporativo é ainda maior, e também aumentou no período 2003-2007. Em 2003, por exemplo, os financiamentos até R\$ 150 mil, que possivelmente são em sua maioria destinados às famílias, representavam 98% dos contratos com recursos obrigatórios e 47,2% do volume de recursos. Em contraste, os financiamentos acima de R\$ 150 mil que representavam apenas 2,0% do número total de contratos respondiam por quase 53,0% do volume total de recursos no mesmo ano. Já em 2007, os financiamentos até R\$ 150 mil representaram 97,1% dos contratos e 41% do volume de recursos dos financiamentos com recursos obrigatórios, enquanto aqueles acima de R\$ 150 mil representavam por 2,9% dos contratos e por 59,0% do volume desses recursos (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por fonte de recursos e por faixa de financiamento em 2003 - participação relativa (em %)

Fonte de Recursos	De 0,00 a 60.000,00		De 60.000,01 a 150.000,00		De 150.000,01 a 300.000,00		Acima de 300.000,00	
	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor
Recursos do Tesouro	99,9	97,4	0,03	1,7	0,0*	0,3	0,0*	0,5
Recursos obrigatórios	95,1	37,4	2,9	9,8	1,0	6,9	1,0	45,9
Poupança rural	81,0	31,7	13,1	26,5	4,5	18,5	1,4	23,3
Recursos livres	96,9	59,0	2,2	13,8	0,5	6,8	0,4	20,3
Fundos constitucionais	97,3	38,9	1,7	16,3	0,6	13,1	0,4	31,8
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	99,9	99,5	0,02	0,4	0,0*	0,05	0,0	0,0
Fundos de <i>commodities</i>	98,4	94,5	1,6	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos BNDES/FINAME	68,9	23,4	21,1	31,5	7,7	26,3	2,2	18,7
Recursos FTRA/Banco da Terra	96,0	65,5	2,3	10,4	0,8	7,7	0,9	16,4
Recursos de Governos Estaduais	100,0	100,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos do FUNCAFÉ	93,6	68,9	6,3	29,8	0,04	0,4	0,01	0,9
Recursos externos - 63 RURAL	0,0	0,0	26,3	5,8	42,1	23,5	31,6	70,7
Recursos de outras fontes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral por Fonte de Recursos	96,3	42,7	2,4	15,8	0,8	11,2	0,4	30,3

Fonte: Banco Central do Brasil - *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

* Valor insignificante (menor que 0,01%).

Tabela 4 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por fonte de recursos e por faixa de financiamento em 2007 - participação relativa (em %)

Fonte de Recursos	De 0,00 a 60.000,00		De 60.000,01 a 150.000,00		De 150.000,01 a 300.000,00		Acima de 300.000,00	
	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor
Recursos do Tesouro	99,9	98,6	0,01	0,5	0,0*	0,04	0,0*	0,8
Recursos obrigatórios	89,6	22,4	7,5	18,6	1,5	9,0	1,3	50,0
Poupança rural	91,9	37,5	6,1	29,3	1,5	16,7	0,5	16,5
Recursos livres	87,5	32,6	8,7	20,1	2,4	12,1	1,4	35,2
Fundos constitucionais	99,4	54,4	0,3	7,5	0,1	6,2	0,1	31,9

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	99,9	97,4	0,1	1,4	0,0*	0,1	0,0*	1,0
Fundos de <i>commodities</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0
Recursos BNDES/FINAME	58,2	14,5	25,9	27,2	12,0	26,6	3,8	31,7
Recursos FTRA/Banco da Terra	96,5	68,2	1,7	4,9	0,8	5,1	1,0	21,8
Recursos de Governos Estaduais	98,4	95,1	1,6	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos do FUNCAFÉ	86,4	24,4	8,6	15,2	3,3	12,6	1,6	47,8
Recursos externos - 63 RURAL	5,7	0,2	10,2	0,8	6,5	1,2	77,6	97,7
Recursos de outras fontes	72,4	9,0	10,7	6,4	12,1	16,9	4,7	67,7
Total Geral por Fonte de Recursos	95,1	31,6	3,5	18,8	0,9	10,7	0,5	39,0

Fonte: Banco Central do Brasil - *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

* Valor insignificante (menor que 0,01%).

Na próxima seção analisa-se a atuação dos bancos públicos, com destaque para o Banco do Brasil e para o BNDES.

IV. Atuação dos bancos públicos

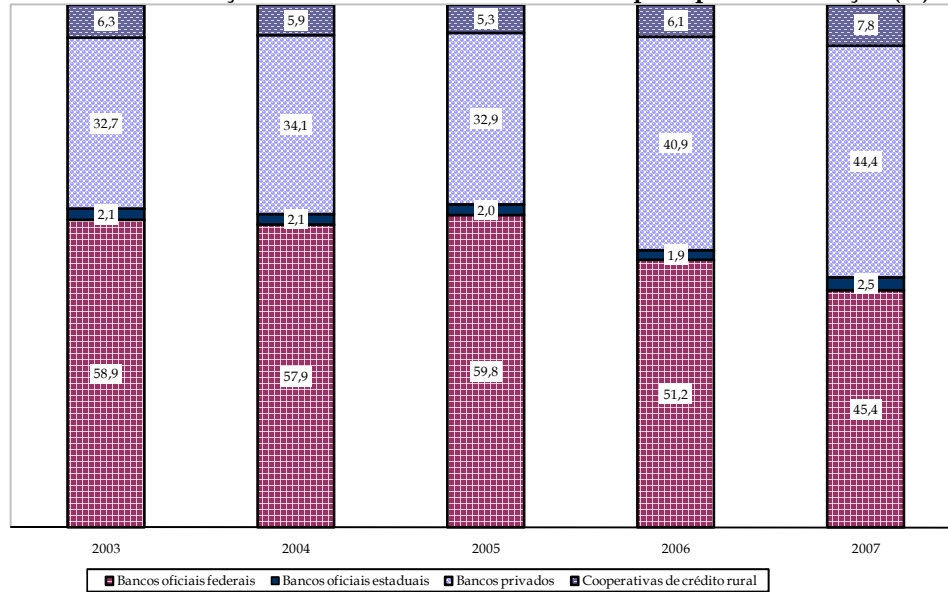
Como visto na seção precedente, são as instituições públicas que se destacam no segmento do crédito rural, respondendo por quase 60% do crédito total do sistema financeiro nacional destinado ao setor rural (Gráfico 5). Apesar da defasagem na divulgação dos dados, o *Anuário Estatístico do Crédito Rural* permite identificar que, dentre os bancos públicos participantes do sistema de crédito rural, predominam os bancos federais. A participação dos bancos oficiais estaduais é muito pequena, representando cerca de 2% durante o período em análise (Gráficos 11 e 12).

Os dados do Anuário mostram também que, apesar dos bancos públicos permanecerem como os principais agentes do sistema de crédito rural, sua participação caiu durante o ciclo recente de expansão de crédito, em particular, a partir de 2005, quando o *boom* dos preços das *commodities* agrícolas despertou o interesse dos bancos privados no setor rural. Desse modo, em contrapartida ao recuo dos bancos públicos, a participação dos bancos privados teve um aumento significativo de 11,5 p.p. entre 2005 e 2007 (Gráfico 12).¹⁹ Como foi visto na seção anterior, a participação dos bancos privados no crédito rural só começou a cair em 2008, como reflexo da crise financeira mundial (Gráfico 5). Nesse momento fica clara a importância dos bancos públicos enquanto agentes do Governo na execução de políticas anticíclicas de combate à crise e de estímulo à reativação da atividade econômica.²⁰

¹⁹ O Anuário não desagrega as informações sobre bancos privados por propriedade de capital. Desse modo, os dados dos bancos privados referem-se ao somatório dos privados nacionais e estrangeiros.

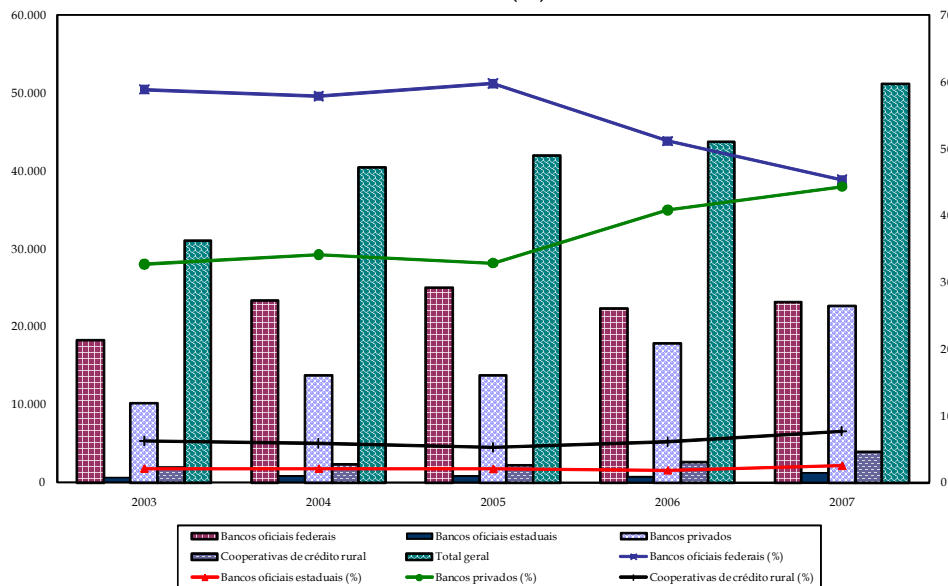
²⁰ Em entrevista realizada na Nossa Caixa, foi mencionado que os bancos públicos, seguindo orientação do Governo Federal, estão trabalhando para ampliar o crédito e encurtar a crise, acelerando a retomada, desempenhando, assim, o papel anticíclico desejado pelo governo. Igualmente, estão contribuindo para o alongamento dos prazos, redução dos juros e *spreads*.

Gráfico 11. Evolução do financiamento ao setor rural por tipo de instituição (%).



Fonte: Banco Central do Brasil – *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

Gráfico 12. Evolução do crédito rural por tipo de instituição (R\$ milhões) e participação relativa (%).



Fonte: Banco Central do Brasil – *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

Como já destacado, o Banco do Brasil é o principal agente nesse segmento de crédito. Todavia, também são importantes, em sua esfera de atuação, os bancos federais de desenvolvimento regional, Banco da Amazônia S.A. (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).²¹ Atuando no fomento de atividades sustentáveis, que

²¹ Como possuem atuação regional, esses dois bancos não serão objeto de uma análise mais detalhada nesse relatório, cuja ênfase é setorial.

preservem o meio ambiente, o BASA tem como principal fonte de recursos o Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Já o BNB, com forte atuação como banco de crédito e de desenvolvimento agrícola, administra, juntamente com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). Os programas rurais absorvem cerca de 50% dos recursos do FNE, representando cerca de 6% das operações realizadas com esse fundo pelo BNB. No entanto, os financiamentos ao setor rural concedidos pelo BNB vão além da utilização desse fundo e, em 2007, por exemplo, representaram 61% das operações totais do banco. A participação do BNB no total de crédito da região também é muito expressiva, e esteve entre 60% e 80% nos últimos dez anos. São clientes do banco as micros, pequenas, médias e grandes empresas, as associações e cooperativas, as entidades governamentais e não-governamentais, os produtores rurais (agricultor familiar, mini, pequeno, médio e grande produtor) e o empreendedor informal.²² Os financiamentos concedidos pelo BNB ao setor rural têm taxas menores do que aqueles concedidos para a indústria e o setor de serviços. Em 2008, o BNB, assim como os demais bancos públicos, expandiu sua participação do segmento de crédito rural, aumentando o apoio ao custeio agrícola, no total de R\$700 milhões, a fim de garantir a sustentabilidade dos negócios, através de adequado financiamento ao setor, no cenário atual de escassez de crédito.²³

Na amostra selecionada dos dez maiores bancos em atuação no sistema financeiro brasileiro estão presentes três bancos públicos: Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Nossa Caixa. Porém, apenas o Banco do Brasil tem atuação destacada no segmento do crédito rural, razão pela qual será examinado em separado na subseção IV.1. Também o BNDES será examinado a parte, na subseção IV.2, uma vez que, esse banco de fomento desempenha papel relevante no financiamento do investimento desse setor.

O exame da evolução do crédito dos bancos públicos ao setor rural baseia-se nas informações extraídas das notas explicativas das demonstrações contábeis desses bancos. Como explicado na Introdução desse relatório, tais informações não são, todavia, padronizadas, já que cada instituição discrimina, livremente, os setores. Feitas essas ressalvas, é possível observar que as participações da Caixa Econômica Federal e da Nossa Caixa no segmento de crédito rural são pequenas, embora a participação da

²² Informações extraídas de Carvalho e Tepassê (2009: 7, 9 e 14).

²³ Essas informações foram extraídas de Goldberg (2009: 27 e 28).

Nossa Caixa seja bem maior que a da Caixa Econômica Federal (Tabela 5).

Tabela 5 - Evolução do financiamento ao setor rural¹ pelos principais bancos públicos (R\$ milhões)

Bancos públicos	Dez/03	Dez/04	Dez/05	Dez/06	Dez/07	Dez/08	Jun/09
Banco do Brasil ¹	26.864	30.036	35.708	45.064	51.883	63.690	67.600
Caixa Econômica Federal	3,9	4,2	6,4	7,7	9,1	0,8	1,1
Nossa Caixa	228	274	324	303	504	764	825

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Notas:

1. Inclui crédito aos produtores rurais, pessoas físicas.

2. Os dados do Banco do Brasil referem-se ao saldo de crédito às atividades de agronegócios.

Na Caixa Econômica Federal (CEF), ao longo do período de análise, a carteira de crédito rural correspondeu a no máximo 0,02% da carteira de crédito total da instituição, parcela muito baixa e que representa, em seu pico (dezembro de 2007), o valor de R\$9,1 milhões (Tabela A2 do Anexo 2). Além de privilegiar o setor habitacional e de infraestrutura urbana, a CEF não precisa cumprir as exigibilidades de aplicação de parcela dos depósitos à vista em crédito rural, como os demais bancos do sistema financeiro nacional,²⁴ concedendo, dessa forma, pouco crédito ao setor. Outra hipótese para essa diminuta participação da CEF nesse segmento seria o fato do Banco do Brasil, outro banco federal, já ocupar esse nicho. Assim, os dois principais bancos federais atuariam de forma complementar, com ênfase no fomento de setores diferentes da economia.

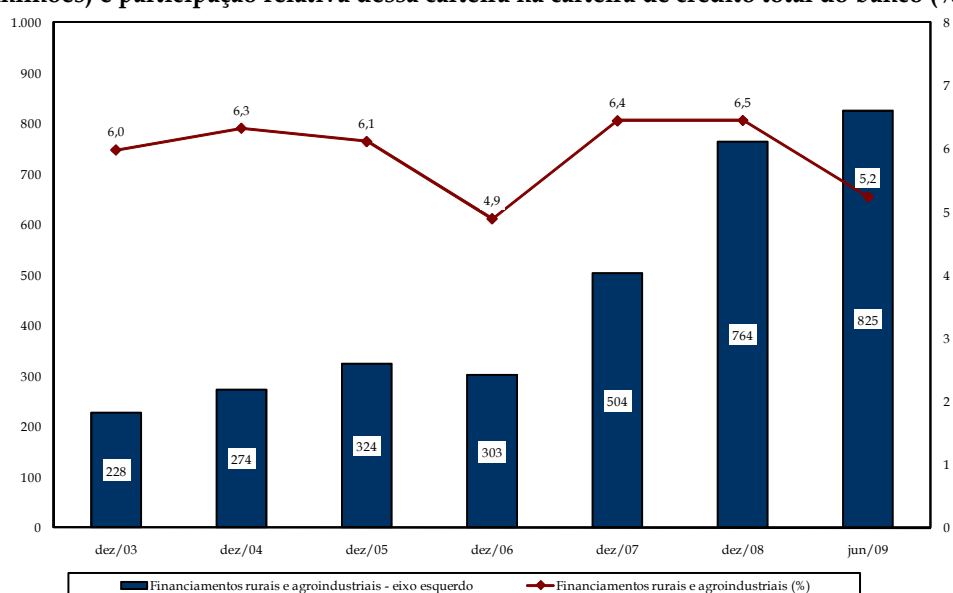
Na Nossa Caixa, instituição estadual paulista adquirida pelo Banco do Brasil em março de 2009, as operações de crédito ao setor rural representaram, em média, cerca de 6% da carteira de crédito total da instituição (Gráfico 13 e Tabela A3 do Anexo 2). Segundo informações do relatório de administração, em 2008, além de apoiar os pequenos produtores rurais no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco Nossa Caixa ampliou a atuação nos demais setores do agronegócio, com a oferta de linha de crédito com juros de 6,75% às agroindústrias e às cooperativas.²⁵ A instituição atua também como o agente financeiro do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap). São recursos do governo do Estado de São Paulo destinados a 23 programas de crédito, com finalidades específicas, que visam apoiar o desenvolvimento do agronegócio paulista.

²⁴ Banco Central do Brasil - *Manual do Crédito Rural*.

²⁵ Os créditos às agroindústrias têm prazo de pagamento de até 240 dias, o que possibilita a estocagem dos produtos agropecuários adquiridos diretamente do produtor e de suas cooperativas. Para as cooperativas, as linhas de crédito atendem aos cooperados, com prazo de pagamento de 4 a 36 meses, no custeio agropecuário, em itens de investimento ou para antecipar recursos em contrapartida de produtos entregues para venda.

Embora o saldo dos financiamentos rurais concedidos pela Nossa Caixa tenha registrado crescimento nominal médio anual de 27,4% no período 2003-2008, com taxas expressivas no biênio 2007-08 (Tabela 6), esse aumento não foi acompanhado pela elevação da participação do crédito rural na carteira de crédito, o que denota a baixa prioridade desse setor para o banco. Contudo, após a aquisição pelo Banco do Brasil, a Nossa Caixa reviu sua estratégia operacional, ampliando os limites para o crédito rural já na safra 2009-10.²⁶ Na entrevista realizada nesse banco, obteve-se a informação de que, a partir de agosto de 2009, a Nossa Caixa voltará a atuar como agente financeiro do BNDES, com repasses do Finame, cartão BNDES e nas linhas de capital de giro.

Gráfico 13 - Evolução dos financiamentos rurais¹ e agroindustriais na Nossa Caixa (R\$ milhões) e participação relativa dessa carteira na carteira de crédito total do banco (%)



Fonte: Nossa Caixa - Relatórios Anuais. Elaboração própria.

Nota

1. Inclui crédito aos produtores rurais, pessoas físicas.

Apesar de sua pequena participação no segmento de crédito ao setor rural, como banco público federal, a CEF segue as diretrizes da política financeira governamental, elevando os financiamentos ao setor em momentos de crise. Em 2005, por exemplo, ano de crise no setor rural, a CEF apresentou taxa de crescimento real ao financiamento rural de 47,9%. E essas taxas foram sempre positivas até dezembro de 2007. A partir daí a CEF passou a se dedicar ao financiamento de outros setores (como infraestrutura e habitação), reduzindo a concessão de crédito ao setor rural. Porém, no

²⁶ Embora a Nossa Caixa tenha sido adquirida pelo Banco do Brasil em março de 2009, a sua incorporação ao BB ainda não ocorreu. Pelo menos até o final de 2009, o ex-banco estadual paulista apresentará balanço e demonstração de resultados em separado do seu controlador.

primeiro semestre de 2009, a CEF voltou a ampliar as operações de crédito rural, com expansão real da ordem de 30,7% em comparação com dezembro de 2009.

Tabela 6 - Taxas de crescimento nominal e real¹ do crédito ao setor rural² na Nossa Caixa e na CEF

Bancos	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jun.)
CEF - nominal	7,7%	50,7%	20,5%	18,1%	-91,1%	32,2%
CEF - real	7,2%	47,9%	19,9%	17,4%	-86,0%	30,7%
Nossa Caixa - nominal	20,1%	18,4%	-6,5%	66,3%	51,6%	8,0%
Nossa Caixa - real	18,7%	17,4%	-6,3%	63,5%	48,7%	7,7%

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Notas:

1. Deflator: IPCA.

2. Inclui crédito aos produtores rurais, pessoas físicas.

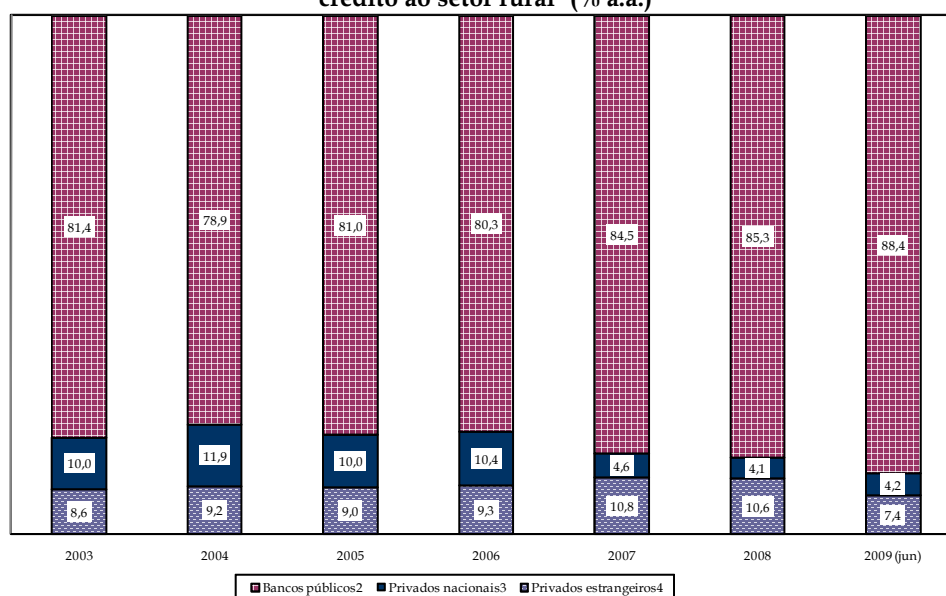
Não obstante suas insuficiências, as informações quantitativas nos relatórios de administração para a amostra dos dez maiores bancos – Banco do Brasil, Itaú, Unibanco, Bradesco, Santander, ABN Amro Real, Caixa Econômica Federal, HSBC, Safra, Nossa Caixa – e o Rabobank, que foi incluído na análise desse segmento de crédito – fornecem elementos adicionais para análise do mercado de crédito bancário ao setor rural. Os dados da carteira de crédito setorial dessas instituições permitem traçar, pela ótica da natureza do capital, um quadro, um pouco mais completo, da importância relativa dos principais bancos públicos e privados no financiamento do setor.

Em razão do papel essencial desempenhado pelo Banco do Brasil, os dados extraídos dos balanços comprovam o predomínio dos bancos públicos no segmento de crédito rural (Gráfico 14). A concentração do crédito rural nos bancos públicos na amostra ampliada é ainda maior do que a observada nas estatísticas de crédito do SFN analisada na seção precedente (Gráfico 5). Essa diferença sugere o menor interesse dos grandes bancos privados por esse setor, cuja natureza da atividade é marcadamente arriscada.

Dentre os bancos privados, os nacionais possuem uma participação maior que os bancos privados estrangeiros, tal como já havia sido verificado nas estatísticas do BCB examinadas na seção precedente. O avanço do grupo dos bancos estrangeiros em 2007 sugerido pelos dados do Gráfico 14 é apenas ilusório. Em decorrência da mudança na forma de apresentação dos dados contábeis pelo Itaú a partir de 2007, com agregação do crédito rural na carteira de crédito agroindustrial, os dados relativos a esse banco foram excluídos para evitar uma distorção ainda mais grave. Como Itaú possuía em 2006 uma participação relativamente elevada no segmento de crédito

privado ao setor rural, sua exclusão resultou em um aumento artificial da importância do grupo dos bancos estrangeiros em 2007. Porém, mesmo com essa limitação é possível observar, o resultado da ação anticíclica dos bancos públicos no primeiro semestre de 2009, que, ante a retração dos bancos privados estrangeiros, resultou em maior participação no segmento do crédito rural.

Gráfico 14. Participação relativa dos grandes bancos, agregados por natureza do capital, no crédito ao setor rural¹ (% a.a.)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

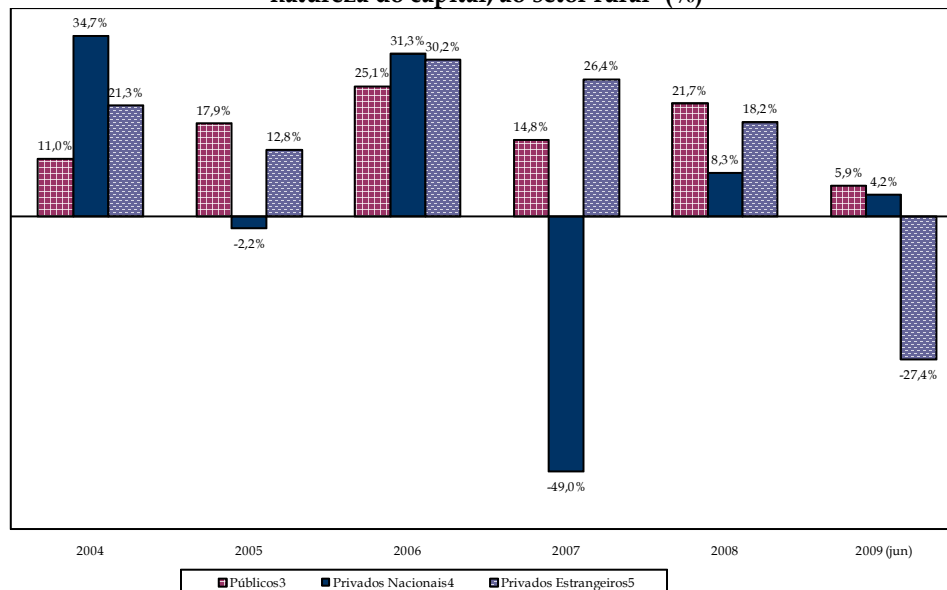
Notas:

1. Inclui crédito ao produtor rural, pessoa física, em alguns casos.
2. BB, CEF e Nossa Caixa.
3. Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra. Exceto Itaú em 2007 e Itaú Unibanco em 2008 e 2009.
4. ABN Amro Real, HSBC, Santander e Rabobank. Em razão da aquisição do holandês ABN Amro pelo espanhol Santander em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander Brasil. Para junho de 2009, não há informação disponível para o Rabobank.

A exclusão do Itaú para no período 2007 a junho de 2009 distorce a análise comparativa das taxas reais de crescimento dos financiamentos ao setor rural pelos três tipos de instituição por propriedade do capital. Contudo, se o grupo dos bancos privados nacionais for deixado de lado, os dados contábeis da carteira de crédito revelam o arrefecimento da concessão de crédito pelos bancos privados estrangeiros em 2008 e a aceleração dos bancos públicos (Gráfico 15). No primeiro semestre de 2009, enquanto a concessão de crédito rural pelos bancos estrangeiros retraiu em termos reais, os grandes bancos públicos ampliaram o estoque de crédito em 5,90% em termos reais na comparação com dezembro de 2008. Também o grupo dos privados nacionais registrou crescimento real do saldo do crédito rural no 1º semestre, como será visto na seção V, esse aumento foi puxado pelo Bradesco, um dos maiores bancos varejistas do

país, com extensa rede de agência, e reflete, pelo menos em parte, a elevação temporária no percentual de exigibilidade sobre os depósitos à vista, mencionada acima na seção III.

Gráfico 15 - Taxas de crescimento real¹ do crédito dos grandes bancos, agregados por natureza do capital, ao setor rural² (%)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Notas:

1. Deflator: IPCA.
2. Inclui crédito a produtores rurais, pessoas físicas, em alguns casos.
3. BB, CEF e Nossa Caixa.
4. Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra. Exceto Itaú em 2007 e Itaú Unibanco em 2008 e 2009
5. ABN Amro Real, HSBC, Santander e Rabobank. Em razão da aquisição do holandês ABN Amro pelo espanhol Santander em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander Brasil. Para o Rabobank não há informação disponível para junho de 2009.

A seguir serão examinadas as atuações do Banco do Brasil (item IV.1) e do BNDES (subitem IV.2).

IV.1. Banco do Brasil

Como já ressaltado, o Banco do Brasil (BB) é o principal financiador do setor rural, com participação de 62,7% no Sistema Nacional de Crédito Rural²⁷ no primeiro semestre de 2009. De acordo com informação obtida na entrevista na diretoria de agronegócios, os principais concorrentes do BB nesse segmento de crédito bancário são os bancos Bradesco, Itaú Unibanco, Rabobank (como já mencionado, um banco cooperativo de origem holandesa, especializado em financiamento aos agronegócios) e o Santander Real (em particular no estado de São Paulo).

²⁷ Relatório da Administração, junho de 2009. Disponível em: <http://www.bb.com.br>.

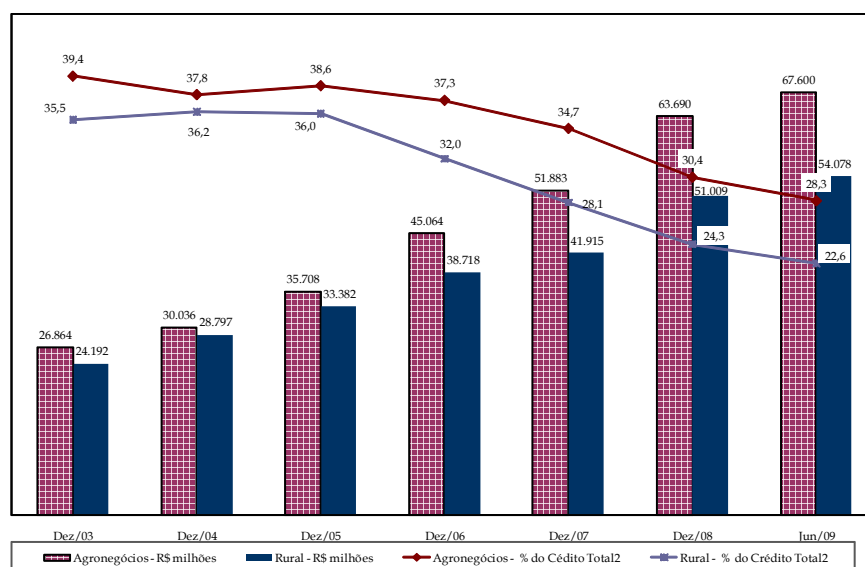
A carteira de agronegócios²⁸ é a segunda maior carteira de crédito do banco, só perdendo para a carteira de varejo, que inclui pessoas físicas, micro e pequenas empresas. Todavia, tanto o peso do BB nesse segmento como a participação do crédito rural na carteira total do banco já foram maiores, e vem se reduzindo ao longo do ciclo recente de expansão de crédito. De um lado, isso se deve ao fato de que, durante a fase de auge do atual ciclo, os demais bancos (especialmente os privados) expandiram fortemente o crédito ao setor rural, avançando assim sobre fatias de mercado do BB. De outro lado, o BB passou a operar com lógica privada de valorização e gestão de risco, o que deve ter contribuído para uma menor exposição ao setor rural.²⁹

Os dados contábeis do BB mostram que a participação do crédito rural na carteira de crédito doméstico do banco vem caindo continuamente desde 2005 (Gráfico 16). A redução do peso do crédito rural, no sentido estrito, foi ainda maior do que o da carteira de agronegócio. No primeiro semestre de 2009, o crédito rural representava apenas 22,6% da carteira do banco, quase 13,0 pontos percentuais a menos da participação verificada em dezembro de 2003 e a menor em todo o período analisado, enquanto a parcela da carteira de agronegócios caiu 11,1 pontos percentuais no mesmo período. O volume de crédito destinado às atividades de produção rural como proporção da carteira de agronegócios também decresceu no período em tela, passando de 90,1% em dezembro de 2003 para 79,9% em junho de 2009.

²⁸ Como já destacado, o BB apresenta em seus relatórios de administração informações detalhadas para a carteira de crédito ao setor de agronegócios, que inclui outras atividades que não as atividades de produção rural no sentido estrito do termo. Todavia, nas notas explicativas da demonstração de resultados, o banco apresenta informação para o setor rural, estrito senso, sem discriminar às operações relativas às pessoas físicas e jurídicas. Por essa razão, nesse item, ambos serão utilizados, de forma complementar.

²⁹ Segundo Freitas (2007b), em detrimento de sua função de banco público, o BB se guiou na presente década muito mais pela lógica privada de ampliação de lucros e minimização de riscos. Isto explicaria porque o crédito rural vem perdendo espaço em sua carteira de crédito. Esse ponto será retomado mais adiante nessa seção.

Gráfico 16. Evolução da carteira de crédito rural¹ no Banco do Brasil (R\$ milhões) e participação relativa na carteira total de crédito² (%)



Fonte: Banco do Brasil – Relatórios Anuais. Elaboração própria.

Notas:

1. Dados relativos à carteira de agronegócios e à carteira rural. Inclui operações com pessoas físicas.
2. Total da carteira de crédito exclui as operações realizadas no exterior.

A mudança da estratégia operacional do BB em relação ao crédito rural se expressa igualmente nas taxas de crescimento dessa carteira de crédito. Embora o BB venha destinando um volume crescente de recursos ao setor rural, as taxas de crescimento têm sido inferiores às registradas pelas operações de crédito, por exemplo, aos setores da indústria, do comércio e de serviços (Tabela 7 e Tabela A1 do Anexo2). Há também uma diferença no ritmo de ampliação do crédito às atividades de agronegócios, que em média, avançou, em termos reais 16,0% no período em foco, enquanto o crédito às atividades de produção rural cresceu, em média, 13,7%, também em termos reais, no mesmo período (Tabela 7). Em 2008 e no primeiro semestre de 2009, o BB aumentou a concessão de crédito rural mais fortemente, desempenhando importante papel anticíclico ante a retração das linhas de crédito das *tradings*, responsáveis por cerca de 1/3 dos financiamentos ao setor (Ribeiro, 2009).

Tabela 7. Taxas de crescimento nominal e real¹ do crédito ao setor rural² no Banco do Brasil

Carteira	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jun.)
Agronegócios - nominal	11,8%	18,9%	26,2%	15,1%	22,8%	6,1%
Agronegócios - real	11,0%	17,9%	25,4%	14,5%	21,5%	5,9%
Rural - nominal	19,0%	15,9%	16,0%	8,3%	21,7%	6,0%
Rural - real	17,7%	15,1%	15,5%	7,9%	20,5%	5,7%

Fonte: Banco do Brasil – Relatórios Anuais. Elaboração própria.

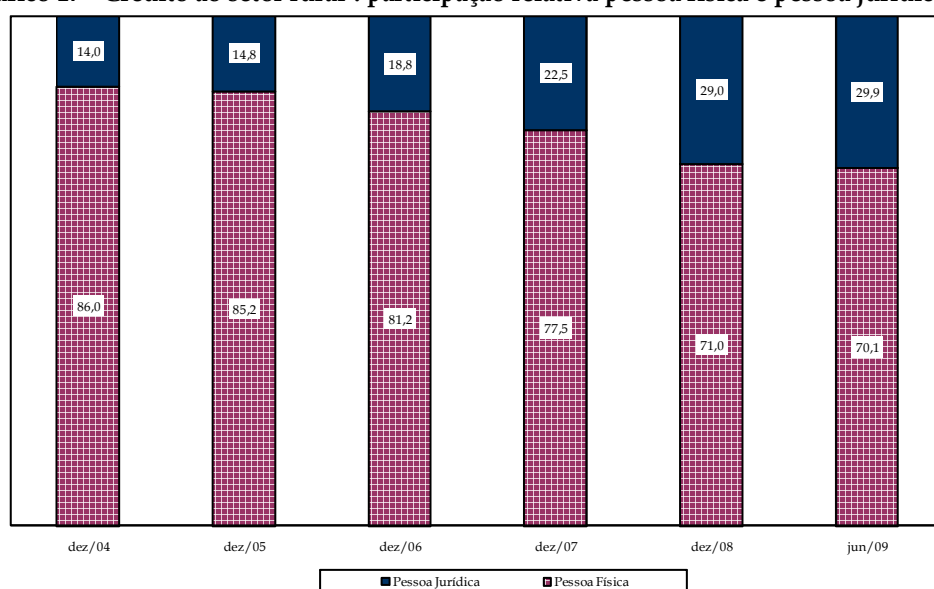
Nota:

1. Deflator: IPCA.

2. Dados relativos à carteira de agronegócios e à carteira rural. Inclui operações com pessoas físicas.

Observa-se, igualmente, que, ao longo do período em foco, o banco ampliou a concessão de crédito às pessoas jurídicas no segmento dos agronegócios. Em 2004, a participação das empresas na carteira de crédito rural do BB era de apenas 14%. Entre 2004 e 2008, o peso das pessoas jurídicas mais do que dobrou (Gráfico 17). No primeiro semestre de 2009, enquanto o estoque de crédito para os produtores rurais subiu 3,0%, o saldo da carteira de crédito para as empresas rurais cresceu 9,0%, elevando a 29,9% a participação das pessoas jurídicas na carteira de agronegócios do BB.

Gráfico 17 - Crédito ao setor rural¹: participação relativa pessoa física e pessoa jurídica (%)



Fonte: Banco do Brasil - Relatórios Anuais. Elaboração própria.

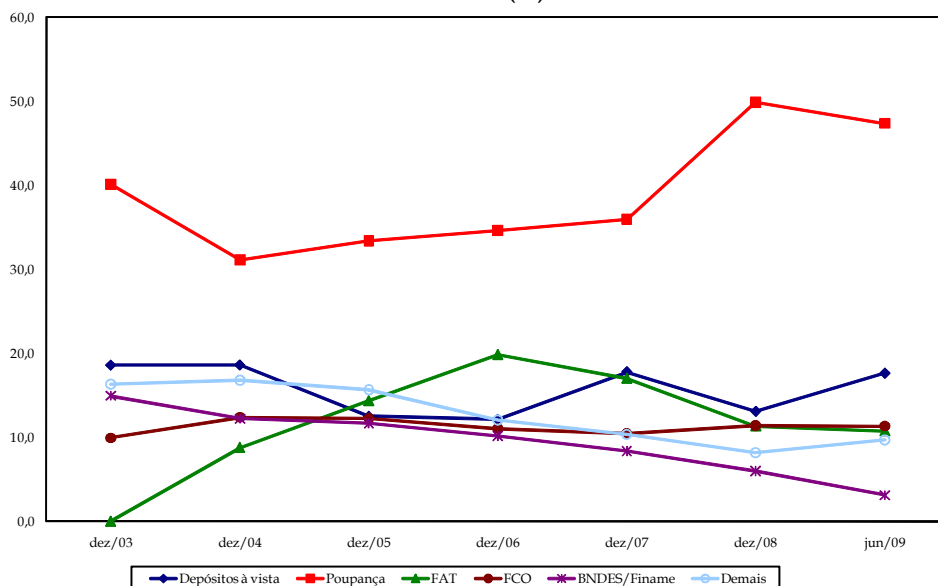
Nota:

1. Dados relativos à carteira de agronegócios.

A principal fonte de recursos do Banco do Brasil para o crédito rural é a poupança, que no período em foco aumentou sua participação no *funding*, saltando de 40% em dezembro de 2003 para 49,9% em dezembro de 2008, com ligeiro recuo no primeiro semestre de 2009 (para 47,4%). Os depósitos à vista, a segunda fonte de recursos mais importante, responderam, em média, por 15,8% do total do *funding* para as operações ativas do BB com o setor de agronegócios, têm uma importância muito menor que a da poupança, representando 17,6% em junho de 2009. Além dessas fontes, há os fundos constitucionais (FCO), recursos do FAT e repasses do BNDES Finame, utilizados para o financiamento de investimentos. Os repasses do Finame tiveram uma queda na sua participação, saindo de 15% em 2003 para 3,1% em junho de 2009

(Gráfico 18).

Gráfico 18 - Carteira de crédito rural¹ do Banco do Brasil por fonte de recursos - participação relativa (%)



Fonte: Banco do Brasil - Relatórios Anuais. Elaboração própria.

Nota:

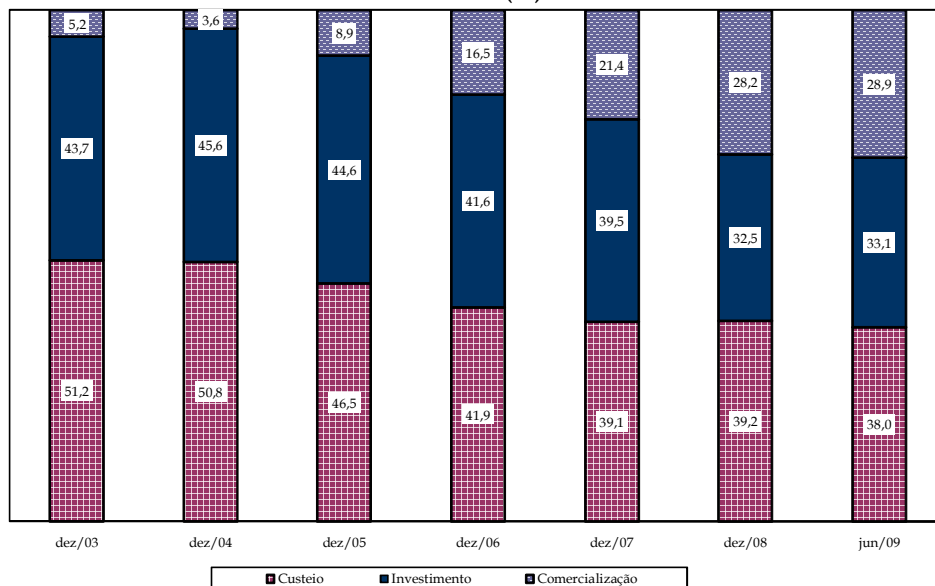
1. Dados relativos à carteira de agronegócios. Inclui operações de crédito com pessoas físicas.

Do total de crédito concedido pelo BB ao setor rural, a maior parte se destina ao financiamento do custeio da atividade de plantio e colheita das lavouras. Na sequência, vem o financiamento de investimento, que inclui projetos de geração de biocombustível, por último, a comercialização. Em termos de prazo das operações de crédito ao setor rural, a duração da safra agrícola é referência para financiamento do custeio e da comercialização, enquanto no financiamento de investimento, o mais freqüente, são prazos entre três a cinco anos para a compra de máquinas e equipamentos, no âmbito do FINAME. Todavia, segundo informação de entrevista, os prazos para financiamentos de investimento podem alcançar vinte anos.

No período em tela, observa-se a redução dos financiamentos destinados ao custeio e ao investimento em contrapartida ao aumento da importância dos financiamentos destinados à comercialização (Gráfico 19). Esse movimento traduz a já sinalizada alteração na estratégia do BB em priorizar o financiamento das atividades de agronegócios, em particular, a industrialização de produtos agropecuários, que são atividades menos arriscadas e com maior valor agregado. Essa interpretação é reforçada tanto pelo exame da composição da carteira de crédito rural do conjunto dos bancos federais por destinação dos financiamentos (Gráfico 20) como pela análise da evolução das linhas de crédito (ou produtos) do Banco do Brasil para o setor de

agronegócios (Gráfico 21).

Gráfico 19 - Carteira de crédito rural¹ do Banco do Brasil por destinação - participação relativa (%)



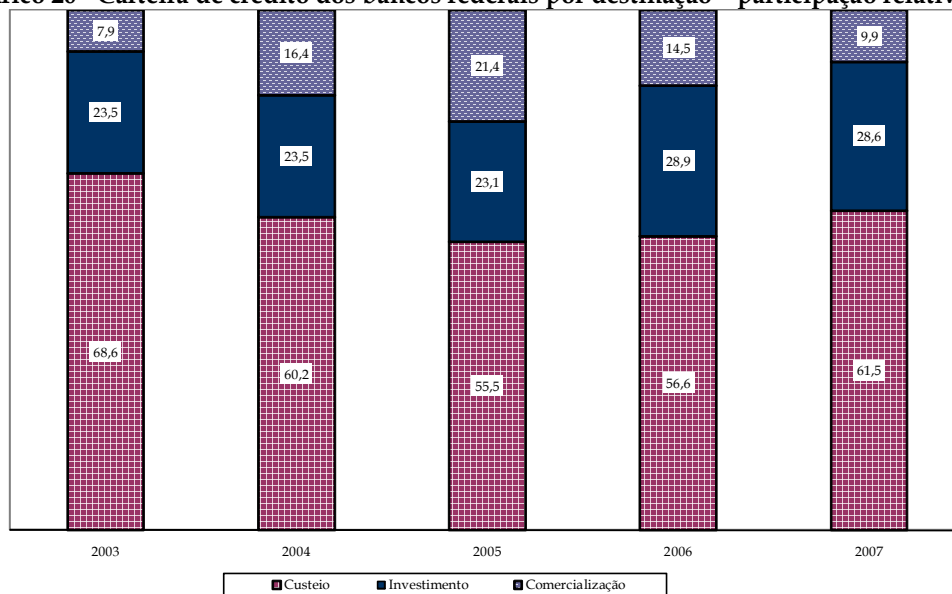
Fonte: Banco do Brasil - Relatórios Anuais. Elaboração própria.

Nota:

1. Dados relativos à carteira de agronegócios. Inclui operações de crédito com pessoas físicas.

Para o conjunto dos bancos federais, o financiamento à comercialização só ganhou importância a partir de 2003 (Freitas, 2007: 53). Todavia, após ter atingido, em 2005, o patamar de 21,5% do total dos financiamentos rurais, o peso da comercialização de reduziu para 9,9 em 2007, ano da informação mais recente do Anuário Estatístico do Crédito Rural. Em contraste, para o BB, a participação dos financiamentos à comercialização aumentou continuamente de 2004 a 2009, quando atingiu 28,9% do total dos financiamentos. Em 2007, o peso da comercialização na carteira do Banco do Brasil era quase três vezes maior do que na carteira do conjunto dos bancos federais nesse mesmo ano (Gráficos 19 e 20).

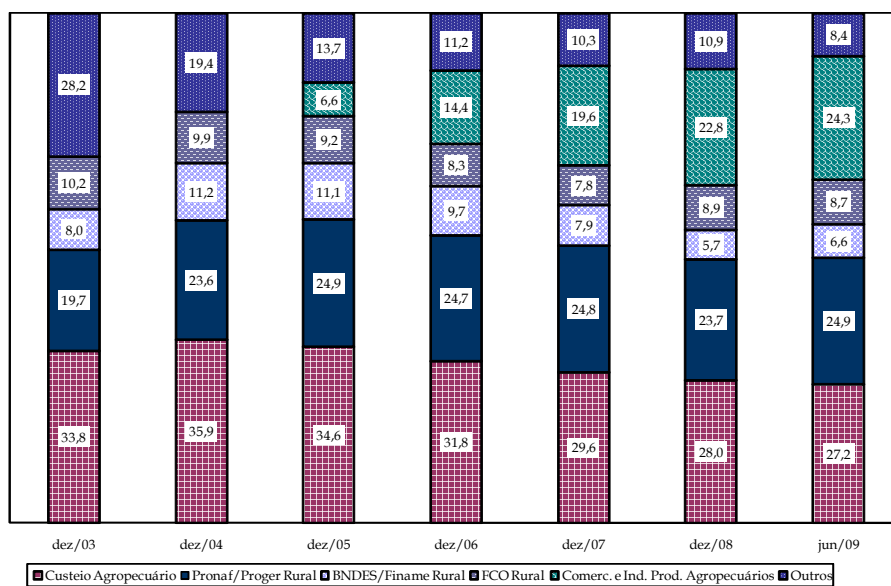
Gráfico 20 - Carteira de crédito dos bancos federais por destinação - participação relativa (%)



Fonte: Banco Central do Brasil - *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

Também tem sido crescente a participação da comercialização e industrialização de produtos agropecuários entre as modalidades de crédito rural operadas pelo Banco do Brasil. Embora essa linha tenha começado a ser discriminada nos relatórios anuais da instituição somente a partir de 2005, nota-se que saltou do patamar inicial de 6,6% para 24,3% em junho de 2009. Desde 2006, a modalidade de crédito para comercialização e industrialização de produtos agropecuários ocupa a terceira posição entre os produtos do BB, atrás somente do custeio agropecuário e dos programas federais PRONAF e PROGER Rural (Gráfico 21). Enquanto a participação dos programas federais PRONAF e PROGER Rural na carteira do BB se mantém, relativamente, estabilizada desde 2004, a participação da modalidade de custeio vem declinando continuamente. No período em tela, embora o banco tenha sido o principal agente financeiro do BNDES no setor rural, os repasses do Finame Rural também tiveram sua importância reduzida na carteira de produtos oferecidos pelo BB, caindo de 11,2% em dezembro de 2004 para 5,7% em dezembro de 2008 (6,6% em junho de 2009).

Gráfico 21 - Carteira de crédito rural¹ do Banco do Brasil por produto - participação relativa (%)



Fonte: Banco do Brasil - Relatórios Anuais. Elaboração própria.

Nota:

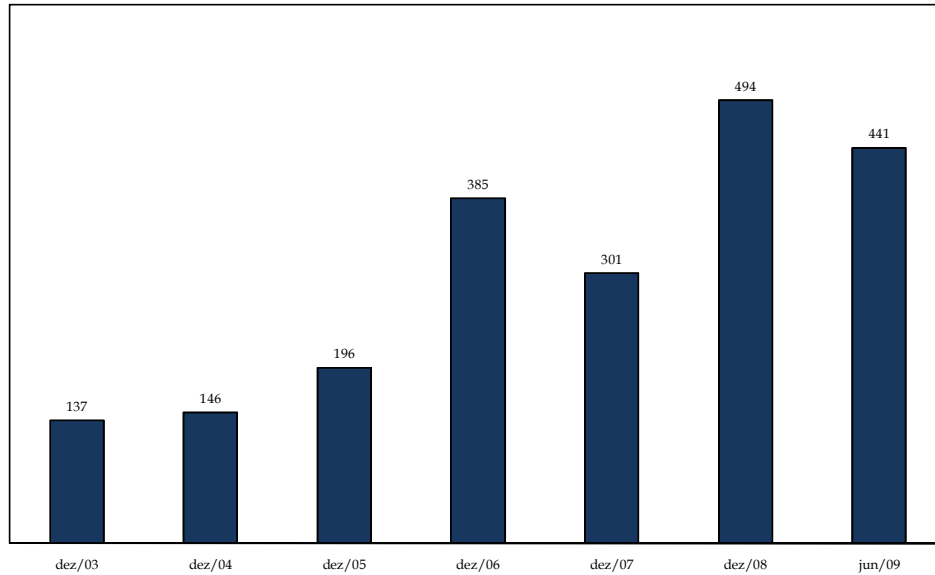
1. Dados relativos à carteira de agronegócios. Inclui operações de crédito com pessoas físicas.

Como já mencionado, assim como os demais bancos federais, o Banco do Brasil, recebe receitas de equalização do Tesouro federal, que cobrem a diferença entre os custos de captação da poupança e os custos dos empréstimos subvencionados pela União (Quadro 1). Entre 2003 e 2006, o banco recebeu um volume crescente de receitas sob a forma de equalização, que, após queda em 2007, atingiu o patamar de R\$ 494 milhões em dezembro de 2008 (Gráfico 22).³⁰ Em junho de 2009, as receitas de equalização recebidas pelo BB totalizaram R\$ 441 milhões, o que representa 11% do lucro líquido semestral do banco (R\$ 4 bilhões).³¹

³⁰ Recorde-se que a equalização se dá apenas para recursos da poupança; os depósitos à vista não estão sujeitos à equalização. De acordo com entrevista realizada no BB, a equalização corresponde a uma reposição do capital, para permitir que os bancos federais emprestem a uma taxa de juros mais baixa do que taxa básica da economia. Assim, para poder emprestar ao setor rural um volume de recursos da ordem de R\$20 a R\$30 bilhões, é necessário que o banco receba de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão sob a forma de equalização.

³¹ Mencione-se ainda, a título de comparação, que as receitas de equalização recebidas pelo BB no 1º semestre de 2009 superaram o volume de recursos destinado pelo banco aos seus investimentos com tecnologia de informação, equipamentos e imóveis no mesmo período, que totalizaram R\$ 402,6 milhões.

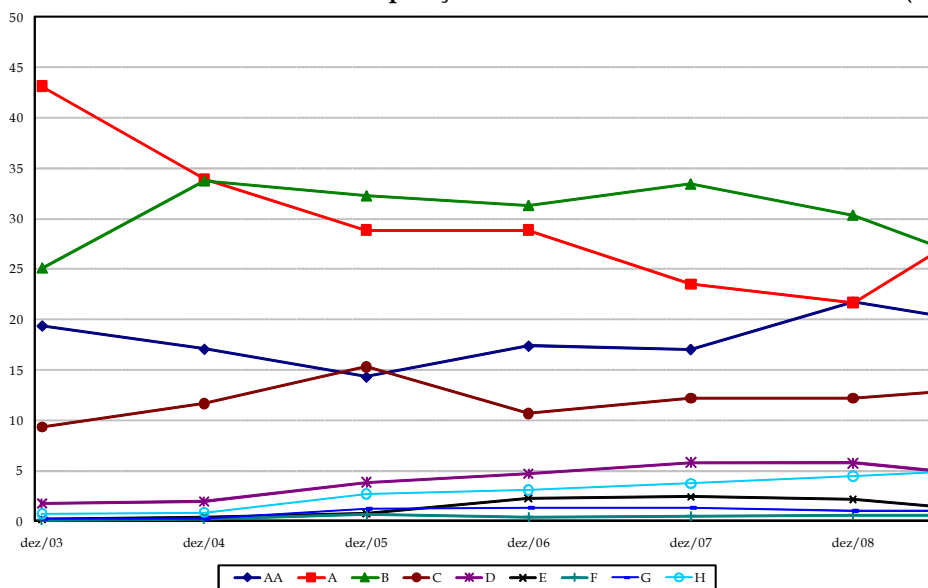
Gráfico 22 - Receitas de equalização recebidas pelo Banco do Brasil (R\$ milhões)



Fonte: Banco do Brasil - Relatórios Anuais. Elaboração própria.

Com relação ao risco das operações de crédito rural no Banco do Brasil, percebe-se que a participação dos créditos em cada um dos níveis de risco difere um pouco da encontrada para o sistema financeiro como um todo (Gráficos 6 e 23). Embora, como visto na seção III, a maior parte dos créditos do SFN ao setor rural se concentre nas faixas de menor risco - AA, A e B, a participação dos créditos de nível de risco AA se reduziu, enquanto, no Banco do Brasil, a participação dos créditos com maior qualidade aumentou 4,7 p.p entre 2007 e 2008. Porém, o Banco do Brasil não escapou da deterioração na capacidade de pagamento dos tomadores de crédito rural que atingiu todo o sistema financeiro ao longo do período em tela. As participações das operações de crédito, classificadas nos níveis de D a H, o de maior risco, subiram de 3,0% em dezembro de 2003 para 14,0% em dezembro de 2008. Em contraste, a participação dos níveis de menor risco, AA e A, declinou de 62,5% em dezembro de 2003 para 40,6% em dezembro de 2007.

Gráfico 23 - Níveis de risco das operações de crédito rural¹ no Banco do Brasil (%)



Fonte: Banco do Brasil - Relatórios Anuais. Elaboração própria.

Nota:

1. Dados relativos à carteira de agronegócios. Inclui operações de crédito com pessoas físicas.

De acordo com informação obtida em entrevista junto à diretoria de agronegócios do banco, o risco de crédito associado ao setor rural resulta não só dos problemas inerentes a essa atividade que redundam na deterioração da capacidade de pagamento dos tomadores, mas igualmente da própria regulamentação do setor. Instituídas em 1967, as normas do *Manual do Crédito Rural* permitem aos tomadores a prorrogação de créditos, sob determinadas circunstâncias³², fazendo com que haja nova reclassificação dos créditos para níveis inferiores de risco, com impacto na base de capital das instituições bancárias participantes do Sistema Nacional de Crédito Rural.³³ A frustração de uma única safra já permite ao tomador solicitar a prorrogação dos créditos. Essa prorrogação eleva o risco e aumenta a necessidade de provisão, além de prejudicar a rotatividade do crédito, a captação e a continuidade da safra. Em razão do maior prazo de maturidade e do elevado risco envolvido, os tomadores de crédito rural destinado a investimentos costumam solicitar prorrogação dos empréstimos em maior proporção que aqueles tomados para custeio e comercialização.

³² De acordo com o *Manual do Crédito Rural* (MCR 2.6.9), independentemente de consulta ao Banco Central do Brasil, é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário, em consequência de: a) dificuldade de comercialização dos produtos; b) frustração de safras, por fatores adversos; c) eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações. (Circ. 1.536).

³³ Por exigência da regulamentação prudencial em vigor no país desde 1997, os bancos brasileiros são obrigados a manter capital mínimo equivalente a 11% dos ativos totais ponderados pelo risco.

Para mitigar o risco da carteira de crédito rural, o BB tem procurado desenvolver e/ou aperfeiçoar mecanismos de gestão desses riscos. Segundo informações do relatório de administração, 68,9% das operações da carteira de custeio agrícola na safra 2008/2009, foram contratadas com Seguro Agrícola, Proagro, contratos futuros e de opções ou dentro do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar. Graças a esses mecanismos, o BB logrou reduzir o nível de risco de sua carteira de crédito rural no primeiro semestre de 2009. As operações de crédito de risco AA e A subiram 3,7 pontos percentuais em comparação com dezembro de 2008, enquanto aquelas com piores classificações de risco diminuíram 1,2 pontos percentuais no mesmo período (Gráfico 23).

IV.2. BNDES

Além do Banco do Brasil, o BNDES também se destaca não apenas como fonte de recursos para o setor rural, mas também como administrador de programas agropecuários subvencionados do Governo Federal, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Além das suas linhas operacionais regulares, BNDES oferece programas especiais, em caráter transitório, de apoio ao setor rural. Em dezembro de 2008, havia 10 programas especiais ativos destinados ao setor rural (ver Quadro 2). À exceção do PRONAF, o qual se destina ao fortalecimento da agricultura familiar, os demais programas operados pelo BNDES são integralmente destinados ao setor corporativo.

Quadro 2. Programas de Apoio do BNDES ao setor rural – posição em dezembro de 2008

Programas	Objetivos e principais características
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Investimento	Financiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviço no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. Prazo de vigência: até 30.06.2009, respeitados os limites orçamentários. Para maiores detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf.asp .
Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA	Financiar a aquisição de tratores agrícolas e implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café. As operações são realizadas através das instituições financeiras credenciadas , e somente são financiados os equipamentos incluídos no Cadastro de Fabricantes Informatizado - CFI e registrados na listagem disponibilizada como "Agricultoras". Prazo de vigência: até 30/06/2009, respeitados os limites orçamentários. Para maiores detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/frotaag.asp .
Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem - MODERINFRA	Apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada, sustentável econômica e ambientalmente, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de alimentos para os mercados internos e externos; e ampliar a capacidade de armazenamento das propriedades rurais. Prazo de vigência: até 30/06/2009, respeitados os limites

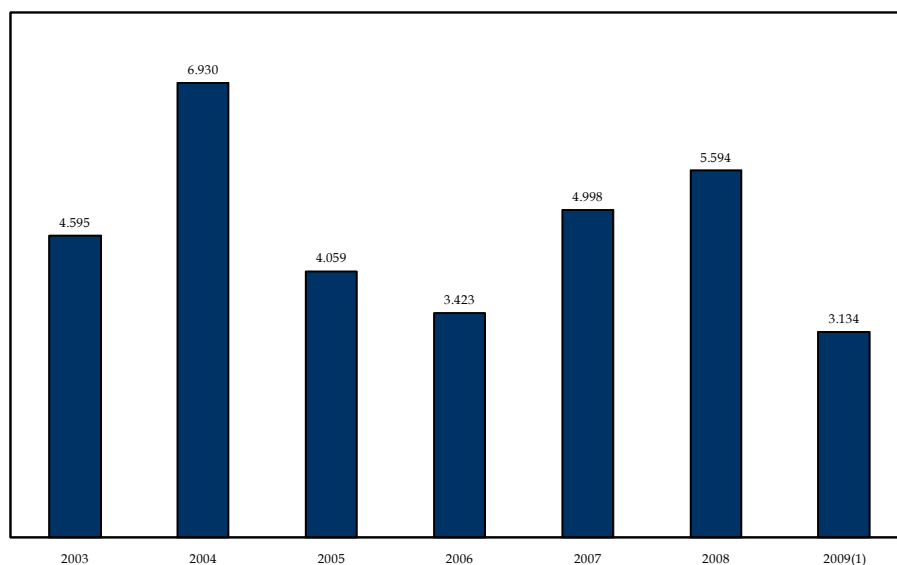
	<p>orçamentários. Para maiores detalhes ver:</p> <p>http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/moderinfra.asp.</p>
Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais - MODERAGRO	<p>Apoiar o desenvolvimento da produção de espécies de frutas com potencial mercadológico interno e externo, especialmente no âmbito do Programa de Produção Integrada de Frutas - PIF BRASIL, assim como beneficiamento, industrialização, padronização e demais investimentos necessários às melhorias do padrão de qualidade e das condições de comercialização de produtos frutícolas; e fomentar os setores da apicultura, aquíicultura, pesca, avicultura, floricultura, horticultura, ovinocaprinocultura, ranicultura, sericicultura, suinocultura, pecuária leiteira e a defesa animal, particularmente o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT e a implementação de sistema de rastreabilidade bovina e bubalina. Prazo de vigência: até 30/06/2009, respeitados os limites orçamentários. Para maiores detalhes ver:</p> <p>http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/moderagro.asp.</p>
Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Flores-tas - PROPFLOTA	<p>Dos pontos de vista social e ambiental, visa fixar o homem no meio rural e reduzir a sua migração para as cidades, por meio da viabilização econômica de pequenas e médias propriedades e contribuir para a preservação das florestas nativas e ecossistemas remanescentes. Prazo de vigência: até 30/06/2009, respeitados os limites orçamentários. Para maiores detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/propflora.asp.</p>
Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária - PRODECOOP	<p>Incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização. Prazo de vigência: até 30/06/2009, respeitados os limites orçamentários. Para maiores detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/prodecoop.asp.</p>
Programa de Incentivo à Armazenagem para Empresas Cerealistas Nacionais	<p>Apoiar o desenvolvimento e a modernização do setor de armazenagem nacional efetuado por empresas comerciais cerealistas nacionais que trabalham diretamente com o produtor rural integrado e suas cooperativas; e ampliar a capacidade de armazenamento nacional no segmento que atende diretamente ao produtor rural, o que a curto e médio prazos minimizará as pressões logísticas ocorridas nos períodos de safra. Prazo de vigência: até 30/12/2009, respeitados os limites orçamentários. Para maiores detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/cerealistas.asp.</p>
Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável - PRODUSA	<p>Disseminar o conceito de agronegócio responsável e sustentável, agregando características de eficiência, de boas práticas de produção, responsabilidade social e de preservação ambiental; estimular ações de sustentabilidade ambiental no âmbito do agronegócio; estimular a recuperação de áreas degradadas, como pastagens, para o aumento da produtividade agropecuária, em bases sustentáveis; apoiar ações de regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental (reserva legal, áreas de preservação permanente, tratamento de dejetos e resíduos, entre outros); diminuir a pressão por desmatamento em novas áreas, visando à ampliação da atividade agropecuária em áreas degradadas e que estejam sob processo de recuperação; assegurar condições para o uso racional e sustentável das áreas agrícolas e de pastagens, reduzindo problemas ambientais; e intensificar o apoio à implementação de sistemas produtivos sustentáveis, como o sistema orgânico de produção agropecuária. Prazo de vigência: até 30/06/2009, respeitados os limites orçamentários. Para maiores detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/produsa.asp.</p>
Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito - PROCAPRED	<p>Promover o fortalecimento da estrutura patrimonial das cooperativas de crédito, por meio da concessão de financiamentos diretamente aos cooperados. Prazo de vigência: até 31/12/2009, observado o limite orçamentário estabelecido para o Programa. Para maiores detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/procapred.asp.</p>
Programa Especial de Refinanciamento Agrícola - PROREFIN AGRÍCOLA 2008	<p>Financiar o pagamento de até 40% das prestações com vencimento em 2008, ainda não amortizadas, e deduzido o valor equivalente à remuneração do agente financeiro dos Programas de Investimento para o Setor Agropecuário coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e operacionalizados pelo BNDES. Prazo de vigência: podem ser atendidos os financiamentos contratados até 15.05.2009 e protocolados no BNDES, para homologação, a partir de 30.03.2009 e até o dia 05.06.2009. Para maiores detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/prorefin.asp.</p>

Fonte: BNDES. Programas e fundos. Disponível em: <http://bndes.gov.br/programas/programas.asp>.
Elaboração própria.

Em abril de 2009, dando continuidade a sua ação anticíclica, o BNDES lançou dois novos programas de fomento ao setor rural: o Programa de Crédito Especial Rural (PROCER) e o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS), ambos com prazo de vigência até o final de 2009.³⁴

Refletindo a maior atuação do BNDES no sistema de crédito rural, os desembolsos destinados ao setor aumentaram 21,8% entre 2003 e 2008, saltando de R\$4,6 bilhões para R\$5,6 bilhões (Gráfico 24). No primeiro semestre de 2009, os desembolsos para o setor totalizaram R\$3,1 bilhões. Todavia, esse aumento não se deu de forma contínua. O indicador acumulado em 12 meses registra duas fases de ampliação na evolução dos desembolsos ao setor: uma no biênio 2003-2004, com auge em dezembro de 2004, quando atingiu o volume mais elevado de todo o período em exame (R\$6,9 bilhões) e outra iniciada em março de 2007, com auge em junho de 2009 (Gráfico 25). No biênio 2005-2006, os desembolsos ao setor rural declinaram, caindo ao patamar mínimo de R\$3,4 bilhões em setembro de 2006.

Gráfico 24 - Evolução dos desembolsos do BNDES para o setor rural (R\$ milhões)



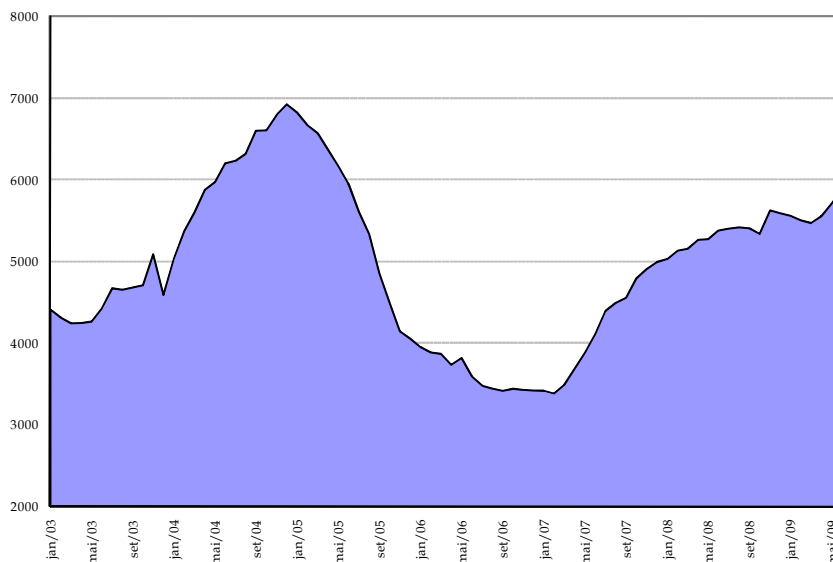
Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

³⁴ Com recursos de R\$ 10 bilhões, o PROCER se destina ao o capital de giro de empresas do setor agroindustrial, de máquinas e equipamentos agrícolas e de cooperativas agropecuárias, até o limite de R\$ 200 milhões por CNPJ ou 20% da receita operacional bruta, com prazo de pagamento de 24 meses, com 12 meses de carência. A taxa de juros dessa linha foi fixada em 10,25% ao ano, incluída a remuneração do agente financeiro, no caso das operações indiretas. Já o PASS, cuja dotação orçamentária é de R\$ 1,31 bilhão, se destina ao financiamento da estocagem de álcool etílico combustível pelas empresas do setor sucroalcooleiro, exclusivamente via operações indiretas. A taxa de juros dessa linha também foi fixada em 10,25% ao ano, incluída a remuneração do agente financeiro.

1. Primeiro semestre de 2009.

Gráfico 25 - Evolução dos desembolsos do BNDES no acumulado em 12 meses (R\$ milhões)



Fonte: BNDES - séries desembolsos. Elaboração própria.

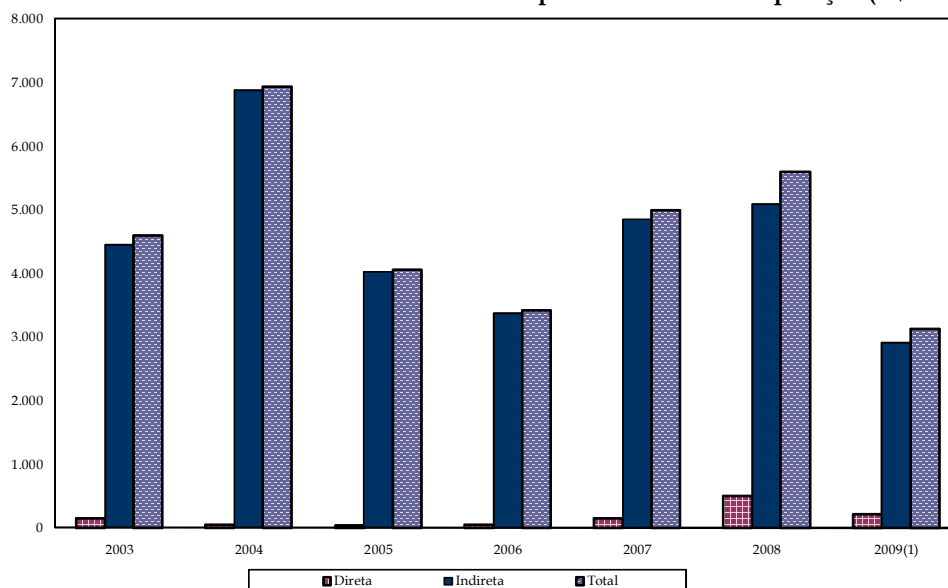
Não obstante o número elevado de programas especiais operados pelo BNDES e a ampliação dos desembolsos destinados ao setor rural, esse setor vem perdendo participação no total de desembolsos dessa instituição (Gráfico A.7 do Anexo 1), que concentra sua atuação nos setores industrial, de serviços e de infraestrutura. Após ter atingido um máximo de 17,7% em 2005, a participação relativa do setor rural caiu para 6,2% em 2008. No primeiro semestre de 2009, em razão da ação anticíclica dessa instituição de fomento em prol do setor rural, os desembolsos se elevaram a 7,3%, o que corresponde a pouco mais da metade da participação de 2003 (13,7%).

Nos desembolsos do BNDES ao setor rural corporativo, predomina a modalidade indireta, na qual os recursos são repassados para outras instituições financeiras, que disponibilizam os recursos ao tomador final, assumindo o risco da operação. Essas operações indiretas representam, em média, 96,5% das operações realizadas durante o período em foco (Gráfico 26 e Tabela 8). Todavia, desde 2005 a modalidade direta vem aumentando a sua participação nos desembolsos do BNDES ao setor rural corporativo. Com taxas de crescimento superiores às da modalidade indireta no período 2005-2008, a modalidade direta alcançou em 2008 uma participação de 9% no total dos desembolsos da instituição ao setor (Tabela 9).

O maior peso das operações na modalidade indireta nos financiamentos das

atividades rurais faz com que a participação desse setor nos desembolsos totais do BNDES na modalidade indireta (média de 17,3% no período) só seja inferior a da indústria (média de 40,3%) e a do setor de serviços (média 27,9%). Em contraste, os desembolsos na modalidade direta para esse setor representaram, em média, apenas 0,6% do total das liberações diretas do BNDES (Gráfico A8 e A9 do Anexo 1).

Gráfico 26 - Desembolsos do BNDES ao setor rural por modalidade da operação (R\$ milhões)



Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre de 2009.

O quadro que emerge da análise das modalidades de desembolso pela ótica dos subsetores das atividades rurais é um pouco mais matizado. Enquanto no subsetor de serviços relacionados à agropecuária, a modalidade indireta tem predomínio quase absoluto (99,8%), a modalidade direta tem participação expressiva nas atividades de pesca e aquicultura, respondendo por 44,1% dos desembolsos. Também no subsetor de produção florestal, a modalidade direta é significativa (36,1%), não obstante a maior importância dos repasses (Tabela 8). Já as atividades agrícolas e de pecuária, a maior parte dos desembolsos ocorreu na modalidade indireta, com participação de 98,7% e 91,4%, respectivamente.

Tabela 8 - Desembolsos do BNDES ao setor rural por subsetor e por modalidade da operação (R\$ milhões)

Subsetores	Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ¹	Total	% Particip.
Serviços relacionados a agropecuária	Direta	2,5	7,5	1,6	1,5				13,1	0,2%
	Indireta	831,9	2.007,9	1.172,1	920,9	811,9	272,2	2,1	6.018,9	99,8%
	Total	834,4	2.015,4	1.173,7	922,4	811,9	272,2	2,1	6.032,1	100,0%
Agricultura	Direta	63,3	30,0	15,4	50,2	81,2	5,8	0,2	246,1	1,3%
	Indireta	3.336,6	4.014,8	2.058,0	1.797,5	2.743,8	3.175,8	1.769,0	18.895,6	98,7%
	Total	3.400,0	4.044,7	2.073,4	1.847,7	2.825,0	3.181,6	1.769,2	19.141,7	100,0%
Pecuária	Direta	12,3		12,7			426,1	117,4	568,6	8,6%
	Indireta	192,4	795,5	717,1	577,0	1.177,9	1.500,0	1.058,4	6.018,3	91,4%
	Total	204,7	795,5	729,7	577,0	1.177,9	1.926,1	1.175,8	6.586,8	100,0%
Pesca e Aquicultura	Direta	42,0	16,8	6,2					65,0	44,1%
	Indireta	42,0	10,1	8,1	6,7	6,4	4,2	4,9	82,3	55,9%
	Total	84,0	26,9	14,3	6,7	6,4	4,2	4,9	147,4	100,0%
Produção Florestal	Direta	24,7	0,8			64,3	71,0	100,0	260,8	31,6%
	Indireta	47,2	46,8	67,7	68,8	112,3	139,3	81,8	563,9	68,4%
	Total	71,9	47,7	67,7	68,8	176,6	210,3	181,8	824,7	100,0%
Total Geral	Direta	145,0	55,1	35,9	51,7	145,5	502,9	217,6	1.153,7	3,5%
	Indireta	4.450,1	6.875,1	4.022,9	3.370,9	4.852,3	5.091,6	2.916,1	31.579,0	96,5%
	Total	4.595,0	6.930,2	4.058,8	3.422,6	4.997,8	5.594,5	3.133,7	32.732,7	100,0%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre de 2009.

Tabela 9 - Taxas de crescimento nominal e real¹ dos desembolsos do BNDES ao setor rural por modalidade da operação (%a.a.)

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Direta nominal	-3,1%	-62,0%	-34,9%	44,1%	181,4%	245,6%
Direta real	-2,8%	-57,6%	-33,0%	42,8%	173,7%	231,9%
Indireta nominal	2,1%	54,5%	-41,5%	-16,2%	43,9%	4,9%
Indireta real	1,9%	50,6%	-39,3%	-15,7%	42,1%	4,7%
Total nominal	1,9%	50,8%	-41,4%	-15,7%	46,0%	11,9%
Total real	1,7%	47,2%	-39,2%	-15,2%	44,1%	11,3%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

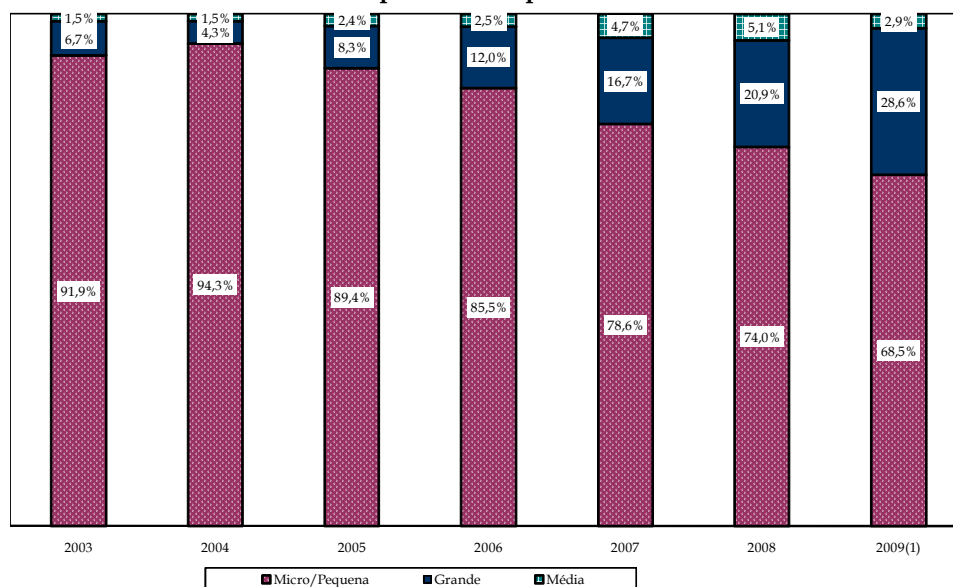
Nota:

1. Deflator: IPCA.

Em termos do porte das empresas, observa-se que os financiamentos do BNDES ao setor rural se concentraram nas micro e pequenas empresas do setor. No período em tela, as micro e pequenas empresas das empresas receberam 84,1% do total de recursos liberados pelo banco ao setor rural (Gráfico 27 e Tabela 10), um percentual muito superior ao observado, por exemplo, no setor de serviço, no qual as micro e pequenas empresas também predominam em outros setores de atividade atendidos pelo BNDES.³⁵ No entanto, cabe destacar que, desde 2005, as grandes empresas rurais têm ampliado a sua participação nos desembolsos dessa instituição, em reflexo de taxas de crescimento bastante expressivas (Tabela 11). Com taxa real média de crescimento de 20,2% ante 6,2% das micro e pequenas empresas, a participação das grandes empresas nos desembolsos totais ao setor rural saltou de 6,7% em 2003 para 20,9% em 2008, atingindo 28,6% no primeiro semestre de 2009.

³⁵ Sobre esse ponto, ver o relatório sobre o Crédito aos Setores de Comércio e de Serviços desse subprojeto.

Gráfico 27. Evolução da participação relativa dos desembolsos do BNDES ao setor rural por porte das empresas



Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre de 2009.

Tabela 10. Taxas de crescimento nominal e real¹ dos desembolsos do BNDES ao setor rural por porte das empresas (%a.a.)

Porte das empresas	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Micro/Pequena - nominal	10,40%	54,80%	-44,50%	-19,30%	34,10%	5,40%
Micro/Pequena - real	9,50%	50,90%	-42,10%	-18,70%	32,70%	5,10%
Grande - nominal	-50,80%	-3,60%	13,40%	22,40%	103,80%	39,60%
Grande - real	-46,40%	-3,30%	12,70%	21,70%	99,30%	37,40%
Média - nominal	6,90%	50,70%	-5,00%	-12,50%	178,90%	22,20%
Média - real	6,30%	47,10%	-4,70%	-12,20%	171,30%	21,00%
Total - nominal	1,90%	50,80%	-41,40%	-15,70%	46,00%	11,90%
Total - real	1,70%	47,20%	-39,20%	-15,20%	44,10%	11,30%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1 Deflator: IPCA.

Em termos do subsetores, nota-se que, as micro e pequenas empresas foram as principais beneficiárias dos desembolsos acumulados no período 2003 e primeiro semestre de 2009 nas atividades de serviços relacionados à agropecuária (96,9%), de agricultura (86,5%) e de pecuária (70,9%). Já nos subsetores de pesca e produção florestal, que inclui extração, beneficiamento, transporte e comercialização de produtos florestais, observa-se uma participação importante das grandes empresas no total de recursos liberados no período (Tabela 11).

Tabela 11. Desembolsos do BNDES por porte das empresas nos principais subsetores do setor de rural (R\$ milhões)

Subsetores	Porte	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ¹	Total	% Particip.
Serviços relacionados a agropecuária	Grande	12,1	22,4	22,6	14,5	65,7	1,7		139,1	2,3%
	Média	4,1	12,4	10,1	4,2	16,5	0,8	0,9	48,9	0,8%
	Micro/Pequena	818,2	1.980,6	1.141,0	903,7	729,6	269,7	1,2	5.844,1	96,9%
	Total	834,4	2.015,4	1.173,7	922,4	811,9	272,2	2,1	6.032,1	100,0%
Agricultura	Grande	170,2	180,0	193,4	286,5	426,8	428,7	300,2	1.985,8	10,4%
	Média	30,7	61,9	52,6	64,0	140,7	189,8	50,1	589,8	3,1%
	Micro/Pequena	3.199,1	3.802,9	1.827,4	1.497,3	2.257,5	2.563,1	1.418,8	16.566,1	86,5%
	Total	3.400,0	4.044,7	2.073,4	1.847,7	2.825,0	3.181,6	1.769,2	19.141,7	100,0%
Pecuária	Grande	40,3	67,6	97,8	104,4	251,1	661,6	482,5	1.705,3	25,9%
	Média	7,8	19,8	27,5	9,0	54,8	65,4	27,8	212,0	3,2%
	Micro/Pequena	156,6	708,1	604,4	463,6	872,1	1.199,1	665,5	4.669,5	70,9%
	Total	204,7	795,5	729,7	577,0	1.177,9	1.926,1	1.175,8	6.586,8	100,0%
Pesca e Aquicultura	Grande	42,7	16,8	6,5					65,9	44,7%
	Média	22,1	0,3	2,3	2,5	2,5	0,9	0,2	30,8	20,9%
	Micro/Pequena	19,3	9,8	5,5	4,1	3,9	3,3	4,7	50,6	34,3%
	Total	84,0	26,9	14,3	6,7	6,4	4,2	4,9	147,4	100,0%
Produção Florestal	Grande	41,7	9,2	15,4	5,4	93,4	76,7	113,9	355,7	43,1%
	Média	2,4	6,7	3,5	4,2	19,7	29,3	10,5	76,3	9,3%
	Micro/Pequena	27,8	31,7	48,8	59,2	63,5	104,2	57,4	392,6	47,6%
	Total	71,9	47,7	67,7	68,8	176,6	210,3	181,8	824,7	100,0%
Total Geral	Grande	307,0	296,1	335,7	410,8	837,0	1.168,7	896,6	4.251,9	13,0%
	Média	67,1	101,0	96,0	84,0	234,1	286,2	89,5	957,9	2,9%
	Micro/Pequena	4.221,0	6.533,1	3.627,1	2.927,8	3.926,7	4.139,5	2.147,6	27.522,9	84,1%
	Total	4.595,0	6.930,2	4.058,8	3.422,6	4.997,8	5.594,5	3.133,7	32.732,7	100,0%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre de 2009.

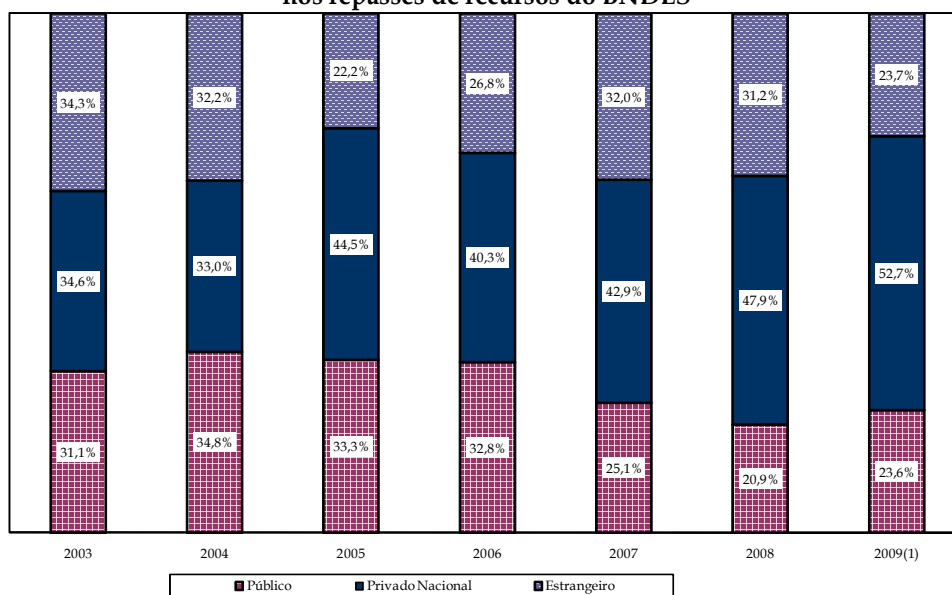
Conforme já destacado, a maior grande parte dos recursos do BNDES chega ao setor corporativo rural por meio de outras instituições financeiras repassadoras de recursos (modalidade indireta). No período 2003 ao primeiro semestre de 2009, noventa e duas instituições financeiras atuaram como repassadoras dos financiamentos do BNDES para as empresas do setor rural. A análise dos agentes financeiros pelo recorte da natureza do capital revela que as instituições privadas de capital nacional responderam por 41,2% dos repasses totais destinados ao setor rural no período em foco, enquanto as instituições privadas estrangeiras realizaram 29,7% dos repasses, participação ligeiramente superior a do grupo das instituições públicas. Somadas as instituições privadas responderam por 70,9% dos repasses dos financiamentos do BNDES frente a 29,1% do grupo de instituições públicas, resultado inverso ao verificado para o conjunto do segmento do crédito rural, que confirma a importância das instituições públicas no financiamento ao custeio das atividades agrícolas.³⁶

As instituições privadas nacionais que já lideravam uma pequena vantagem sobre as estrangeiras os repasses a esse segmento, consolidaram-se na liderança, ao elevar sua participação nos repasses de 34,6% em 2003 para 52,7% no primeiro semestre de 2009. Em contraste, as instituições públicas – bancos federais e estaduais,

³⁶ Ressalte-se que o predomínio das instituições privadas nos repasses ao setor rural ocorre em percentuais semelhantes ao que é verificado nos setores de indústria (70,4%) e infraestrutura (70,6%). Porém, é inferior ao verificado nos setores de comércio (78,9%), construção (80,6%) e de serviços (89,9%).

bancos de desenvolvimento e as agências estaduais de fomento – reduziram sua participação nos repasses entre 2005 e 2008, quando o peso desse grupo se reduziu a 20,9% (Gráfico 28). Isso reflete, sobretudo, o menor envolvimento do BB, principal agente nesse segmento de crédito, com as operações de repasse. Como visto na subseção IV.1, além de suas principais fontes de recursos para o crédito rural serem a poupança e os depósitos à vista, a participação dos repasses do BNDES no *funding* do banco para o crédito rural foi decrescente em todo o período de análise, passando de 15% em 2008 para 3,1% (Gráfico 21). Todavia, no primeiro semestre de 2009, seguindo as diretrizes da política financeira anticíclica, as instituições públicas elevaram sua participação nos repasses ao setor rural para 23,6%, ocupando o espaço das instituições privadas estrangeiras, que, com aumento da aversão ao risco, retraíram a concessão de crédito.

Gráfico 28 - Participação das instituições financeiras, agrupadas por propriedade do capital, nos repasses de recursos do BNDES



Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre de 2009.

O domínio das instituições de capital privado no repasse do BNDES ao setor rural³⁷ também transparece no *ranking* dos dez principais agentes financeiros repassadores, no qual estão presentes quatro instituições privadas nacionais (incluindo um banco cooperativo), quatro estrangeiras e apenas duas instituições públicas, o Banco do Brasil e o BRDE, banco regional de fomento (Tabela 12). O BB que até 2004 foi o principal agente repassador de recursos do BNDES às atividades rurais, perdeu a

³⁷ Os dados da tabulação especial não fornecem para o setor rural a desagregação dos agentes financeiros por subsetor de atividade.

liderança para o Bradesco, um dos seus principais concorrentes nesse segmento de crédito.³⁸ No período 2003-2009, o Bradesco foi responsável 18,2% dos repasses às atividades rurais ante 17,5% do BB.

Tabela 12 - Participação relativa dos dez maiores agentes financeiros repassadores de recursos do BNDES ao setor rural

Agentes financeiros	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	Participação 2003-2009
Bradesco S/A	17,1%	16,9%	20,5%	22,5%	14,3%	20,6%	17,1%	18,2%
Banco do Brasil S/A	22,1%	24,8%	18,8%	16,5%	12,8%	11,7%	9,7%	17,5%
Lage Landen Fin. Serv. Brasil S/A	10,5%	14,0%	6,3%	12,2%	13,5%	17,4%	10,9%	12,5%
Banco CNH Capital S/A	20,9%	13,7%	8,2%	4,6%	4,9%	4,7%	6,7%	9,6%
BRDE	3,4%	3,7%	5,8%	8,0%	8,8%	7,4%	10,7%	6,4%
John Deere S/A	7,4%	7,1%	5,6%	2,9%	3,4%	6,2%	8,4%	5,9%
Unibanco S/A	2,4%	1,1%	1,7%	4,9%	8,2%	5,7%	4,9%	3,9%
Banco Santander S/A	1,1%	2,5%	2,5%	5,8%	7,9%	5,2%	2,0%	3,9%
Banco Cooperativo Sicredi S/A	1,8%	1,9%	1,6%	1,7%	3,4%	6,3%	6,4%	3,1%
Banco Itaú BBA S/A	0,1%	0,9%	8,5%	2,7%	4,1%	2,8%	4,4%	3,1%
Total	86,8%	86,6%	79,4%	81,8%	81,3%	87,9%	81,3%	84,1%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre de 2009.

Ao longo do período em tela, à exceção de 2004 e 2007, o Bradesco teve taxas de crescimento bem muito expressivas do que Banco do Brasil, o que explica, em parte, a conquista da liderança dos repasses no segmento de crédito rural em 2005 (Tabela 12 e Tabela 13). O avanço do Bradesco sobre o BB também pode ter sido consequência da mudança de estratégia desse banco público, que, como visto, na subseção precedente, tem buscado reduzir sua exposição ao setor rural, diversificando sua atuação em outros setores de atividade econômica, como o comércio e a indústria. Embora, o BB tenha permanecido na segunda posição no *ranking* dos dez maiores repassadores considerando o total de repasses no período em tela, com participação de 17,5%, em termos anuais, caiu para o terceiro lugar em 2007, superado pelo Banco de Lage Landen, subsidiária de controle integral do banco de crédito cooperativo holandês Rabobank, que ocupa a terceira posição no período (12,5%). Note-se que, diferentemente do BRDE que ampliou sua participação nos repasses no 1º semestre de 2009, passando de 7,4% em 2008 para 9,6%, o BB reduziu a sua em 2,0 pontos percentuais.

³⁸ Na entrevista realizada no Banco do Brasil, o Bradesco foi apontado como um dos principais concorrentes da instituição pública federal nesse segmento de crédito.

Tabela 13. Taxas de crescimento nominal e real¹ dos desembolsos dos dez maiores agentes financeiros repassadores de recursos do BNDES ao setor rural (% a.a.)

Agentes financeiros	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Bradesco S/A - nominal	37,50%	56,00%	-28,70%	-8,60%	-9,90%	40,10%
Bradesco S/A - real	34,30%	52,00%	-27,20%	-8,30%	-9,50%	37,90%
Banco do Brasil S/A - nominal	8,30%	76,70%	-55,50%	-26,90%	10,00%	-11,10%
Banco do Brasil S/A - real	7,60%	71,30%	-52,60%	-26,10%	9,60%	-10,50%
Lage Landen Fin. Serv. Brasil S/A - nominal		109,00%	-73,30%	60,20%	57,50%	25,50%
Lage Landen Fin. Serv. Brasil S/A - real		101,30%	-69,40%	58,40%	55,10%	24,10%
Banco CNH Capital S/A - nominal	16,00%	3,40%	-64,70%	-53,50%	49,90%	-6,20%
Banco CNH Capital S/A - real	14,60%	3,10%	-61,20%	-51,90%	47,80%	-5,90%
BRDE - nominal	15,80%	69,50%	-7,30%	15,40%	56,30%	-18,70%
BRDE - real	14,40%	64,60%	-6,90%	14,90%	53,90%	-17,70%
Banco John Deere S/A - nominal	63,20%	51,80%	-54,10%	-56,60%	65,50%	80,20%
Banco John Deere S/A - real	57,90%	48,10%	-51,20%	-54,90%	62,70%	75,70%
Unibanco S/A - nominal	-37,10%	-24,30%	-15,20%	144,60%	138,10%	-32,20%
Unibanco - S/A - real	-33,90%	-22,60%	-14,40%	140,20%	132,20%	-30,40%
Banco Santander S/A - nominal	39,20%	249,80%	-40,80%	93,60%	94,60%	-35,80%
Banco Santander S/A - real	35,80%	232,20%	-38,60%	90,80%	90,60%	-33,80%
Banco Cooperativo Sicredi S/A - nominal	-13,10%	66,20%	-50,40%	-12,20%	178,70%	81,80%
Banco Cooperativo Sicredi S/A - real	-12,00%	61,50%	-47,70%	-11,90%	171,10%	77,30%
Banco Itaú BBA S/A - nominal	-93,00%	1335,20%	475,40%	-73,00%	111,10%	-33,60%
Banco Itaú BBA S/A - real	-85,10%	1240,90%	449,80%	-70,80%	106,30%	-31,80%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Deflator: IPCA.

Das outras três instituições estrangeiras presentes no *ranking*, as duas melhores posicionadas são bancos de atacado, especializados no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas produzidos e comercializados pelos seus controladores: o Banco CNH Capital (4º lugar), braço financeiro da empresa Case New Holland,³⁹ fabricante de tratores e máquinas agrícolas e o Banco John Deere (6º lugar), braço financeiro da empresa multinacional suíça do mesmo nome, fabricante de máquinas e equipamentos agrícolas, inclusive geradores, bem como equipamento para construção pesada e residencial. À semelhança do que se observou no setor de serviço para os bancos das montadoras, também no setor rural, os bancos de fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas ampliaram os repasses no 1º semestre de 2009 de modo a sustentar as vendas de seus controladores. O quarto estrangeiro presente entre os dez maiores agentes financeiros do BNDES para o setor rural é o Santander, um dos grandes bancos varejistas em atuação no país, e que em 2000, adquiriu o Banespa, banco estadual paulista (federalização em 1994) com forte presença no financiamento das atividades rurais no estado de São Paulo. Diferentemente dos demais bancos estrangeiros, o banco espanhol reduziu de 5,2% em dezembro de 2008 para apenas 2,0% sua participação nos repasses ao setor rural.

³⁹ A empresa CNH é subsidiária da Fiat.

Do exame do *ranking* dos dez maiores repassadores de recursos do BNDES também chama atenção o posicionamento dos demais bancos privados nacionais, o Unibanco, o segundo melhor posicionado desse grupo aparece em sexto lugar, enquanto o banco de atacado do Itaú, o Itaú BBA, aparece em último atrás do banco cooperativo Sicredi, com atuação da região Sul do país. Nesse grupo, apenas o Sicredi e o Itaú BBA não reduziram sua participação nos repasses na passagem de 2008 ao primeiro semestre de 2009.

Como já mencionado, o BNDES possui várias linhas de apoio financeiro, com distintas características em termos de finalidade, custo financeiro e prazo de vencimento. No setor rural, no exame dos desembolsos por tipo produto, constata-se que 51,7% dos recursos liberados no período 2003-09 para esse setor ocorrem na categoria genérica de financiamento agrícola, seguida pelo BNDES-automático (36,8%), pelo Finem (7,0%) e pelo Finame (3,6%). Os demais produtos – BNDES-Exim, *leasing* e mercado de capital – tiveram participação insignificante no período, crescimento real para o Finem em 2007 e 2008 foi muito expressivo, chegando a 242,5% em 2007 e a 99,9% em 2008, ano em que totalizou R\$708 milhões. O teve crescimento espetacular em 2005, com um aumento real de 412,4%, tendo aumentado de R\$1 milhão em 2004 para R\$5,2 milhões em 2005. Apesar de o financiamento agrícola ser o produto com maior participação no total, há que se ressaltar que essa participação vem caindo ao longo do tempo. De 61,6% em 2003 caiu para 47,7% em 2008, e fechou o primeiro semestre de 2009 em segundo lugar, perdendo participação ao longo do período analisado para o BNDES- automático (Tabelas 14 e 15).

Tabela 14- Participação relativa dos produtos no total dos desembolsos do BNDES ao setor rural (%)

Produto	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
Agrícola	61,6	65,4	52,3	42,5	41,1	47,7	40,1
BNDES-automático	26,4	28,6	40,9	50,3	44,9	33,3	43,6
FINEM	8,0	3,6	3,3	2,8	6,9	12,7	12,5
FINAME	1,9	1,5	2,7	3,4	6,1	6,1	3,8
BNDES-Exim	1,9	0,9	0,7	0,8	0,7	0,1	0,0
Leasing	0,1	0,01	0,1	0,2	0,3	0,2	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre de 2009.

No corte por subsetores, observa-se que os produtos BNDES-automático foi o produto principal nos subsetores de serviços relacionados à agropecuária (73,3%) e de pecuária (55,1%) enquanto o financiamento agrícola respondeu por 71,6% dos desembolsos à agricultura. Já no subsetor de pesca e aquicultura predominou

financiamento com valores superior a R\$ 10 milhões para a modernização e reforma de embarcações, no âmbito do Finem (32,7%), seguido pelo BNDES-automático (29,1%) e BNDES-Exim (26,7%), embora esse produto tenha perdido importância a partir de 2005. No subsetor de produção florestal, os principais produtos são BNDES-automático (39,1%), Finem (33,6%) e Finame (22,4%).

Tabela 15 - Desembolsos do BNDES ao setor rural por subsetores e produtos (R\$ Milhões)

Subsetores	Produto	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ¹	Total	% Particip.
Serviços relacionados a agropecuária	BNDES Automático	417,1	1.455,2	925,3	779,9	580,3	262,8	0,0	4.420,6	73,3%
	Agrícola	395,3	548,4	228,7	139,8	224,9	9,3	2,1	1.548,5	25,7%
	Finame	15,4	4,2	5,5	1,1	4,3	0,2		30,8	0,5%
	BNDES-Exim			1,7		2,1			3,9	0,1%
	Finem	6,6	7,5	12,3	1,5				27,9	0,5%
	Leasing			0,1					0,1	0,0%
	CartãoBNDES				0,0	0,2			0,3	0,0%
	Total	834,4	2.015,4	1.173,7	922,4	811,9	272,2	2,1	6.032,1	100,0%
Agricultura	Agrícola	2.343,4	3.497,5	1.623,6	1.179,7	1.688,8	2.281,6	1.087,1	13.701,7	71,6%
	BNDES Automático	691,1	228,3	303,1	499,2	825,0	611,5	470,9	3.629,0	19,0%
	Finem	267,6	234,6	71,3	70,8	115,5	79,1	144,9	983,7	5,1%
	Finame	34,3	50,6	54,3	78,6	188,3	202,2	64,9	673,2	3,5%
	BNDES-Exim	62,5	33,3	20,2	15,2	0,4	3,0		134,6	0,7%
	Leasing	0,4	0,4	0,9	4,0	6,1	3,0		14,8	0,1%
	CartãoBNDES		0,0	0,0	0,3	0,9	1,3	1,2	3,7	0,0%
	Mercado de Capitais	0,7							0,7	0,0%
	Aplicação não-reembolsável							0,2	0,2	0,0%
	Total	3.400,0	4.044,7	2.073,4	1.847,7	2.825,0	3.181,6	1.769,2	19.141,7	100,0%
Pecuária	BNDES Automático	75,1	267,0	386,0	385,0	773,1	920,5	825,0	3.631,8	55,1%
	Agrícola	93,9	484,5	268,9	132,9	136,6	355,2	158,6	1.630,6	24,8%
	Finem	12,3		43,1	25,2	164,2	558,1	146,3	949,2	14,4%
	Finame	19,7	24,8	23,6	19,1	67,7	84,5	42,9	282,3	4,3%
	BNDES-Exim	1,8	18,7	4,7	12,3	30,6	3,5	0,9	72,6	1,1%
	Leasing	1,7	0,5	3,3	2,1	4,6	2,7		14,9	0,2%
	CartãoBNDES			0,2	0,4	1,1	1,7	1,8	5,1	0,1%
	Aplicação não-reembolsável							0,4	0,4	0,0%
	Total	204,7	795,5	729,7	577,0	1.177,9	1.926,1	1.175,8	6.586,8	100,0%
	Pesca e Aquicultura	Finem	42,0	3,6	6,2					51,9
BNDES-Exim		24,4	13,2	1,0		0,8			39,4	26,7%
BNDES Automático		14,0	9,3	6,3	5,5	4,6	2,2	1,0	42,9	29,1%
Finame		3,4	0,2	0,5	1,1	0,8	0,8	3,5	10,5	7,1%
Agrícola			0,5	0,3	0,0	0,1	0,5	0,2	1,6	1,1%
CartãoBNDES				0,0	0,0	0,1	0,4	0,1	0,7	0,5%
Leasing		0,2	0,0				0,3		0,5	0,3%
Total		84,0	26,9	14,3	6,7	6,4	4,2	4,9	147,4	100,0%
Produção Florestal		Finem	41,0	0,8			64,3	70,8	100,0	277,0
	BNDES Automático	15,4	24,8	39,5	50,5	61,9	63,2	67,0	322,3	39,1%
	Finame	14,8	21,1	26,6	17,0	44,4	52,5	8,6	185,0	22,4%
	Agrícola		0,9	0,7	0,3	2,1	17,5	5,4	26,8	3,2%
	BNDES-Exim				0,9				0,9	0,1%
	Leasing	0,8		0,9		3,1	5,6		10,4	1,3%
	CartãoBNDES			0,0	0,1	0,8	0,6	0,7	2,2	0,3%
	Aplicação não-reembolsável							0,2	0,2	0,0%
	Total	71,9	47,7	67,7	68,8	176,6	210,3	181,8	824,7	100,0%
Total Geral	Agrícola	2.832,6	4.531,7	2.122,3	1.452,7	2.052,5	2.664,0	1.253,4	16.909,2	51,7%
	Aplicação não-reembolsável						0,2	0,5	0,7	0,0%
	BNDES Automático	1.212,7	1.984,7	1.660,2	1.720,1	2.244,8	1.860,2	1.364,1	12.046,8	36,8%
	BNDES-Exim	88,7	65,2	27,6	28,4	34,0	6,5	0,9	251,3	0,8%
	CartãoBNDES		0,0	0,2	0,8	3,2	4,0	3,7	11,9	0,0%
	Finame	87,6	101,0	110,5	117,0	305,5	340,2	119,9	1.181,7	3,6%
	Finem	369,6	246,5	132,9	97,4	344,1	708,0	391,1	2.289,6	7,0%
	Leasing	3,1	1,0	5,2	6,2	13,8	11,5		40,7	0,1%
	Mercado de Capitais	0,7							0,7	0,0%
	Total	4.595,0	6.930,2	4.058,8	3.422,6	4.997,8	5.594,5	3.133,7	32.732,7	100,0%

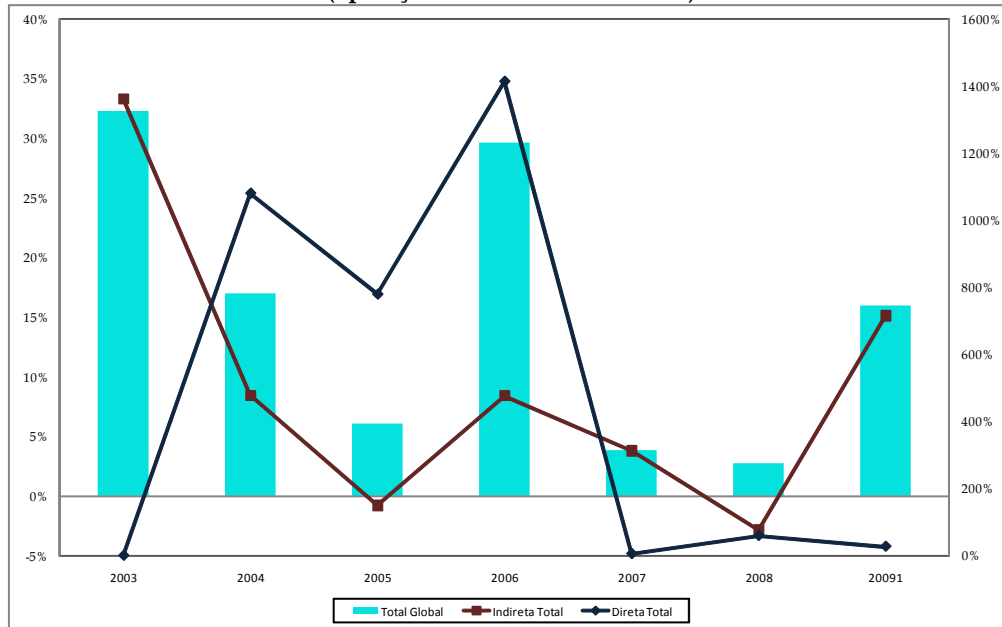
Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

No que se refere à demanda potencial existente pelos recursos do BNDES, o indicador de demanda não-atendida, que relaciona o volume de consulta ao volume de desembolsos, revela que as empresas do setor rural tiveram a menor taxa de demanda não-atendida (15% no total global) no período 2003-09 comparativamente aos demais setores de atividade. Embora esse indicador seja limitado, uma vez que, além da defasagem temporal existente entre a consulta e o desembolso, nem toda empresa cumpre as exigências necessárias para obter o apoio financeiro, observa-se que, à semelhança dos demais setores examinados nesse subprojeto, na modalidade indireta, a forma predominante de financiamento das atividades rurais, os percentuais de demanda não-atendida são consideravelmente menores (9%) do que os registrados na modalidade direta (171%), uma vez que os bancos fazem previamente a seleção dos tomadores potenciais que se enquadram nos critérios determinados pelo BNDES. Na modalidade direta, como as empresas fazem a solicitação de financiamento junto ao BNDES, sem intermediação de qualquer agente financeiro, existe uma parcela significativa de demanda não-atendida, especialmente nos anos de 2004 a 2006 (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Financiamentos ao setor rural: demanda não-atendida¹ por modalidade (operações diretas - eixo direito)



Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. A relação entre os volumes das consultas e dos desembolsos fornece uma *proxy* da demanda não-atendida.

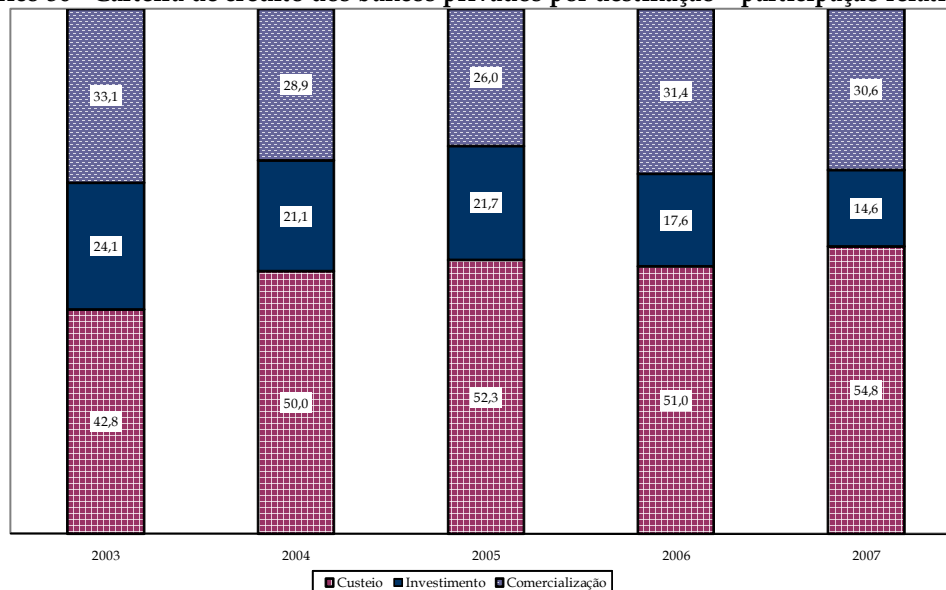
V. Atuação dos bancos privados

Conforme apontado na seção III, os bancos privados aumentaram sua

participação no segmento de crédito rural ao longo do ciclo recente de expansão do crédito, iniciado em 2003 (Gráfico 4). Entre os bancos privados, os de capital estrangeiro apresentaram uma maior exposição ao setor rural que os privados nacionais. As instituições privadas também lideraram os repasses dos financiamentos do BNDES para as empresas do setor rural, como visto na seção precedente.

Assim como os bancos públicos, os bancos privados também concederam mais crédito para a finalidade de custeio no período 2003-2007. A participação do custeio na carteira de crédito dessas instituições subiu de 42,8% em 2003 para 54,8% em 2007, último ano para o qual há informação disponível no Anuário do Crédito Rural. Porém, diferentemente daqueles, os bancos privados concedem uma proporção maior de crédito para comercialização. Em reflexo dos elevados riscos dessa atividade econômica, apenas uma pequena parcela dos créditos concedidos pelas instituições privadas destinou-se ao financiamento do investimento, o qual, além disso, se reduziu para 14,6% em 2007, a menor em todo o período de análise (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Carteira de crédito dos bancos privados por destinação - participação relativa (%)



Fonte: Banco Central do Brasil - *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Elaboração própria.

Essa seção tem como objetivo analisar a atuação dos oito bancos privados integrantes da amostra dos dez maiores bancos em atuação no país, e também do Rabobank, que nas entrevistas era frequentemente apontado como um player relevante no segmento de crédito ao setor rural. Com esse propósito, serão utilizadas as informações sobre a carteira de crédito por setor de atividade, disponibilizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, bem como as informações qualitativas obtidas nas entrevistas e/ou extraídas dos relatórios da administração dessas

instituições.⁴⁰ A seção está dividida em duas subseções: os bancos privados nacionais são objeto da subseção, V.1 enquanto os bancos privados estrangeiros serão examinados na subseção V.2.

V.1. Bancos privados nacionais

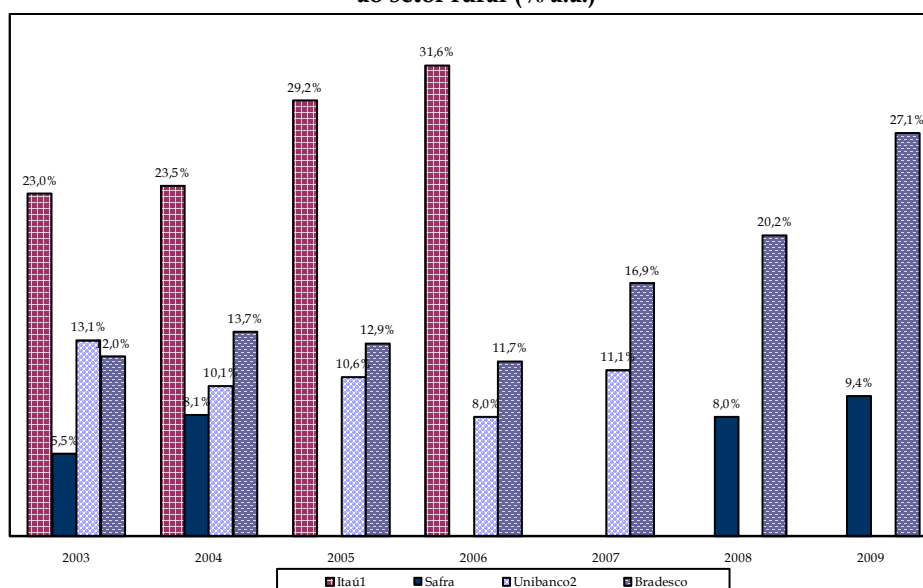
Como visto na seção III, as instituições privadas nacionais tiveram uma participação no segmento de crédito rural em torno dos 25% ao longo do período de análise dessa pesquisa. Entre 2003 e 2008, essa participação subiu de 23,1 para 27,2%, recuando para 25,6% no primeiro semestre de 2009, em reflexo da maior aversão ao risco dessas instituições e a atuação anticíclica dos bancos públicos (Gráfico 5).

A amostra selecionada dos dez maiores bancos do sistema financeiro inclui como representantes do setor privado nacional: Bradesco, o Itaú, o Unibanco (que agora formam o conglomerado Itaú Unibanco) e o Safra. Como já mencionada, a análise dos dados contábeis é prejudicada pela heterogeneidade da forma divulgação das informações, que, no caso do segmento de crédito rural, foi agravada pela agregação realizada pelo Itaú, a partir de 2007, do crédito rural na carteira de crédito agroindustrial, razão pela qual se optou pela exclusão dos dados desse banco para o período 2007-2009.

Mesmo tendo em conta essa limitação, nota-se que, entre os bancos privados incluídos na amostra ampliada para o segmento do crédito rural, a maior participação no financiamento do setor rural foi a do Itaú, que entre 2003 e 2006 controlou uma fatia de mercado no segmento privado de crédito rural de quase 27%, em média, nesse quadriênio (Gráfico 31). O Itaú foi também o banco privado nacional que registrou as maiores taxas maior taxa de crescimento entre 2003 e 2006, ampliando a concessão de crédito rural a uma taxa média real de 33,6% ao ano (Tabela 16). Em termos de volume, observa-se que nesse período, o Itaú liberou montantes para o setor rural duas vezes maiores que o Bradesco, seu principal concorrente em outros segmentos do mercado privado de crédito (Tabela 17).

⁴⁰ As tabelas com as informações extraídas das notas explicativas às demonstrações contábeis dos dez maiores bancos são apresentadas no Anexo 2.

Gráfico 31 - Participação relativa dos bancos privados nacionais no total do crédito privado ao setor rural (% a.a.)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Nota:

1. Em razão da fusão do Itaú e do Unibanco, os dados do Unibanco em 2008 foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.

Tabela 16 - Taxas de crescimento nominal e real¹ do crédito dos bancos privados nacionais ao setor rural

Bancos	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jun.)
Bradesco - nominal	48,8%	-1,5%	19,6%	24,2%	38,4%	8,1%
Bradesco - real	45,3%	-1,4%	19,0%	23,2%	36,2%	7,7%
Itaú - nominal	33,5%	30,0%	42,6%	(2)	(2)	(2)
Itaú - real	31,2%	28,4%	41,3%			
Unibanco - nominal	10,7%	-0,9%	19,4%	18,0%	(3)	(3)
Unibanco - real	10,0%	-0,9%	18,8%	17,2%		
Safra - nominal	91,6%	n.d.	n.d.	n.d.	-	-5,1%
Safra - real	85,1%				-	-4,8%

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Notas:

1. Deflator: IPCA

2. Até 2006, o Itaú apresentava informação desagregada sobre a carteira de crédito rural. A partir de 2007, os dados do setor rural passaram a ser incluídos no saldo de crédito para agroindústria. Para evitar discrepância, optou-se por excluir as informações para o Itaú para 2007 e anos subsequentes.

3. Em novembro de 2008, ocorreu a fusão do Itaú e do Unibanco. Para os anos de 2008 e 2009, os dados do Unibanco foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.

Tabela 17 - Evolução do financiamento ao setor rural pelos principais bancos privados nacionais (R\$ milhões)

Bancos	Dez/03	Dez/04	Dez/05	Dez/06	Dez/07	Dez/08	Jun/09
Itaú	1.422	1.899	2.470	3.521	(1)	(1)	(1)
Safra	341	654	n.d.	n.d.	n.d.	887	n.d.
Unibanco	813	900	892	1.064	1.256	(2)	(2)
Bradesco	745	1.109	1.093	1.307	1.623	2.246	2.428

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Notas:

1. Até 2006, o Itaú apresentava informação desagregada sobre a carteira de crédito rural. A partir de 2007, os dados do setor rural passaram a ser incluídos no saldo de crédito para agroindústria. Para evitar discrepância, optou-se por excluir as informações para o Itaú para 2007 e anos subsequentes.

2. Em razão da fusão do Itaú e do Unibanco, os dados do Unibanco em 2008 foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.

De acordo com informação obtida na entrevista realizada junto ao Itaú Unibanco, o banco atua principalmente no financiamento das grandes empresas, financiando, sobretudo, o capital de giro das empresas agroindustriais. À exemplo do Banco do Brasil, esse banco privado nacional também atua no financiamento de pequenos produtores que são fornecedores de grandes empresas. Com relação aos *funding* das operações com o setor rural, metade provém de recursos direcionados (exigibilidades sobre depósitos à vista) e a outra metade são recursos de tesouraria, ou seja, recursos próprios e recursos captados junto ao público que são emprestados a taxas livremente pactuadas. As operações efetuadas com recursos livres por essa instituição são em sua maioria realizadas com empresas exportadoras. O Itaú opera também como agente financeiro do BNDES, sobretudo, por intermédio do seu banco de atacado, o Itaú BB. Em 2008, com a fusão com Unibanco, o Itaú aumentou o seu peso no financiamento dos agronegócios.

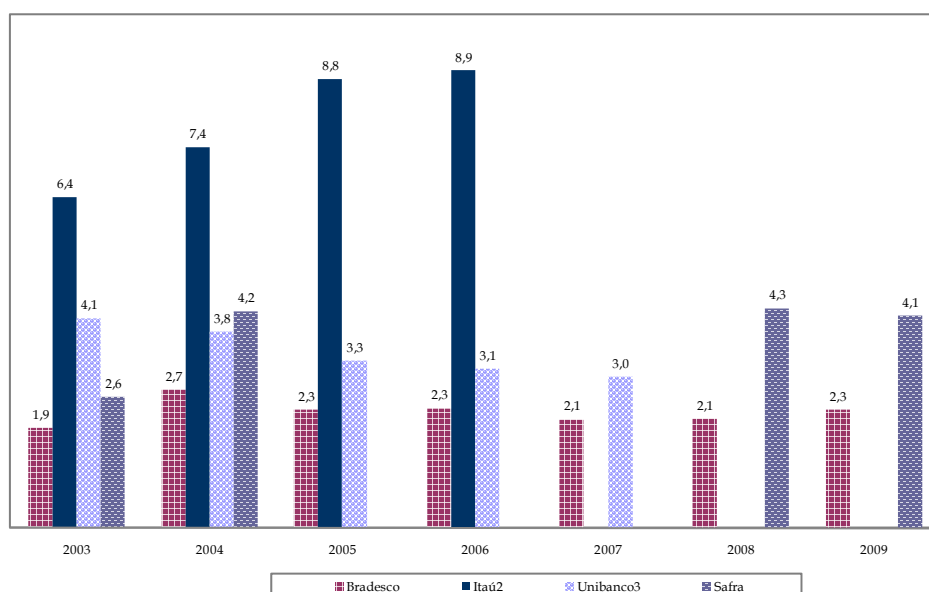
O Bradesco, o único banco privado nacional, que possui informação disponível para todos os anos do período em tela, ocupava no início do ciclo recente de ampliação do crédito, o terceiro lugar no segmento privado do crédito rural, atrás do Itaú e do Unibanco. Em razão do extraordinário aumento da concessão do crédito às atividades rurais em 2004, com variação real de mais de 45%, o Bradesco logrou ultrapassar o Unibanco, assumindo a segunda posição entre os privados nacionais, mas permanecendo bem longe do rival Itaú. Todavia, como agente financeiro do BNDES, o Bradesco ocupa uma posição bem superior a do Itaú, mesmo após a sua fusão com o Unibanco, que como visto na seção precedente, ocupava a sexta posição no ranking dos dez principais repassadores de financiamento do BNDES ao setor rural. De acordo com informações dos relatórios da administração, o banco atua no setor agropecuário, financiando os ciclos de produção, beneficiamento e comercialização de safras.

O Unibanco, até sua união com Itaú em 2008, manteve uma parcela, média, de 10,6% do segmento privado de crédito rural. Ao longo do período 2003-2007, esse banco ampliou a concessão de crédito nesse segmento a uma taxa real anual média da ordem de 11,3%, bem abaixo do ritmo de crescimento verificado para o Bradesco

(média anual de 21,5%). Já o Safra, o quarto banco privado nacional da amostra dos dez maiores bancos não assumiu nesse segmento uma posição de destaque, mantendo uma fatia média inferior a 8,0% no período em tela.

Os bancos privados nacionais não apresentaram ao longo do período em foco uma exposição significativa ao setor rural (Gráfico 32). Apenas no Itaú, a participação do setor rural na carteira de crédito corporativo se elevou no período em análise, passando de 6,4% em 2003 para 8,9% em 2006. Já no Safra, o peso do crédito ao setor rural na carteira corporativa foi em média de 3,7%, percentual superior ao registrado pelo Unibanco (3,4%) e do Bradesco (2,3%)

Gráfico 32 - Participação do setor rural na carteira de crédito corporativo¹ dos grandes bancos privados nacionais (% a.a.)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. **Elaboração própria.**

Nota:

1. Para o Bradesco, Itaú e Unibanco, o total do crédito corporativo exclui intermediários financeiros e inclui as empresas públicas dos setores de petroquímica e de geração e distribuição de energia.
2. Até 2006, o Itaú apresentava informação desagregada sobre a carteira de crédito rural. A partir de 2007, os dados do setor rural foram incluídos no saldo de crédito para agroindústria. Para evitar discrepância, optou-se por excluir as informações para o Itaú em 2007.
3. Em razão da fusão do Itaú e do Unibanco, os dados do Unibanco em 2008 foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.

V.2. Bancos privados estrangeiros

Como visto na seção III, os bancos privados estrangeiros responderam, em média, por 16,2% do segmento de crédito rural durante o período 2003-2009. Todavia, essas instituições perderam participação nesse segmento em 2008 e no 1º semestre de 2009 para as instituições públicas (Gráfico 5). A queda de participação de quase 2,0 p.p

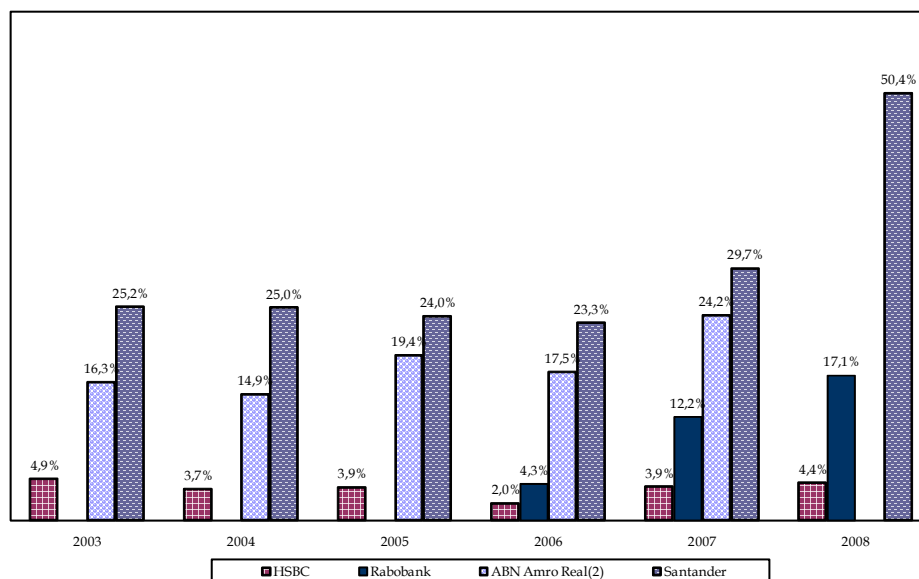
entre dezembro de 2007 e junho de 2009 reflete o impacto da crise sobre as expectativas dessas instituições, que temendo elevação da inadimplência retraíram a oferta de crédito.

Na amostra selecionada dos dez maiores bancos do sistema financeiro nacional estão presentes três representantes do setor privado estrangeiro: o Santander, o ABN Real, que foi incorporado ao Santander em julho de 2008, formando o Santander Real, e o HSBC. Porém, como nas entrevistas realizadas, o Rabobank aparecia sempre como um importante *player* no segmento de crédito ao setor rural, optou-se pela sua inclusão na amostra para o crédito rural.

Dentre o grupo de bancos privados estrangeiros dessa amostra ampliada, a maior participação no segmento privado do crédito rural é a do Santander, seguido pelo Banco ABN Amro Real. Em 2003, início do ciclo de expansão recente do crédito, o Santander, liderava o segmento privado do crédito rural, detendo uma fatia de 25,2%, a maior entre todos os bancos privados, nacionais e estrangeiros, da amostra ampliada (Gráficos 31 e 33). Naquele ano, o esse banco era, segundo informação do seu relatório da administração, a única instituição privada a operar no financiamento de várias etapas do agronegócio, dando continuidade ao relacionamento estreito que o Banespa, adquirido no leilão de privatização em 2000, sempre manteve com a cadeia produtiva do agronegócio. Igualmente, o banco tinha atuação expressiva nos repasses dos recursos do BNDES para o financiamento dos investimentos rurais. O Santander também foi o primeiro banco privado a oferecer, em julho de 2003, uma linha extra de crédito a partir de um novo produto, a Cédula do Produtor Rural (CPRs), como um complemento ao crédito rural tradicional com recursos direcionados.⁴¹

⁴¹ De acordo com informações do relatório de administração, em 2005, o Santander desenvolveu produtos na área de seguros para o setor rural, tais como o seguro prestamista (que cobre somente o valor do empréstimo), o seguro contra variações climáticas, seguro para acidentes em equipamentos agrícolas e seguro da propriedade rural

Gráfico 33 - Participação relativa dos bancos privados estrangeiros no total do crédito privado ao setor rural (% a.a.)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Nota:

1. Em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander, em razão da aquisição de sua matriz na Holanda pelo Santander Espanha. Com a incorporação o Santander no Brasil para a se denominar Santander Real.

Todavia, o Santander não conseguiu barrar o avanço do rival Itaú, que ampliando a concessão de crédito ao setor rural, em ritmo acelerado, assumiu a liderança desse segmento do mercado de crédito privado em 2005 (Tabelas 18 e 19). Contudo, embora tenha se tornado a terceira instituição do país no financiamento do setor rural, atrás apenas do Banco do Brasil e do Itaú, o Santander manteve a liderança entre os bancos privados com atuação nesse segmento no estado de São Paulo. Não obstante a ausência de informação sobre o desempenho do crédito rural no Itaú impeça a identificação do líder efetivo do segmento privado de crédito rural no período 2007-09, é possível afirmar com segurança que, após a incorporação do Banco ABN Amro Real em 2008, o qual detinha uma fatia de 18,5% (média do período 2003-07) do segmento privado de crédito rural, o Santander Real assumiu a liderança absoluta entre os bancos privados estrangeiros da amostra.⁴²

⁴² De acordo com informação do relatório de administração, em 2008, o Santander era o terceiro colocado no *ranking* brasileiro privado, com 12,5% do mercado de crédito em agronegócios. Isso sugere que, embora no financiamento ao setor rural, no sentido estrito, o Santander está à frente do Bradesco, como mostra os dados contábeis apresentados na seção, no segmento de agronegócios, o Bradesco o ultrapassa.

Tabela 18 - Taxas de crescimento nominal e real¹ do crédito dos bancos privados estrangeiros ao setor rural

Bancos	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jun.)
Santander - nominal	29,9%	0,4%	27,7%	9,5%	97,1%	-4,2%
Santander - real	27,8%	0,4%	26,8%	9,1%	91,7%	-4,0%
ABN Amro Real - nominal	19,4%	36,6%	18,6%	18,8%	(²)	(²)
ABN Amro Real - real	18,1%	34,6%	18,0%	18,0%		
HSBC - nominal	-1,2%	9,3%	-31,0%	66,7%	30,9%	-32,1%
HSBC - real	-1,1%	8,8%	-30,0%	63,9%	29,2%	-30,6%
Rabobank - nominal	n.d.	n.d.	n.d.	142,6%	62,7%	n.d.
Rabobank - real				136,5%	59,2%	

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Notas:

1. Deflator: IPCA.

2. Em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander, em razão da aquisição de sua matriz na Holanda pelo Santander Espanha. Com a incorporação o Santander no Brasil para a se denominar Santander Real.

Dentre os demais bancos estrangeiros da amostra ampliada, o Rabobank é o que detém a fatia de mercado mais expressiva no segmento privado do crédito rural, média de 5,6% no período em tela ante a média de 3,8% do HSBC. Fundado em princípios cooperativos, o Rabobank é na realidade uma rede de bancos de origem holandesa, com foco no financiamento ao agronegócio. Sua atuação no Brasil teve início em 1989, com um escritório de representação em São Paulo. Em 1995 obteve autorização formal para operar como um banco comercial e, em 2000, passou a atuar também como banco múltiplo, agregando a carteira de investimento. Nos relatórios anuais da administração, o Rabobank se define como uma instituição global líder em financiamento rural. No Brasil, os seus principais produtos pelo Rabobank são: repasse do BNDES para plantio de seringueira, cana-de-açúcar, *citrus*, reflorestamento, silos, sistemas de irrigação e aviões agrícolas; repasses de recursos captados no exterior, financiamento de capital de giro, ACC; avais de Cédula de Produtor Rural e derivativos.

Como banco de nicho, especializado no setor rural, o Rabobank operou, no período em tela, um volume de crédito rural próximo ao verificado para o Bradesco e a do Santander (Tabelas 17 e 19). Em consequência, a participação do crédito rural na sua carteira de crédito corporativo é significativamente maior que a dos demais bancos privados da amostra, seja de capital nacional, seja estrangeiro, com atuação diversificada nos diferentes segmentos do mercado de crédito corporativo (Gráficos 33 e 35). Igualmente, em razão dessa especialização no setor rural, o peso da carteira de crédito rural desse banco é maior do que aquela verificada, na subseção IV.1 para o

Banco do Brasil, principal *player* nesse segmento.

Tabela 19 - Evolução do financiamento ao setor rural pelos principais bancos privados estrangeiros (R\$ milhões)

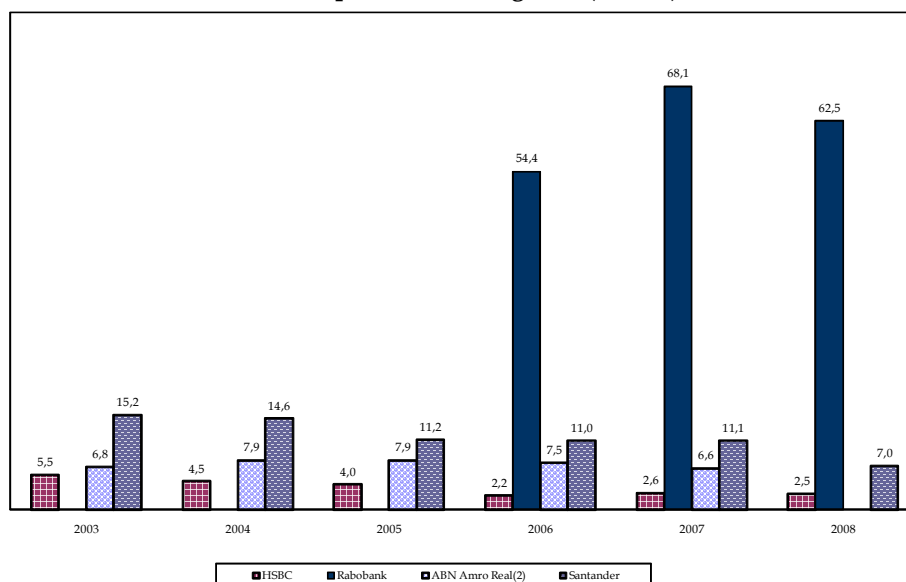
Bancos	Dez/03	Dez/04	Dez/05	Dez/06	Dez/07	Dez/08	Jun/09
HSBC	302	298	326	225	375	491	333
Rabobank	n.d.	n.d.	n.d.	481	1.166	1.898	n.d.
Real	1.008	1.204	1.644	1.949	2.316	(1)	(1)
Santander	1.559	2.025	2.033	2.596	2.842	5.603	5.368

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Nota:

1. Em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander, em razão da aquisição de sua matriz na Holanda pelo Santander Espanha. Com a incorporação o Santander no Brasil para a se denominar Santander Real.

Gráfico 35 - Participação do setor rural na carteira de crédito corporativo⁽¹⁾ dos grandes bancos privados estrangeiros (em %)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Nota:

1. Exclui intermediários financeiros e pessoas físicas e inclui empresas públicas.
2. Em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander, em razão da aquisição de sua matriz na Holanda pelo Santander Espanha. Com a incorporação o Santander no Brasil para a se denominar Santander Real.

Dentre os demais bancos estrangeiros, o crédito rural tem uma maior participação na carteira de crédito do Santander. Nesse banco, o crédito rural manteve uma participação média de 11% no total de crédito ao setor corporativo, percentual superior a todos os demais bancos privados (Gráficos 35). Já no HSBC, o peso do setor rural na carteira de crédito corporativo não ultrapassou 3,7% na média do período 2003-09.

Apesar do crescimento robusto do HSBC em 2007 e 2008, esse banco concedeu um volume baixo de crédito ao setor rural, se comparado aos demais bancos privados,

estrangeiros e nacionais (Tabela 19). De acordo com entrevista realizada junto a esse banco, o HSBC possui uma base baixa de depósitos à vista, e, por isso, concede pouco crédito rural direcionado. Além disso, o banco não opera com repasse do Finame rural, a principal linha de financiamento do BNDES para compra de máquinas e equipamentos agrícolas. A atuação do banco é mais forte no segmento de crédito ao agronegócio, no qual financia, especialmente, as *tradings* e os grandes produtores, tendo como *funding* os recursos de tesouraria.

VI. Conclusões

Nesse relatório procurou-se avançar no entendimento do segmento de crédito rural corporativo, a partir da incorporação de informações, quantitativas e qualitativas, adicionais àquelas apresentadas no primeiro relatório desse subprojeto. Não obstante os limites e deficiências das estatísticas, a análise realizada comprovou a importância das instituições públicas e do crédito direcionado no financiamento desse setor, cuja atividade elevados riscos.

O financiamento a esse segmento se dá majoritariamente com recursos de origem compulsória (exigibilidades sobre depósito à vista e sobre a poupança rural, captada pelos bancos federais – Banco da Amazônia, Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil – e pelos bancos cooperativos) e de origem fiscais e parafiscal. Além disso, esse segmento opera com encargos financeiros que são fixados pelo governo em níveis inferiores aos praticados no segmento livre no qual as taxas de juros e demais condições financeiras são livremente pactuadas. Para isso, o Tesouro garante a equalização para os bancos oficiais que utilizam recursos da poupança rural como *funding* de programas específicos do Governo Federal.

Embora a participação dos bancos privados nesse segmento tenha crescido ao longo do período 2003-2008, as instituições privadas permanecem minoritárias nesse segmento, no qual operam majoritariamente com recursos das exigibilidades sobre os depósitos à vista e repasses do BNDES. Com o *boom* das *commodities* agrícolas, houve um aumento do interesse dos bancos privados pelo setor, porém esse movimento foi interrompido pela crise global que impactou na economia brasileira a partir de meados de setembro de 2008. , provocou mudanças na atuação dos bancos (tanto públicos quanto privados). Enquanto os bancos privados ficaram mais cautelosos, reduzindo a concessão de financiamentos, tanto com recursos livres quanto com direcionados, os bancos públicos atuaram como agentes condutores das políticas públicas anticíclicas, ampliando os financiamentos a setores importantes da economia. Isso não foi diferente

no setor rural. A participação dos bancos públicos cresceu nesse segmento em 2008 e no primeiro semestre de 2009.

Entre os bancos públicos, o Banco do Brasil é o principal destaque, com participação superior a 60% no Sistema Nacional de Crédito Rural. A carteira de agronegócios é a segunda maior carteira de crédito do banco, demonstrando sua clara priorização, enquanto banco público, do setor rural. Porém, no período 2003-2008, observou-se que o banco aprofundou sua estratégia operacional de diversificação, iniciada no início da presente década quando essa instituição passou a atuar cada vez mais sob a lógica privada de valorização. Em decorrência, o setor rural perdeu participação na carteira do banco, que também passou a privilegiar as operações de financiamento da comercialização de produtos agroindustriais. Igualmente, o BB reduziu sua atuação como agente financeiro do BNDES nos financiamentos dos investimentos do setor rurais.

Os demais bancos públicos aqui estudados (Nossa Caixa e Caixa Econômica Federal) não têm participação expressiva no crédito rural, parcelas pequenas da sua carteira de crédito total. Na CEF, o peso desse setor em sua carteira de crédito não ultrapassa os 0,02%, enquanto na Nossa Caixa essa participação é um pouco maior (em torno de 6% da carteira total do banco). Porém, nessa instituição recém-adquirida pelo BB, os montantes são baixos, se comparados ao Banco do Brasil e aos seus principais concorrentes privados.

Os principais bancos privados que atuam nesse segmento são Bradesco, Itaú Unibanco, Santander Real e Rabobank (os dois primeiros nacionais e os dois últimos de capital estrangeiro). O Bradesco é o principal agente financeiro do BNDES nesse segmento, mas entre os dez maiores repassadores há igualmente bancos estrangeiros controlados por fabricantes de equipamentos e máquinas agrícolas, à semelhança do que foi observado no subsetor de serviço, no qual os bancos das montadoras se destacam. Apesar do aumento da participação dos bancos privados no segmento de crédito rural, essa participação ainda é bem inferior à do Banco do Brasil. E, com a crise financeira atual os bancos privados perderam ainda mais participação para as instituições públicas, agentes de políticas anticíclicas em vários segmentos, dentre os quais o de crédito rural.

Nas entrevistas realizadas, bancos públicos e privados (sejam eles nacionais ou estrangeiros) relatam que suas estratégias são muito semelhantes, pois se pautam pela sustentabilidade dos negócios. Os bancos públicos, apesar de terem um espaço mais

amplo para atuarem em políticas públicas e de fomento, o fazem sem incorrer em déficit, uma vez que contam com as receitas de equalização do Tesouro.

Também não foram identificadas diferenças de atuação entre as diferentes instituições financeiras privadas, exceto pela questão do *funding*. Os estrangeiros operam com recursos de captados no exterior, já que, com exceção do Santander, não possuem ampla base de depósito à vista. Porém, há diferença importante entre bancos públicos e privados. O elevado risco das operações de crédito a esse setor faz com os agentes do governo tenham uma maior exposição nesse mercado de crédito, e sua posição é ainda mais reforçada em períodos de crise. Nos períodos de crescimento da economia e do setor rural, em particular, cresce a participação dos bancos privados nesse mercado de crédito. Nos momentos de crise, o aumento da aversão ao risco conduz à retração tanto dos bancos privados nacionais quanto dos estrangeiros, não obstante a existência de obrigatoriedade da destinação de parte do depósito à vista funcionar como um estabilizador automático desse segmento de crédito. Nesses momentos, o espaço deixado pelos bancos privados (e também pelas *tradings*) no financiamento a essa atividade essencial é ocupado pelos bancos públicos.

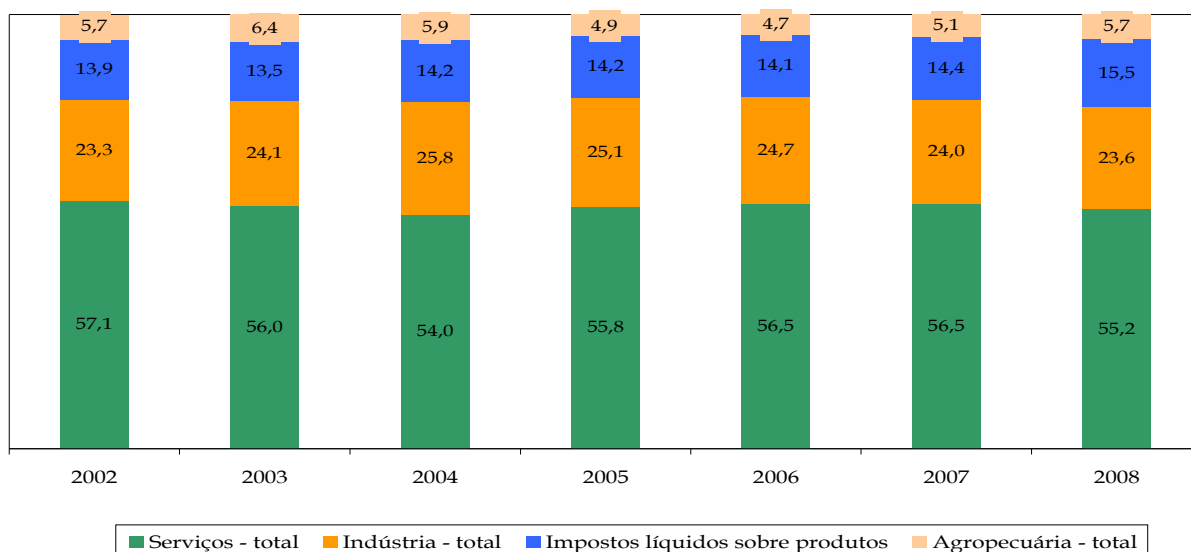
Referências bibliográficas

- BANCO BRADESCO S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.bradesco.com.br>.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Vários anos. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>.
- _____. *Manual do Crédito Rural – MCR*. Disponível em: <http://www.cosif.com.br>.
- _____. *Séries Temporais*. Vários anos. Disponíveis em: <http://www.bcb.gov.br>.
- BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIII, nº 4, out.-dez., 2004, p. 10-17.
- _____. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.bb.com.br>.
- BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.italu.com.br>.
- BANCO NOSSA CAIXA S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.nossacaixa.com.br>.
- BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.rabobank.com.br>.
- BANCO REAL E EMPRESAS ABN AMRO NO BRASIL. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.bancoreal.com.br>.
- BANCO SAFRA S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.safra.com.br>.
- BANCO SANTANDER S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.santander.com.br>.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Fundos e programas. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/programas/programas.asp>.
- _____. Notícias, várias. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/noticias>
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br>.
- CARVALHO, Carlos Eduardo e TEPASSÊ, Ângela Cristina. O BNB como banco de desenvolvimento e banco de crédito agrícola: desempenho, mudanças, desafios. Projeto “Promoting the Reform of Agricultural Banks” – Instituto de Estudos Peruanos, 2009.
- CINTRA, Marcos A. M. Fundos Constitucionais de Financiamento (do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste) Relatório 3 do Subprojeto IX “Crédito direcionado e desenvolvimento econômico no Brasil: o papel dos fundos públicos”, Pesquisa BNDES, CECON – Instituto de Economia/ Unicamp, 2007.
- FREITAS, M^{re} Cristina Penido de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. *Estudos Avançados* 23 (66), p. 125-146, 2009.
- _____. Transformações institucionais do sistema bancário brasileiro. Relatório 1 do Subprojeto VIII Crédito Bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais. Pesquisa BNDES, CECON – Instituto de Economia/Unicamp, mar. 2007a.

- _____ Evolução e determinantes do crédito bancário no período 2001-2006. Relatório 2 do Subprojeto VIII “Crédito Bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais”, Pesquisa BNDES, CECON - Instituto de Economia/ Unicamp, ago., 2007b
- _____. Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro in: M. C. P. Freitas (Org.) *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundap; Fapesp; Brasília: IPEA, pp. 101-173, 1999.
- GOLDBERG, Simone. Banco do Nordeste: demanda aquecida apesar da conjuntura. *Valor Econômico - Suplemento Valor Financeiro - Bancos Públicos*. Ano 8, Número 9, jul. 2009.
- HSBC Bank Brasil S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.hsbc.com.br>.
- ITAÚ UNIBANCO BANCO MÚLTIPLO S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.itau.com.br>.
- RIBEIRO, Alex. Banco do Brasil: função social, sim, mas com lucros. *Valor Econômico - Suplemento Valor Financeiro - Bancos Públicos*. Ano 8, Número 9, jul. 2009.
- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.unibanco.com.br>.

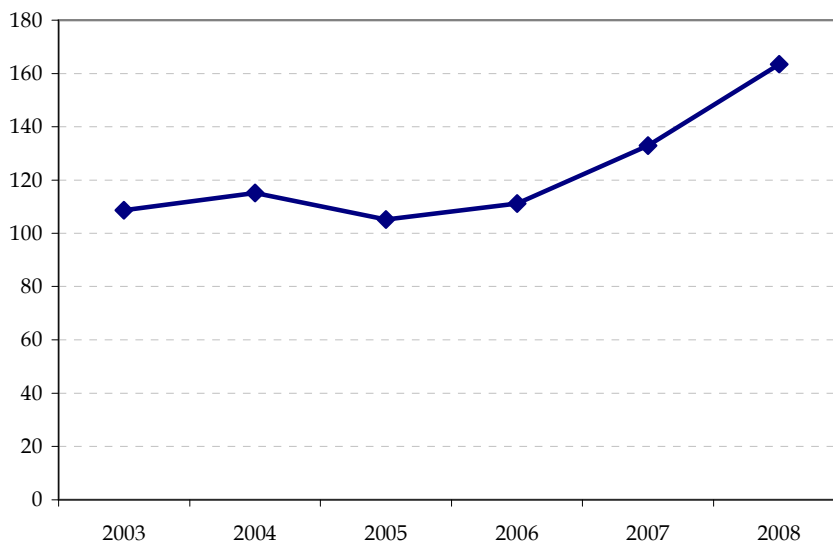
Anexo 1

Gráfico A.1 - Composição setorial do PIB (em %)



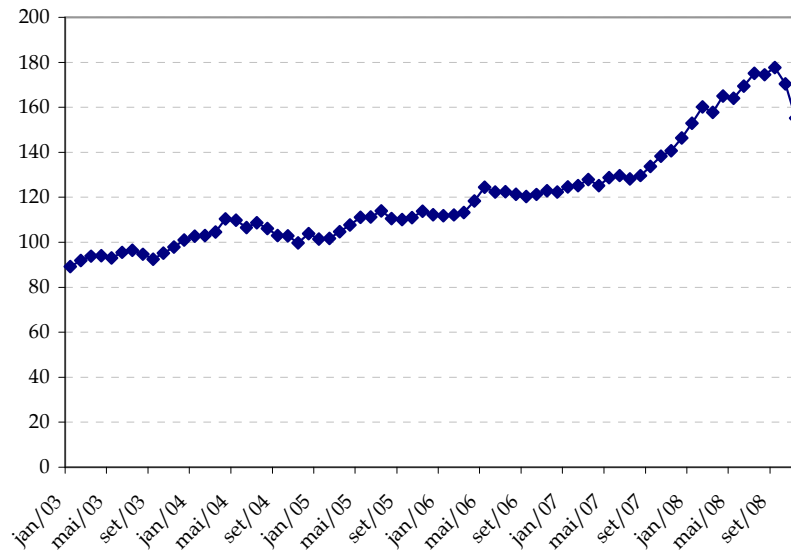
Fonte: Contas Nacionais - IBGE. Elaboração própria.

Gráfico A.2 - Valor adicionado pela agropecuária (em R\$ bilhões)



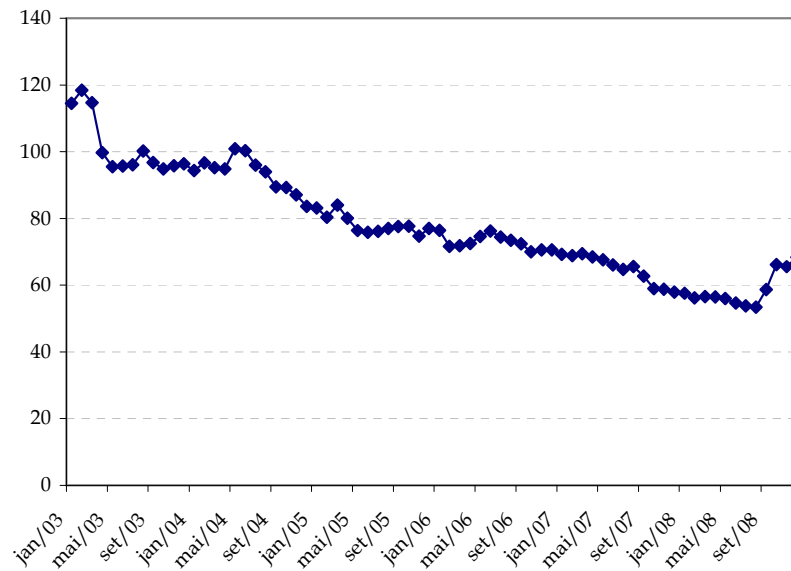
Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Gráfico A.3 - Preços de exportação do agronegócio - índice (base 2000)



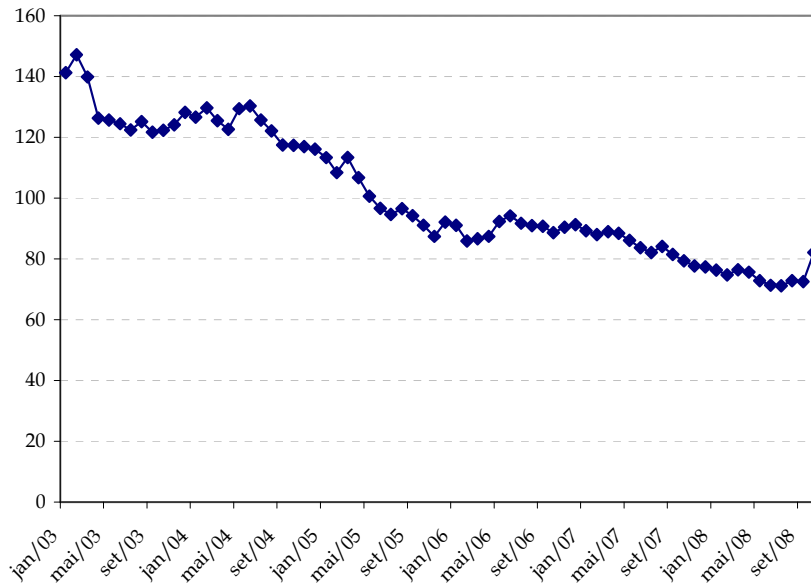
Fonte: Cepea-USP. Elaboração própria.

Gráfico A.4 - Evolução Câmbio Real/Dólar - índice (base 1999)



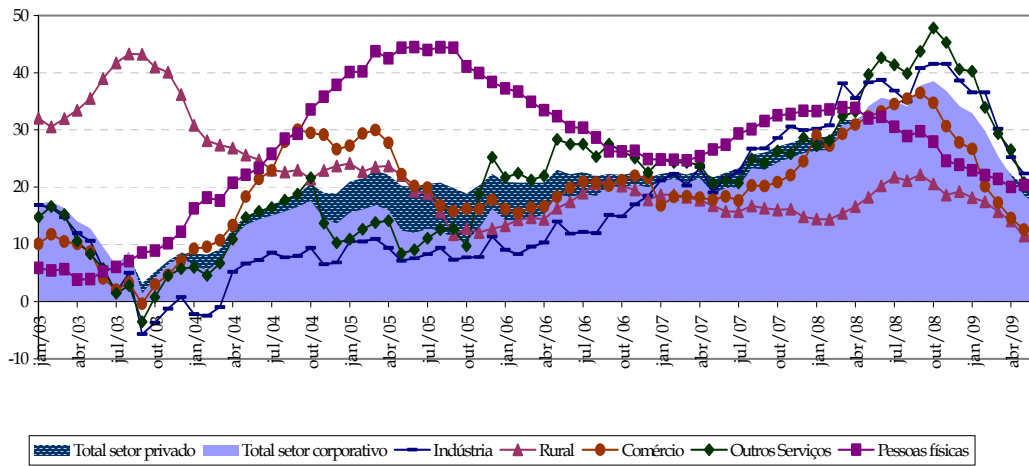
Fonte: FGVdados. Elaboração própria.

Gráfico A.5 - Taxa efetiva de câmbio do agronegócio brasileiro - índice (base 2000)



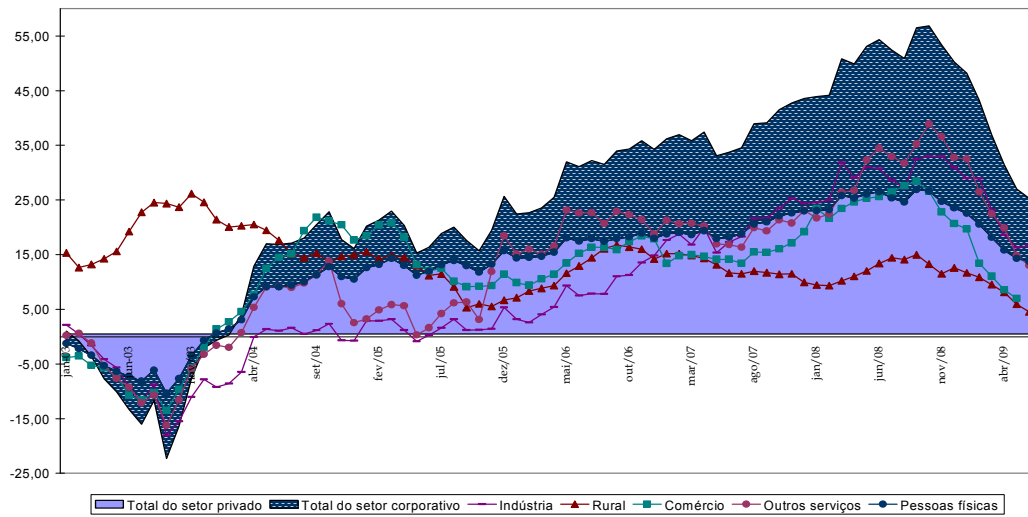
Fonte: Cepea-USP. Elaboração própria.

Gráfico A6 - Taxa de crescimento nominal das operações de crédito por setor



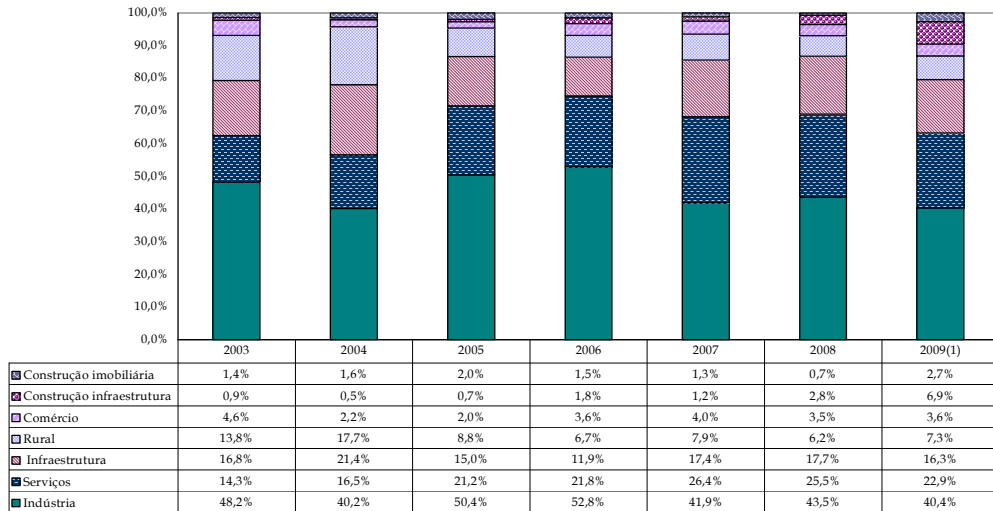
Fonte: Banco Central do Brasil - séries temporais. Elaboração própria.

Gráfico A7 - Taxa de Crescimento real das operações de crédito por setor



Fonte: Banco Central do Brasil - séries temporais. Elaboração própria.

Gráfico A8 - Participação dos setores nos desembolsos totais dos BNDES

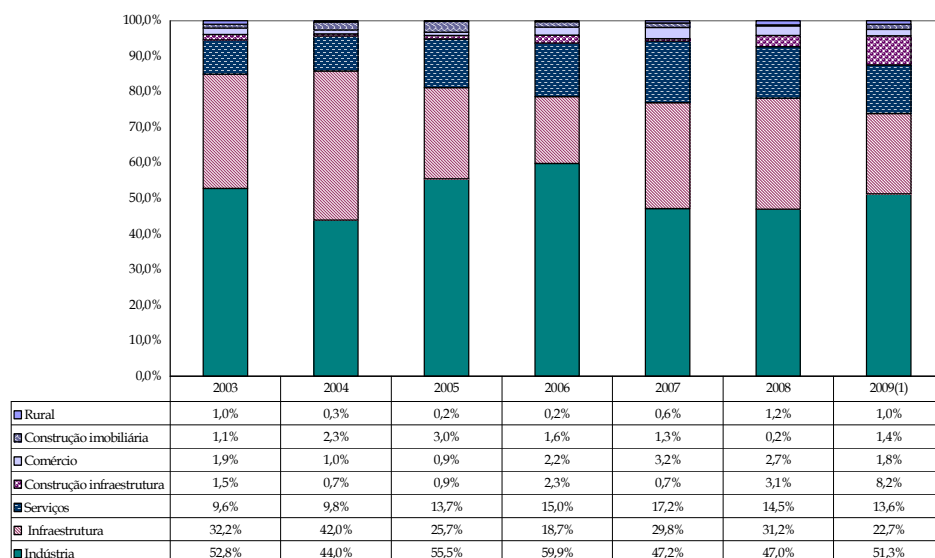


Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

Gráfico A9 - Participação dos setores nos desembolsos diretos do BNDES

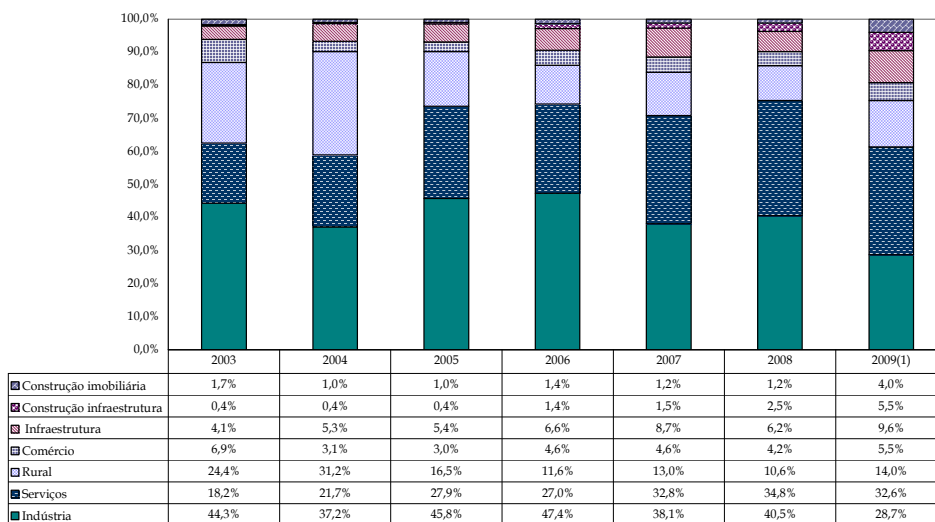


Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

Gráfico A10 - Participação dos setores no desembolso BNDES



Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

Tabela A.1 - Indicadores do setor rural

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Participação do PIB agropecuário no PIB do Brasil	6,4	5,9	4,9	4,7	5,1	5,7
Participação do PIB do agronegócio no PIB do Brasil	28,8	28,3	25,8	24,3	25,11	n.d.
Participação do agronegócio nas exportações	44,4	43,0	39,1	37,8	38,5	38,5
Participação do agronegócio nas importações	17,6	16,2	13,7	13,0	14,3	15,2

Fontes: IBGE, Cepea-USP/CNA e IEA - Instituto de Economia Agrícola. Elaboração própria.

n.d.: dados não disponíveis.

Tabela A.2- Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por fonte de recursos e por faixa de financiamento em 2003 - participação relativa (%)

Fonte de Recursos	De 0,00 a 60.000,00		De 60.000,01 a 150.000,00		De 150.000,01 a 300.000,00		Acima de 300.000,00	
	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor
Recursos do Tesouro	18,0	4,3	0,2	0,2	0,04	0,05	0,1	0,03
Recursos obrigatórios	21,9	38,1	26,7	27,1	26,4	26,8	52,4	65,9
Poupança rural	6,1	17,3	38,9	39,2	40,1	38,4	22,6	18,0
Recursos livres	5,2	7,2	4,7	4,6	3,1	3,2	4,2	3,5
Fundos constitucionais	8,7	5,0	5,9	5,7	6,5	6,4	7,9	5,8
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	37,4	20,2	0,3	0,2	0,04	0,04	0,0	0,0
Fundos de <i>commodities</i>	0,01	0,02	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos BNDES/FINAME	1,8	5,8	21,4	21,2	23,5	24,8	12,3	6,5
Recursos FTRA/Banco da Terra	0,2	0,5	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2
Recursos de Governos Estaduais	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos do FUNCAFÉ	0,6	1,3	1,7	1,5	0,03	0,03	0,02	0,03
Recursos externos - 63 RURAL	0,0	0,0	0,01	0,01	0,05	0,05	0,1	0,05
Recursos de outras fontes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (na coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Geral por Faixa de Financiamento	96,3	42,7	2,4	15,8	0,8	11,2	0,4	30,3

Fonte: BCB - Anuário Estatístico do Crédito Rural/ Elaboração própria.

Tabela A.3 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por fonte de recursos e por faixa de financiamento em 2007 - participação relativa (%)

Fonte de Recursos	De 0,00 a 60.000,00		De 60.000,01 a 150.000,00		De 150.000,01 a 300.000,00		Acima de 300.000,00	
	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor	Nº de Contrato	Valor
Recursos do Tesouro	13,5	3,0	0,03	0,03	0,0*	0,0*	0,01	0,02
Recursos obrigatórios	24,3	39,5	56,1	54,9	46,3	47,0	61,9	71,2
Poupança rural	14,9	21,3	27,1	28,0	27,8	28,1	14,2	7,6
Recursos livres	1,5	3,9	4,0	4,1	4,4	4,3	4,2	3,4
Fundos constitucionais	32,7	13,1	3,0	3,0	4,6	4,4	7,1	6,2
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	11,2	12,5	0,3	0,3	0,05	0,05	0,1	0,1
Fundos de <i>commodities</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,01	0,01	0,0	0,0
Recursos BNDES/FINAME	0,5	2,1	6,5	6,7	12,1	11,5	6,1	3,7
Recursos FTRA/Banco da Terra	0,4	1,8	0,2	0,2	0,4	0,4	0,8	0,5
Recursos de Governos Estaduais	0,05	0,2	0,02	0,02	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos do FUNCAFÉ	0,9	2,5	2,5	2,6	4,0	3,8	3,0	4,0
Recursos externos - 63 RURAL	0,0	0,01	0,05	0,05	0,1	0,1	2,4	3,0
Recursos de outras fontes	0,01	0,04	0,04	0,05	0,2	0,2	0,1	0,2
Total (na coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Geral por Faixa de Financiamento	95,1	31,6	3,5	18,8	0,9	10,7	0,5	39,0

Fonte: BCB - Anuário Estatístico do Crédito Rural/ Elaboração própria.

* Valor insignificante (menor que 0,01%).

Anexo 2

Tabela A1 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Banco do Brasil	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	2008/03
Total Setor Privado¹	67.881.287	79.052.685	16,5%	92.333.423	16,8%	120.634.311	30,7%	148.817.190	23,4%	208.874.061	40,4%	208%
Pessoa Física	11.784.543	14.453.568	22,6%	16.436.731	13,7%	21.624.332	31,6%	28.931.501	33,8%	41.621.573	43,9%	253%
% setor privado	17,4	18,3	0,9	17,9	-0,4	19,9	2,0	19,4	-0,5	19,9	0,5	2,6
Habituação (PJ+PF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.905	-	-
% setor privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,03	-	-
Setores corporativos²	56.096.744	64.599.117	15,2%	75.896.692	17,5%	99.009.979	30,5%	119.885.689	21,1%	167.189.583	39%	198%
% setor privado	82,6	81,7	-0,9	62,9	-18,8	47,4	-15,5	80,6	33,2	80,0	-0,5	-2,6
Indústria	17.062.702	18.065.098	5,9%	22.333.484	23,6%	32.851.853	47,1%	42.653.771	29,8%	62.871.840	47,4%	268%
% setor privado	25,1	22,9	-2,3	18,5	-4,3	15,7	-2,8	28,7	12,9	30,1	1,4	5,0
% setor corporativo	30,4	28,0	-2,3	29,4	1,5	33,2	3,8	35,6	2,4	37,6	2,0	7,2
Comércio	7.207.843	9.383.604	30,2%	10.904.272	16,2%	13.384.193	23%	17.592.438	31%	24.211.779	38%	236%
% setor privado	10,6	11,9	1,3	9,0	-2,8	6,4	-2,6	11,8	5,4	11,6	-0,2	1,0
% setor corporativo	12,8	14,5	1,7	14,4	-0,2	13,5	-0,8	14,7	1,2	14,5	-0,2	1,6
Outros serviços	7.634.068	8.353.066	9,4%	9.276.710	11,1%	14.055.522	51,5%	17.724.146	26%	29.096.711	64%	281%
% setor privado	11,2	10,6	-0,7	11,7	1,1	13,9	2,3	11,9	-2,0	13,9	2,0	2,7
% setor corporativo	13,6	12,9	-0,7	18,5	5,6	14,2	-4,3	14,8	0,6	17,4	2,6	3,8
Rural	24.192.131	28.797.349	19,0%	33.382.226	15,9%	38.718.411	16,0%	41.915.334	8%	51.009.253	22%	111%
% setor privado	35,6	36,4	0,8	32,1	-4,3	24,4	-7,7	28,2	3,7	24,4	-3,7	-11,2
% setor corporativo	43,1	44,6	1,5	51,0	6,4	51,5	0,5	35,0	-16,6	30,5	-4,5	-12,6

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros e inclui empresas industriais estatais.

2 Exclui intermediários financeiros e crédito imobiliário

Tabela A2 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Caixa Econômica Federal	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008
Total Setor Privado¹	24.681.449	28.277.291	14,6%	36.242.782	28,2%	44.485.775	22,7%	54.608.944	22,8%	78.008.833
Pessoa Física	5.113.815	6.865.421	34,3%	9.609.806	40,0%	10.341.574	7,6%	12.153.325	17,5%	15.128.092
% setor privado	20,7	24,3	3,6	23,2	-1,0	19,4	-3,9	22,3	2,9	19,4
Habituação (PJ+PF)	15.696.884	16.369.191	4,3%	19.188.780	17,2%	25.035.276	30,5%	31.467.177	25,7%	43.188.181
% setor privado	63,6	57,9	-5,7	52,9	-4,9	56,3	3,3	57,6	1,3	55,4
Setores corporativos²	3.870.750	5.042.679	30,3%	7.444.196	47,6%	9.108.925	22,4%	10.988.442	20,6%	19.692.560
% setor privado	15,7	17,8	2,2	16,7	-1,1	11,7	-5,1	20,1	8,4	25,2
Indústria	375.231	563.876	50,3%	1.009.824	79,1%	1.540.839	52,6%	1.895.927	23,0%	6.225.042
% setor privado	1,5	2,0	0,5	2,3	0,3	2,0	-0,3	3,5	1,5	8,0
% setor corporativo	9,7	11,2	166,1	13,6	2,4	16,9	3,4	17,3	0,3	31,6
Comércio	452.551	698.180	54,3%	1.167.534	67,2%	1.528.736	31%	1.475.665	-3%	973.059
% setor privado	1,8	2,5	0,6	2,6	0,2	2,0	-0,7	2,7	0,7	1,2
% setor corporativo	11,7	13,8	2,2	15,7	1,8	16,8	1,1	13,4	-3,4	4,9
Outros serviços	3.039.041	3.776.393	24,3%	5.260.465	39,3%	6.031.668	14,7%	7.607.774	26%	12.493.652
% setor privado	12,3	13,4	1,0	13,6	0,2	16,0	2,5	13,9	-2,1	16,0
% setor corporativo	78,5	74,9	-3,6	81,0	6,1	66,2	-14,8	69,2	3,0	63,4
Rural	3.927	4.230		6.373	50,7%	7.682	20,5%	9.076	18%	807
% setor privado	0,016	0,015	-0,001	0,017	0,002	0,001	-0,016	0,017	0,016	0,001
% setor corporativo	0,101	0,084	-0,018	0,103	0,019	0,009	-0,094	0,083	0,074	0,004

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros e inclui empresas públicas.

2 Exclui intermediários financeiros e crédito imobiliário e inclui empresas públicas industriais.

Tabela A2 continuação - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Caixa Econômica Federal	Var. 2008/07	Var. 2008/03	Var. média 2008/03	2009 (Jun)	Var. 2009/08
Total Setor Privado¹	42,8%	216%	26%	91.579.651	17,4%
Pessoa Física	24,5%	196%	24%	18.764.768	24,0%
% setor privado	-2,9	-1,3	-	20,5	1,1
Habituação (PJ+PF)	37,2%	175%	22%	51.737.212	19,8%
% setor privado	-2,3	-8,2		56,5	1,1
Setores corporativos²	79%	409%	38%	21.077.671	7,0%
% setor privado	5,1	9,6	-	23,0	-2,2
Indústria	228,3%	1559%	75%	3.056.375	-50,9%
% setor privado	4,5	6,5	-	3,3	-58,2%
% setor corporativo	14,4	21,9	-	14,5	-17,1
Comércio	-34%	115%	17%	1.119.361	15,0%
% setor privado	-1,5	-0,6	-	1,2	-2,0%
% setor corporativo	-8,5	-6,8	-	5,3	0,4
Outros serviços	64%	311%	33%	16.900.868	35,3%
% setor privado	2,1	3,7	-	18,5	15,2%
% setor corporativo	-5,8	-15,1	-	80,2	16,7
Rural	-91%	-79%	-27%	1.067	32,2%
% setor privado	0,0	0,0	-	0,001	12,6%
% setor corporativo	-0,1	-0,1	-	0,0	0,0

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros e inclui empresas públicas.

2 Exclui intermediários financeiros e crédito imobiliário e inclui empresas públicas industriais.

Tabela A3- Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Nossa Caixa	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	2009/08	Var. 2009/08	2009/08	Var. média 2009/08
Total	3.820.922	4.871.940	27,5%	6.103.002	25,3%	7.166.622	17,4%	8.738.411	21,9%	12.855.637	47,6%	237%	237%	28%	28%
Reserva Técnica	2.682.624	3.431.722	27,9%	4.479.591	30,5%	5.377.187	20,0%	6.624.991	23,2%	9.917.367	49,7%	270%	270%	30%	30%
%setor privado	702	704	02	750	46	769	1,9	758	-1,1	769	1,1	67	67	-	-
Sectores corporativos	1.138.338	1.402.218	26,5%	1.623.411	12,7%	1.789.455	10,2%	2.113.420	18,1%	2.978.270	40,9%	162%	162%	21%	21%
%setor privado	298	296	-02	250	-46	231	-1,9	242	1,1	231	-1,1	-67	-67	-	-
Indústria	248.321	339.960	45,0%	386.802	7,5%	421.581	9,0%	575.713	36,6%	831.609	44,4%	235%	235%	27%	27%
%setor privado	65	74	09	59	-1,5	64	0,6	66	0,1	64	-0,1	-01	-01	-	-
%setor corporativo	218	250	3,2	236	-1,4	279	4,4	272	-0,7	279	0,7	61	61	-	-
Comércio	515.609	611.688	18,6%	749.091	22,5%	800.370	12,2%	988.936	7,0%	1.086.244	15,3%	101%	101%	15%	15%
%setor privado	135	126	-0,9	117	-0,8	80	-3,7	103	2,3	80	-2,3	-55	-55	-	-
%setor corporativo	453	425	-2,8	470	4,5	348	-12,2	425	7,7	348	-7,7	-105	-105	-	-
Outras atividades	374.408	468.570	25,1%	487.518	4,0%	527.504	8,2%	638.771	21,1%	1.110.417	73,8%	197%	197%	24%	24%
%setor privado	98	96	-0,2	74	-2,3	86	1,3	73	-1,3	86	1,3	-1,2	-1,2	-	-
%setor corporativo	329	325	-0,4	295	-3,1	373	7,8	302	-7,1	373	7,1	44	44	-	-

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Tabela A4 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Bradesco	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	Var. média 2008/03	
Total Setor Privado¹	53.880.201	62.443.065	15,9%	80.801.205	29,4%	95.601.981	18%	130.120.586	36%	172.085.401	32%	219%	26%
Pessoa Física	15.633.220	21.190.573	35,5%	33.221.007	56,8%	39.611.188	19%	53.473.792	35%	66.701.359	25%	327%	34%
% setor privado	29,0	33,9	4,9	41,1	7,2	41,4	0,3	41,1	-0,3	38,8	-2,3	9,7	-
Setores corporativos¹	38.246.981	41.252.492	7,9%	47.580.198	15,3%	55.990.793	18%	76.646.794	37%	105.384.042	37%	176%	22%
% setor privado	71,0	66,1	-4,9	58,9	-7,2	58,6	-0,3	58,9	0,3	61,2	2,3	-9,7	-
Indústria	18.514.526	18.700.466	1,0%	20.668.304	10,5%	24.734.884	20%	31.694.320	28%	44.624.772	41%	141%	19%
% setor privado	34,4	29,9	-4,4	25,6	-4,4	25,9	0,3	24,4	-1,5	25,9	1,6	-8,4	-
% setor corporativo	48,4	45,3	-12,8	43,4	68,6	44,2	111,3	41,4	76,3	42,3	108,8	-6,1	-
Comércio	7.418.479	9.825.515	32,4%	12.077.594	22,9%	13.452.314	11%	18.724.469	39%	23.547.096	26%	217%	26%
% setor privado	13,8	15,7	2,0	14,9	-0,8	14,1	-0,9	14,4	0,3	13,7	-0,7	-0,1	-
% setor corporativo	19,4	23,8	4,4	25,4	1,6	24,0	-1,4	24,4	0,4	22,3	-2,1	2,9	-
Serviços	4.773.007	4.606.923	-3,5%	5.229.069	13,5%	6.234.385	19%	10.860.280	74%	15.050.715	39%	215%	26%
% setor privado	8,9	7,4	-1,5	6,5	-0,9	6,5	0,0	8,3	1,8	8,7	0,4	-0,1	-
% setor corporativo	12,5	11,2	-1,3	11,0	-0,2	11,1	0,1	14,2	3,0	14,3	0,1	1,8	-
Infraestrutura³	5.348.151	5.654.030	5,7%	6.790.765	20,1%	7.805.375	15%	9.868.579	26%	12.690.240	29%	137%	19%
% setor privado	9,9	9,1	-0,9	8,4	-0,7	8,2	-0,2	7,6	-0,6	7,4	-0,2	-2,6	-
% setor corporativo	14,0	13,7	-0,3	14,3	0,6	13,9	-0,3	12,9	-1,1	12,0	-0,8	-1,9	-
Construção civil	1.447.366	1.356.533	-6,3%	1.721.691	26,9%	2.457.171	43%	3.876.247	58%	7.225.592	86%	399%	38%
% setor privado	2,7	2,2	-0,5	2,1	0,0	2,6	0,4	3,0	0,4	4,2	1,2	1,5	-
% setor corporativo	3,8	3,3	-0,5	3,6	0,3	4,4	0,8	5,1	0,7	6,9	1,8	3,1	-
Agropecuária⁴	745.452	1.109.025	48,8%	1.092.775	-1,5%	1.306.664	20%	1.622.899	24%	2.245.627	38%	201%	25%
% setor privado	1,4	1,8	0,4	1,4	-0,4	1,4	0,0	1,2	-0,1	1,3	0,1	-0,1	-
% setor corporativo	1,9	2,7	0,7	2,3	-0,4	2,3	0,0	2,1	-0,2	2,1	0,0	0,2	-

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais**Nota:**

- 1 Inclui empresas públicas e exclui intermediários financeiros.
- 2 Inclui empresas públicas dos setores de petroquímica.
- 3 Inclui empresas públicas do setor de produção e distribuição de energia elétrica.
- 4 Agricultura, Pecuária, Pesca, Silvicultura e Exploração Florestal.

Tabela A5 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Itaú	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007
Setor Privado¹	37.105.881	45.751.179	23,3%	58.660.998	28,2%	82.154.006	40,0%	112.632.181
Pessoa Física	15.056.568	20.180.915	34,0%	30.438.029	50,8%	42.667.321	40,2%	60.383.853
% setor privado	40,6	44,1	3,5	51,9	7,8	51,9	4,8%	53,6
Setores corporativos¹	22.049.313	25.570.264	16,0%	28.222.969	10,4%	39.486.685	39,9%	52.248.328
% setor privado	59,4	55,9	-3,5	48,1	-7,8	48,1	0,0	46,4
Indústria²	11.824.113	13.517.719	14,3%	14.420.381	6,7%	17.861.951	23,9%	27.890.204
% setor privado	31,9	29,5	-2,3	24,6	-5,0	21,7	-2,8	24,8
% setor corporativo	53,6	52,9	-0,8	51,1	-1,8	45,2	-5,9	53,4
Comércio	2.245.883	3.239.074	44,2%	4.439.111	37,0%	6.668.417	50,2%	2.357.362
% setor privado	6,1	7,1	1,0	7,6	0,5	8,1	0,5	2,1
% setor corporativo	10,2	12,7	2,5	15,7	3,1	16,9	1,2	4,5
Serviços	1.966.332	2.472.539	25,7%	3.226.485	30,5%	5.008.693	55,2%	6.907.554
% setor privado	5,3	5,4	0,1	5,5	0,1	6,1	0,6	6,1
% setor corporativo	8,9	9,7	0,8	11,4	1,8	12,7	1,3	13,2
Infraestrutura³	4.844.648	4.423.064	-8,7%	5.413.935	22,4%	4.785.817	-11,6%	5.665.013
% setor privado	13,1	9,7	-3,4	9,2	-0,4	5,8	-3,4	5,0
% setor corporativo	22,0	17,3	-4,7	19,2	1,9	12,1	-7,1	10,8
Construção civil⁴	470.356	633.890	34,8%	1.059.623	67,2%	1.514.691	42,9%	3.564.418
% setor privado	1,3	1,4	0,1	1,8	0,4	1,8	0,0	3,2
% setor corporativo	2,1	2,5	0,3	3,8	1,3	3,8	0,1	6,8
Agropecuária⁵	1.422.092	1.899.100	33,5%	2.469.708	30,0%	3.521.196	42,6%	
% setor privado	3,8	4,2	0,3	4,2	0,1	4,3	0,1	
% setor corporativo	6,4	7,4	1,0	8,8	1,3	8,9	0,2	

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais e trimestrais.

Nota:

- 1 Empresas públicas e exclui intermediários financeiros.
- 2 Inclui empresas públicas dos setores de química e petroquímica e de produção e distribuição de energia elétrica.
- 3 Inclui empresas públicas do setor de produção e distribuição de energia elétrica.
- 4 Inclui empréstimos à empreiteiras.

Tabela A5 continuação - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Itaú	Var. 2007/06	2008 (s/Unib)	Var. 2008/07	Var. 2008/03	Var. média 2008/03	2008 (c/Unib)	2009 (c/Unib)	Var. 2009/08
Setor Privado¹	37,1%	162.757.298	44,5%	338,6%	34,4%	233.177.372	228.808.281	-1,9%
Pessoa Física	41,5%	76.913.991	27,4%	410,8%	38,6%	102.598.864	105.922.211	3,2%
% setor privado	167,6%	47,3	-635,5%	668,0%	-	44,0	46,3	229,3%
Setores corporativo¹	32,3%	85.843.307	64,3%	289,3%	31,2%	130.578.508	122.886.070	-5,9%
% setor privado	-1,7	52,7	6,4	-6,7	-	56,0	53,7	-229,3%
Indústria	56,1%	48.082.448	72,4%	306,6%	32,4%	68.490.113	63.051.381	-7,9%
% setor privado	3,0	29,5	4,8	-2,3	-	29,4	27,6	-1,8
% setor corporativo	8,1	56,0	2,6	2,4	-	52,5	51,3	-1,1
Comércio	-64,6%	3.574.592	51,6%	59,2%	9,7%	6.258.527	5.716.868	-8,7%
% setor privado	-6,0	2,2	0,1	-3,9	-	2,7	2,5	-0,2
% setor corporativo	-12,4	4,2	-0,3	-6,0	-	4,8	4,7	-0,1
Serviços	37,9%	10.692.137	54,8%	443,8%	40,3%	14.738.857	14.804.270	0,4%
% setor privado	0,0	6,6	0,4	1,3	-	6,3	6,5	0,1
% setor corporativo	0,5	12,5	-0,8	3,5	-	11,3	12,0	0,8
Infraestrutura³	18,4%	8.154.751	43,9%	68,3%	11,0%	16.299.857	15.763.839	-3,3%
% setor privado	-0,8	5,0	0,0	-8,0	-	7,0	6,9	-0,1
% setor corporativo	-1,3	9,5	-1,3	-12,5	-	12,5	12,8	0,3
Construção civil⁴	135,3%	5.613.908	57,5%	1093,5%	64,2%	7.760.165	8.401.842	8,3%
% setor privado	1,3	3,4	0,3	2,2	-	3,3	3,7	0,3
% setor corporativo	3,0	6,5	-0,3	4,4	-	5,9	6,8	0,9
Agropecuária								
% setor privado								
% setor corporativo								

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais e trimestrais.

Nota:

- 1 Empresas públicas e exclui intermediários financeiros.
- 2 Inclui empresas públicas dos setores de química e petroquímica e de produção e distribuição de energia elétrica.
- 3 Inclui empresas públicas do setor de produção e distribuição de energia elétrica.
- 4 Inclui empréstimos à empreiteiras.

Tabela A6 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Unibanco	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	Var. média 2007/03 2007/03
Setor privado¹	29.425.928	34.931.450	18,7%	42.269.804	21,0%	50.647.291	19,8%	66.159.632	30,6%	124,8%
Pessoa Física	9.522.504	11.415.018	19,9%	14.937.921	30,9%	16.305.354	9,2%	22.396.523	37,4%	135,2%
% setor privado	32,4	32,7	0,3	35,3	2,7	32,2	-314,6%	33,9	1,7	1,5
Setores corporativos¹	19.903.424	23.516.432	18,2%	27.331.883	16,2%	34.341.937	25,6%	43.763.109	27,4%	119,9%
% setor privado	67,6	67,3	-0,3	64,7	-2,7	67,8	3,1	66,1	-1,7	-1,5
Indústria²	8.012.673	7.901.459	-1,4%	9.711.889	22,9%	10.048.513	3,5%	11.932.400	18,7%	48,9%
% setor privado	27,2	22,6	-4,6	23,0	0,4	19,8	-3,1	18,0	-1,8	-9,2
% setor corporativo	40,3	33,6	-6,7	35,5	1,9	29,3	-6,3	27,3	-2,0	-13,0
Comércio	2.783.147	3.105.204	11,6%	3.888.701	25,2%	5.547.606	42,7%	6.693.684	20,7%	140,5%
% setor privado	9,5	8,9	-0,6	9,2	0,3	11,0	1,8	10,1	-0,8	0,7
% setor corporativo	14,0	13,2	-0,8	14,2	1,0	16,2	1,9	15,3	-0,9	1,3
Serviços	3.504.700	4.345.038	24,0%	4.591.577	5,7%	5.275.511	14,9%	8.491.518	61,0%	142,3%
% setor privado	11,9	12,4	0,5	10,9	-1,6	10,4	-0,4	12,8	2,4	0,9
% setor corporativo	17,6	18,5	0,9	16,8	-1,7	15,4	-1,4	19,4	4,0	1,8
Infraestrutura²	2.429.940	2.916.226	20,0%	3.683.228	26,3%	4.341.639	17,9%	4.095.187	-5,7%	68,5%
% setor privado	8,3	8,3	0,1	8,7	0,4	8,6	-0,1	6,2	-2,4	-2,1
% setor corporativo	12,2	12,4	0,2	13,5	1,1	12,6	-0,8	9,4	-3,3	-2,9
Construção civil	687.107	735.626	7,1%	749.454	1,9%	1.054.399	40,7%	1.873.346	77,7%	172,6%
% setor privado	2,3	2,1	-0,2	1,8	-0,3	2,1	0,3	2,8	0,7	0,5
% setor corporativo	3,5	3,1	-0,3	2,7	-0,4	3,1	0,3	4,3	1,2	0,8
Agropecuária³	812.613	899.871	10,7%	891.583	-0,9%	1.064.215	19,4%	1.255.802	18,0%	54,5%
% setor privado	2,8	2,6	-0,2	2,1	-0,5	2,1	0,0	1,9	-0,2	-0,9
% setor corporativo	4,1	3,8	-0,3	3,3	-0,6	3,1	-0,2	2,9	-0,2	-1,2

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Empresas públicas.

2 Inclui empresas públicas

3 Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca

Tabela A7 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Safra	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	Var. 2008/03	Var. média 2008/03	2009 (jun)
Sector Privado⁽¹⁾	14.431.644	16.962.635	17,5%	19.428.557	14,5%	22.984.643	18,3%	28.328.272	23,2%	24.932.573	-12,0%	73%	12%	24.134.474
Pessoa Física	1.092.944	1.502.203	37,4%	2.166.534	44,2%	2.983.893	37,7%	3.430.323	15,0%	4.221.978	23,1%	286%	31%	4.215.902
% setor privado	7,6	8,9	1,3	11,2	2,3	13,0	1,8	12,1	-0,9	16,9	4,8	94	-	17,5
Sectores corporativos⁽¹⁾	13.338.700	15.460.432	15,9%	17.262.023	11,7%	20.000.750	15,9%	24.897.949	24,5%	20.710.595	-16,8%	55%	9%	19.918.572
% setor privado	92,4	91,1	-1,3	88,8	-2,3	87,0	-1,8	87,9	0,9	83,1	-4,8	-9,4	-	82,5
Indústria⁽²⁾	5.031.618	5.897.753	17,2%	6.278.760	6,5%	6.462.671	2,9%	7.788.802	20,5%	6.616.630	-15,0%	32%	6%	7.181.735
% setor privado	34,9	34,8	-0,1	32,3	-2,5	28,1	-4,2	27,5	-0,6	26,5	-1,0	-8,3	-	29,8
% setor corporativo	37,7	38,1	0,4	36,4	-1,8	32,3	-4,1	31,3	-1,0	31,9	0,7	-5,8	-	36,1
Comércio	2.886.980	3.386.857	17,3%	4.204.663	24,1%	5.561.811	32,3%	6.433.330	15,7%	4.108.593	-36,2%	42%	7%	4.515.351
% setor privado	20,0	20,0	0,0	21,6	1,7	24,2	2,6	22,7	-1,5	16,5	-6,2	-3,5	-	18,7
% setor corporativo	21,6	21,9	0,3	24,4	2,5	27,8	3,5	25,8	-2,0	19,8	-6,0	-1,8	-	22,7
Serviços	5.069.515	5.509.585	8,7%	5.741.854	4,2%	6.838.912	19,1%	8.601.064	25,8%	9.003.306	4,7%	78%	12%	7.474.082
% setor privado	35,1	32,5	-2,6	29,6	-2,9	29,8	0,2	30,4	0,6	36,1	5,7	1,0	-	30,97
% setor corporativo	38,0	35,6	-2,4	33,3	-2,4	34,2	0,9	34,5	0,4	43,5	8,9	5,5	-	37,52
Rural	341.172	653.640	91,6%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	887.028	-	160%	21%	842.280
% setor privado	2,4	3,9	1,5	0,0	-3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6	-	1,2	-	3,49
% setor corporativo	2,6	4,2	1,7	0,0	-4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	-	1,7	-	4,23
Outros⁽³⁾	28.790	28.201	-2,0%	695.067	2364,7%	748.713	8%	1.276.445	70%	95.038	-92,6%	230%	27%	-
% setor privado	0,2	0,2	0,0	3,6	3,4	3,3	-0,3	4,5	1,2	0,4	-4,1	0,2	-	-
% setor corporativo	0,2	0,2	0,0	4,0	3,8	3,7	-0,3	5,1	1,4	0,5	-4,7	0,2	-	-

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Inclui empresas públicas e exclui intermediários financeiros.

2 Inclui empresas públicas do setor industrial.

3 Inclui crédito imobiliário.

Tabela A8 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

ABN Amro Real	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2007/03	Var. média 2007/03	2008(jun.)	Var. 2008/07
Total Setor Privado¹	26.829.128	29.327.237	9,3%	39.207.418	33,7%	49.343.890	25,9%	65.693.393	33,1%	144,9%	25,1%	72.364.087	10,2%
Pessoa Física	10.930.142	12.954.251	18,5%	16.725.725	29,1%	21.470.227	28,4%	27.878.438	29,8%	155,1%	26,4%	32.892.036	18,0%
% setor privado	40,7	44,2	3,4	42,7	-1,5	43,5	0,9	42,4	-1,1	1,7	-	45,5	3,0
Habituação	1.098.561	1.063.833	-3,2%	1.595.223	50,0%	2.007.677	25,9%	2.901.226	44,5%	164,1%	27,5%	3.433.911	18,4%
% setor privado	4,1	3,6	-0,5	4,1	0,4	4,1	0,0	4,4	0,3	0,3	0,3	4,7	0,3
Setores corporativos	14.800.425	15.309.153	3,4%	20.886.470	36,4%	25.865.986	23,8%	34.913.729	35,0%	135,9%	23,9%	36.038.140	-62,6%
% setor privado	55,2	52,2	-3,0	53,3	1,1	52,4	-0,9	53,1	0,7	-2,0	-	18,0	-35,1
Indústria	7.045.546	4.736.958	-32,8%	6.877.564	45,2%	8.662.928	26,0%	12.777.866	47,5%	81,4%	16,0%	13.051.792	2,1%
% setor privado	26,3	16,2	-10,1	17,5	1,4	17,6	0,0	19,5	1,9	-6,8	-	18,0	-1,4
% setor corporativo	47,6	30,9	-16,7	32,9	2,0	33,5	0,6	36,6	3,1	-11,0	-	36,2	-0,4
Comércio	2.711.394	5.581.586	105,9%	6.154.887	10,3%	7.919.044	28,7%	7.945.325	0,3%	193,0%	30,8%	8.200.112	3,2%
% setor privado	10,1	19,0	8,9	8,9	-10,1	16,0	7,1	12,1	-4,0	2,0	-	11,3	-0,8
% setor corporativo	18,3	36,5	18,1	18,1	-18,3	30,6	12,5	22,8	-7,9	4,4	-	22,8	0,0
Outros serviços	4.035.757	3.787.040	-6,2%	6.210.126	64,0%	7.335.016	18,1%	11.874.563	61,9%	194,2%	31,0%	12.292.191	3,5%
% setor privado	15,0	12,9	-2,1	15,8	2,9	14,9	-1,0	18,1	3,2	3,0	-	17,0	-1,1
% setor corporativo	27,3	24,7	-2,5	29,7	5,0	28,4	-1,4	34,0	5,7	6,7	-	34,1	0,1
Rural	1.007.728	1.203.569	19,4%	1.643.893	36,6%	1.948.998	18,6%	2.315.975	18,8%	129,8%	23,1%	2.494.045	7,7%
% setor privado	3,8	4,1	0,3	4,2	0,1	3,9	-0,2	3,5	-0,4	-0,2	-	3,4	-0,1
% setor corporativo	6,8	7,9	1,1	7,9	0,0	7,5	-0,3	6,6	-0,9	-0,2	-	6,9	0,3

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros.

Tabela A9 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Santander	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	20082	Var. 2008/07	Var. 2008/03	Var. média 2008/03
Total Setor Privado¹	15.982.042	21.398.194	33,9%	28.418.956	32,8%	37.222.236	31,0%	43.468.948	16,8%	138.643.051	218,9%	767%	54%
Pessoa Física	5.689.220	7.574.918	33,1%	10.307.462	36,1%	13.533.680	31,3%	17.861.264	32,0%	58.417.967	227,1%	927%	59%
% setor privado	35,6	35,4	-0,2	36,3	0,9	36,4	0,1	41,1	4,7	42,1	1,0	6,5	-
Setores corporativos	10.292.822	13.823.276	34,3%	18.111.494	31,0%	23.688.556	30,8%	25.607.684	8,1%	80.225.084	213,3%	679%	51%
% setor privado	64,4	64,6	0,2	63,7	-0,9	63,6	-0,1	58,9	-4,7	57,9	-1,0	-6,5	-
Indústria	3.989.545	5.976.701	49,8%	7.124.961	19,2%	10.424.303	46,3%	10.949.547	5,0%	32.980.048	201,2%	727%	53%
% setor privado	25,0	27,9	3,0	25,1	-2,9	28,0	2,9	25,2	-2,8	23,8	-1,4	-1,2	-
% setor corporativo	38,8	43,2	4,5	39,3	-3,9	44,0	4,7	42,8	-1,2	41,1	-1,6	2,3	-
Comércio	1.671.089	2.718.700	62,7%	3.885.316	42,9%	3.624.999	-6,7%	3.571.602	-1,5%	14.015.700	292,4%	739%	53%
% setor privado	10,5	12,7	2,2	2,2	-10,5	9,7	7,5	8,2	-1,5	10,1	1,9	-0,3	-
% setor corporativo	16,2	19,7	3,4	3,4	-16,2	15,3	11,9	13,9	-1,4	17,5	3,5	1,2	-
Serviços e outros	3.072.787	3.102.782	1,0%	5.068.320	63,3%	7.043.614	39,0%	8.244.312	17,0%	27.626.311	235,1%	799%	55%
% setor privado	19,2	14,5	-4,7	17,8	3,3	18,9	1,1	19,0	0,0	19,9	1,0	0,7	-
% setor corporativo	29,9	22,4	-7,4	28,0	5,5	29,7	1,8	32,2	2,5	34,4	2,2	4,6	-
Agricultura	1.559.401	2.025.093	29,9%	2.032.897	0,4%	2.595.640	27,7%	2.842.223	9,5%	5.603.025	97,1%	259%	29%
% setor privado	9,8	9,5	-0,3	7,2	-2,3	7,0	-0,2	6,5	-0,4	4,0	-2,5	-5,7	-
% setor corporativo	15,2	14,6	-0,5	11,2	-3,4	11,0	-0,3	11,1	0,1	7,0	-4,1	-5,4%	-

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros

2 Em 2008, o Santander adquiriu o Banco ABN/Real.

Tabela A9 continuação - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Santander	2009 (jun.)	Var. 2009/08
Total Setor Privado¹	136.607.489	-1,5%
Pessoa Física	60.752.662	4,0%
% setor privado	44,5	2,3
Setores corporativos	75.854.827	-5,4%
% setor privado	55,5	-2,3
Indústria	29.070.560	-11,9%
% setor privado	21,3	-2,5
% setor corporativo	38,3	-2,8
Comércio	12.356.537	-11,8%
% setor privado	9,0	-1,1
% setor corporativo	16,3	-1,2
Serviços e outros	29.060.048	5,2%
% setor privado	21,3	1,3
% setor corporativo	38,3	3,9
Agricultura	5.367.682	-4,2%
% setor privado	3,9	-0,1
% setor corporativo	7,1	0,1

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros.

2 Em 2008, o Santander adquiriu o Banco ABN/Real.

Tabela A10 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

HSBC	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	2009	Var. média 2008/03	2009/08
Setor Privado¹	12.655.665	16.051.833	26,8%	19.947.391	24,3%	24.921.810	24,9%	32.819.178	31,7%	41.620.090	26,8%	39.548.509	26,9%	-5,0%
Pessoa Física	7.180.367	9.366.094	30,4%	11.659.614	24,5%	14.929.429	28,0%	18.221.966	22,1%	21.383.032	17,3%	20.794.431	24,4%	-2,8%
% setor privado	56,7	58,3	1,6	58,5	0,1	59,9	145,3%	55,5	-4,4	51,4	-4,1	52,6	-	1,2
Setores corporativos¹	5.475.298	6.685.739	22,1%	8.287.777	24,0%	9.992.381	20,6%	14.597.242	46,1%	20.237.058	38,6%	18.754.078	29,9%	-7,3%
% setor privado	43,3	41,7	-1,6	41,5	-0,1	40,1	-1,5	44,5	4,4	48,6	4,1	47,4	-	-1,2
Indústria	2.309.653	2.581.409	11,8%	3.002.473	16,3%	3.617.699	20,5%	5.891.479	62,9%	8.566.606	45,4%	7.654.800	30,0%	-10,6%
% setor privado	18,2	16,1	-2,2	15,1	-1,0	14,5	-0,5	18,0	3,4	20,6	2,6	19,4	-	-1,2
% setor corporativo	42,2	38,6	-3,6	36,2	-2,4	36,2	0,0	40,4	4,2	42,3	2,0	40,8	-	-1,5
Comércio	1.283.347	2.012.181	56,8%	2.796.566	39,0%	3.586.991	28,3%	4.783.973	33,4%	5.999.054	25,4%	5.579.445	36,1%	-7,0%
% setor privado	10,1	12,5	2,4	14,0	1,5	14,4	0,4	14,6	0,2	14,4	-0,2	14,1	-	9,8
% setor corporativo	23,4	30,1	6,7	33,7	3,6	35,9	2,2	32,8	-3,1	29,6	-3,1	29,8	-	23,5
Serviços	903.325	1.014.854	12,3%	1.345.166	32,5%	1.549.475	15,2%	1.804.600	16,5%	2.576.978	42,8%	2.329.713	23,3%	-9,6%
% setor privado	7,1	6,3	-0,8	6,7	0,4	6,2	-0,5	5,5	-0,7	6,2	0,7	5,9	-	6,8
% setor corporativo	16,5	15,2	-1,3	16,2	1,1	15,5	-0,7	12,4	-3,1	12,7	0,4	12,4	-	16,2
Infraestrutura²	328.144	360.612	9,9%	337.588	-6,4%	409.744	21,4%	771.675	88,3%	745.365	-3,4%	773.987	17,8%	3,8%
% setor privado	2,6	2,2	-0,3	1,7	-0,6	1,6	0,0	2,4	0,7	1,8	-0,6	2,0	-	2,8
% setor corporativo	6,0	5,4	-0,6	4,1	-1,3	4,1	0,0	5,3	1,2	3,7	-1,6	4,1	-	6,4
Construção civil	349.267	418.693	19,9%	480.156	14,7%	603.512	25,7%	970.504	60,8%	1.858.011	91,4%	2.082.797	39,7%	12,1%
% setor privado	2,8	2,6	-0,2	2,4	-0,2	2,4	0,0	3,0	0,5	4,5	1,5	5,3	-	3,6
% setor corporativo	6,4	6,3	-0,1	5,8	-0,5	6,0	0,2	6,6	0,6	9,2	2,5	11,1	-	8,3
Agropecuária	301.562	297.990	-1,2%	325.828	9,3%	224.960	-31,0%	375.011	66,7%	491.044	30,9%	333.336	10,2%	-32,1%
% setor privado	2,4	1,9	-0,5	1,6	-0,2	0,9	-0,7	1,1	0,2	1,2	0,0	0,8	-	2,0
% setor corporativo	5,5	4,5	-1,1	3,9	-0,5	2,3	-1,7	2,6	0,3	2,4	-0,1	1,8	-	4,9

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais e trimestrais.

Nota:

1 Inclui empresas públicas e exclui intermediários financeiros.

2 Inclui empresas públicas.